

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
Centro de Educação - CE
Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes -
MPGOA

HELDOMIRO HENRIQUE CORREIA

O PROJETO AFRICANIDADE E O CONTEXTO EDUCACIONAL DA
GUINÉ-BISSAU

João Pessoa
2013

HELDOMIRO HENRIQUE CORREIA

**O PROJETO AFRICANIDADE E O CONTEXTO
EDUCACIONAL DA GUINÉ-BISSAU**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Dra.Edna Gusmão de Góes
Brennand

João Pessoa

2013

HELDOMIRO HENRIQUE CORREIA

**O PROJETO AFRICANIDADE E O CONTEXTO EDUCACIONAL DA
GUINÉ-BISSAU**

BANCA EXAMINADORA

Dra. Edna Gusmão de Góes Brennand (Orientadora)

Dra. Maria Creusa Borges PPCJ/UFPB (Examinadora)

Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues PPGE/UFPB (Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, o maior dos Orientadores, fonte de sabedoria e infinita bondade, por ter me possibilitado saúde e capacidade de vencer mais uma etapa;

Às Professoras Edna Gusmão de Góes Brennand e Emília Maria de Trindade Prestes, orientadoras do presente estudo, agradeço por suas múltiplas e preciosas sugestões, que me auxiliaram a desenvolver este importante trabalho, e pela minuciosa revisão do texto, assim como todas as correções, sempre oportunas e esclarecedoras;

A minha Mãe, Teresa Albino Nhaga, e a minha Tia, Domingas da Silva, por terem me dado apoio, mesmo estando distantes, principalmente nos meus momentos de maior aflição e saudade da minha família. A essa altura, uma ligação me traz consolação e me motiva ainda mais a cumprir essa importante missão. Grato por tudo o que fizeram por mim;

Aos meus irmãos, primos (as) e amigos (as) que, em algum momento da minha trajetória, incentivaram-me, apoiaram-me e, sobretudo, acreditaram em mim. Como é bom saber que nunca estamos sós, porque existem essas pessoas que nos apoiam e nos acolhem com tanto carinho - amigos e familiares em quem podemos confiar. A todos, minha amizade sincera e meus eternos agradecimentos.

“Se a educação, sozinha, não pode transformar a sociedade,
tampouco sem ela a sociedade muda.” (Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho se propõe a dar uma contribuição ao estudo do sistema educativo guineense, com a finalidade de apresentar dados sistematizados que contribuam para suprir as deficiências de literatura sobre a situação educacional do país. O objetivo deste trabalho foi de estudar a evolução do sistema educacional da Guiné-Bissau, entre os anos de 1974 e 2012, considerando suas condições históricas, socioeconômicas, políticas e educacionais bem como seus reflexos no desenvolvimento do país. Analisou, também, o impacto do Projeto Africanidade nesse contexto. Para a construção da análise, foi utilizada a abordagem da pesquisa *expost-facto*, uma vez que a investigação levantou as relações de causa e de efeito entre diversos fatos e fenômenos. Foram aplicados questionários a alunos, a professores e a mediadores do referido projeto acerca de sua importância para melhorar o sistema educacional guineense.

PALAVRAS-CHAVES: Sistema educacional de Guiné-Bissau; Projeto Africanidade; Educação a distância.

ABSTRACT

This paper aims to make a contribution to the study of Guinean educational system, with the purpose of presenting systematic data, that contributes to addressing the shortcomings of the literature on the educational situation of the country. The objective of this work is to study the evolution of the educational system of Guinea-Bissau, between the years 1974 and 2012, considering its historical conditions, socioeconomic, and educational policies and their effects on the development of the country. We also have analyzed the impact of the Project Africanidade in this context. For the construction of the analysis, we used the approach of *ex post facto* research, since the research has raised the relations of cause and effect between various facts and phenomena. Questionnaires on the importance of improving the educational system of Guinea were administered to students, teachers and mediators of this project.

KEY-WORDS: Educational System of Guinea-Bissau; Project Africanidade; E-learning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Taxa de pobreza absoluta (menos de dois dólares por/dia)	22
Gráfico 2: Taxa de pobreza extrema (menos de um dólar/dia)	23
Gráfico 3: Crianças fora da escola nos anos de 2003 e 2004	25
Gráfico 4: Taxa de analfabetismo na Guiné-Bissau em 1950	46
Gráfico 5: Metas a serem alcançadas de 2005 a 2010	56
Gráfico 6: Distribuição dos coordenadores/professores por sexo	94
Gráfico 7: Função desempenhada no projeto	94
Gráfico 8: Anos de docência dos coordenadores/professores	95
Gráfico 9: Primeira experiência nos cursos a distância para outro continente	95
Gráfico 10: O Projeto Africanidade lhe possibilitou mais informações/condições, para pensar na educação como ferramenta libertadora?	96
Gráfico 11: Você acha que o Projeto Africanidade tem condições de auxiliar esses países.....	96
Gráfico 12: O que pode ser feito para a continuidade desse projeto?.....	97
Gráfico 13: Sexo dos mediadores	100
Gráfico 14: Estado civil dos mediadores	100
Gráfico 15: Formação educacional (ensino médio e fundamental)	101
Gráfico 16: O projeto foi importante para pensar na educação de jovens e adultos como sendo.....	101
Gráfico 17: O que você entende por educação a distância?	102
Gráfico 18: Distribuição dos aprendentes por idade.....	104
Gráfico 19: Distribuição dos alunos por sexo	104
Gráfico 20: Distribuição dos alunos por estado civil	104
Gráfico 21: Ocupação profissional	105
Gráfico 22: Esse é seu primeiro curso a distância?	105
Gráfico 23: Sobre o que acharam da educação a distância.....	106
Gráfico 24: Como você ficou sabendo do Projeto Africanidade?	106
Gráfico 25: O Projeto Africanidade lhe deu mais importância, para pensar na educação de jovens e adultos como	107
Gráfico 26: O que você entende por educação a distância?	107
 Imagem 1: Um estado livre e democrático.	 32
Imagem 2: Mapa da África e da Guiné-Bissau	33
Imagem 3: Falta de saneamento básico na Guiné-Bissau	40

Imagem 4: Sala de aula nas zonas libertadas.....	48
Imagem 5: Logomarca africanidade	89
Imagem 6: Capa de videoaulas, do painel radiofônico e do caderno didático	90
Imagem 7: Salas de aula em Guiné-Bissau	92
Imagem 8: As aulas em um polo na Guiné-Bissau.....	109
Quadro 1: Taxa de mortalidade infantil (mortes/1000 nascidos vivos)	33
Quadro 2: Repartição das famílias, segundo principal fonte de água potável em 2010	39
Quadro 3: Condição de escolaridade das pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e localidade, no ano de 2010	42
Quadro 4: Distribuição de habitantes por regiões de 1991 a 2010.....	43
Quadro 5: Nível acadêmico do corpo docente (UCB) 2007-2008	50
Quadro 6: Progressos na escolarização e RGE em Ensino Primário e Secundário..	51
Quadro 7: Produto Interno Bruto (PIB)	55
Quadro 8: Esperança de vida de 2000 a 2012	59
Quadro 9: Componentes curriculares para o Curso de Extensão e de Especialização Lato Sensu	87
Quadro 10: Você gostaria que o Projeto Africanidade continuasse na Guiné-Bissau como ?	98

LISTA DE SIGLAS

AVA	- Ambiente Virtual de Aprendizagem
AIDS	- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BOAD	- Banco Oeste-africano de Desenvolvimento
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPLP	- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CONFINTEA	- Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos
CEDAW	- Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
DENARP	- Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DEMIE	- Departamento de Mídias Integradas na Educação
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
EPT	- Educação para Todos
EAD	- Educação a Distância
FMI	- Fundo Monetário Internacional
HIV	- Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice do Desenvolvimento Humano
LGDH	- Liga Guineense dos Direitos Humanos
MPGOA	- Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes
MICS	- Inquérito aos Indicadores Múltiplos
MEC	- Ministério da Educação
ODM	- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	- Organização das Nações Unidas
PALOP	- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAIGC	- Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PIB	- Produto Interno Bruto
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SECADI	- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e

Inclusão

TICs	- Tecnologias da Informação e Comunicação
UAC	- Universidade Amílcar Cabral
UCB	- Universidades Colinas de Boé
UEMOA	- União Econômica e Monetária da África Ocidental
UNESCO	- Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas
ULG	- Universidade Lusófona da Guiné
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNAIDS	- Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV / AIDS
UAB	- Universidade Aberta do Brasil

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Questionário aplicado aos professores do Projeto Africanidade.	124
ANEXO B - Questionário aplicado aos alunos do Projeto Africanidade	129

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	16
2.1 Justificativa.....	16
2.2 Problemática e questões de investigação	18
2.3 Objetivos	27
2.3.1 Geral.....	27
2.3.2 Objetivos específicos.....	27
2.4 Características do estudo e fontes de coleta.....	27
2.5 Amostra	29
2.6 Instrumentos de coleta de dados	29
2.7 Cenário da pesquisa	30
3 GUINÉ-BISSAU – IMAGENS E SÍNTESES	32
3.1 Fotografia em movimento.....	32
3.2 AIDS/HIV	34
3.3 Direitos humanos	35
3.4 Situação da mulher quanto ao emprego e à renda	36
3.5 As faces da situação educacional	45
3.6 Situação política	52
3.6.1 Ação Militar em 2012.....	53
3.7 Situação econômica	54
3.8 Situação social	57
4. EDUCAÇÃO PARA O NOVO MILÊNIO	62
4.1 Globalização.....	62
4.2 Pensar na construção do nosso futuro comum	63
4.3 Educação ao longo da vida	67
4.4 Educação para todos	69
4.5 Desenvolvimento	74
5 OS IMPACTOS DO PROJETO AFRICANIDADE COMO ALTERNATIVA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM GUINÉ-BISSAU: A UFPB E SUA CONTRIBUIÇÃO COM O SISTEMA EDUCACIONAL	77
5.1 Introdução	77
5.2 Origens do Projeto	79
5.3 Nasce a proposta através de um processo de escuta.....	81
5.4 Objetivos, metas e público-alvo.....	82
5.5 A Educação a Distância como estratégia.....	82

5.6 Matriz curricular do curso	86
5.7 Estratégias de produção do material didático.....	88
5.7.1 A identidade visual	88
5.7.2 Recursos didáticos	89
5.7.3 Missões pedagógicas	91
6 COM A PALAVRA, OS ATORES	93
6.1 Coordenadores/Professores.....	93
6.2 Ouvindo os mediadores.....	100
6.3 Ouvindo os aprendentes	103
6.3.1 Interação no AVA moodle.....	109
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS.....	115
ANEXOS	123

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade estudar as condições do Sistema Educacional da Guiné-Bissau, desde sua independência (1974) até recentemente (2012), levando em consideração os históricos dos processos socioeconômicos, políticos, sociais e culturais. O principal objetivo é de compreender como o sistema educacional vem se organizando e evoluindo, ao longo desse período histórico e, simultaneamente, como se apresentam os modelos de desenvolvimento presentes nessas diferentes etapas de sua evolução.

Para compreender o contexto educacional da sociedade guineense, inserida em um mundo globalizado e que exige um modelo de desenvolvimento amparado em um paradigma de informações e conhecimentos, é que nos propusemos a realizar este estudo, que enfatiza o percurso do sistema educacional e suas possibilidades de influenciar, diante do contexto socioeconômico, político e cultural do país, novas condições de desenvolvimento.

No segundo momento, analisamos uma experiência de formação de professores em Guiné, realizada pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB - através do Projeto Africanidade. Segundo Brennand e Prestes (2011), esse projeto foi oriundo de um compromisso político. Trata-se de uma iniciativa estabelecida entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação do Brasil, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por intermédio do Departamento de Mídias Integradas na Educação – DEMIE, da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e parceiros africanos de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe envolvidos com a EJA, com seus respectivos países.

A proposta, construída por meio de múltiplas parcerias, tem como pretensão contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e de Educação para Todos, em atenção ao que havia sido requisitado pelo continente africano no documento *Educação e Aprendizagem para Todos: olhares dos cinco continentes*, preparado para ser discutido na Sexta Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA VI), realizada no Brasil, em Belém, no ano de 2009.

O projeto foi executado em Guiné-Bissau, no período de 2010 a 2012. A educação, na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida, é reconhecida como uma prioridade estratégica e como estruturante de processos de desenvolvimento que visam à construção de sociedades justas, participativas e sustentáveis e de cidadãos críticos e informados, com capacidade de desempenhar um papel fundamental na articulação de políticas públicas pró-equidade.

Assim, o objetivo deste trabalho foi o de estudar a evolução do sistema educacional da Guiné-Bissau, entre os anos de 1974 e 2012, considerando as condições históricas, socioeconômicas e políticas, seus reflexos no desenvolvimento do país e o impacto do Projeto Africanidade nesse contexto. Foi estruturado da forma descrita a seguir.

No Capítulo 2, trazemos uma abordagem sobre as questões metodológicas da pesquisa e detalhamos os caminhos percorridos para a construção da problemática, as questões de investigação, as características do estudo, as fontes de coleta, a amostra, os instrumentos de coleta de dados, o cenário da pesquisa e como foram coletados e analisados os dados; no capítulo 3, fazemos uma síntese completa da situação socioeconômica e política de Guiné-Bissau bem como a base histórica desse sistema educacional; no Capítulo 4, discutimos sobre os conceitos da educação para o novo milênio e abordamos formas alternativas de pensar a construção do nosso futuro comum, a partir da perspectiva da educação ao longo da vida e da educação para todos, como um grande esforço da UNESCO para ajudar os países a fazerem planos nacionais de educação mais inclusiva como a principal ferramenta para o desenvolvimento; no Capítulo 5, apresentamos a origem do Projeto Africanidade, os recursos didáticos utilizados e analisamos os impactos dessa alternativa para a formação dos professores na Guiné-Bissau. Foram apresentados os resultados das entrevistas realizadas com os professores, mediadores e alunos do projeto. Nas considerações finais, fazemos uma reflexão sobre a importância desta pesquisa e sua importância como subsídio para o Ministério da Educação de Guiné-Bissau pensar a respeito das mudanças que possam favorecer o sistema educacional e a grande importância da educação a distância na melhoria do quadro de docentes desse sistema educacional.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

2.1 Justificativa

Nasci e cresci em Guiné-Bissau. Toda a minha formação básica e secundária foi feita em escolas das redes pública e privada, vinculadas ao sistema educacional daquele país, onde vivenciei, no ensino público, muitas dificuldades, como a falta de professores qualificados para lecionar, instalação física precária, falta de merenda nas escolas, material didático defasado, salários dos professores atrasados e greve constante dos professores. Tudo isso fruto de um péssimo investimento no setor educacional.

O sistema educacional da Guiné-Bissau está estruturado em quatro níveis: o pré-escolar, destinado às crianças de três a seis anos; o ensino básico, às crianças de sete a doze anos; o ensino secundário, com uma duração de cinco anos; e o ensino superior, contemplado nas duas Universidades (Colinas de Boé (UCB), pela Amílcar Cabral (UAC), ambas inauguradas em 2003) e a Faculdade de Direito, a mais antiga instituição superior do país. Sabemos que ainda há muito a ser reestruturado na Guiné, mas isso não nos impossibilita de ter uma perspectiva de ensino de qualidade, desde o primário até a universidade, como em outros países.

Concluí o ensino secundário no ano de 2001. Em 2004, iniciei o Curso de Administração, na Universidade Amílcar Cabral, mas, em razão da falta de professores qualificados, de uma estrutura física adequada, do material didático e de uma metodologia adequada para o ensino, submeti-me a uma seleção na embaixada do Brasil, na Guiné, em 2005, e consegui, por meio dos benefícios dos acordos internacionais, vir para o Brasil, cursar, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Graduação em Administração, finalizado no ano de 2010. Em 2011, ainda sob a condição de beneficiado pelos acordos de cooperação internacional, ingressei no Curso de Mestrado em *Gestão em Organizações Aprendentes*, para vivenciar uma nova história de aprendizagens acadêmicas.

Minha participação no Curso de Graduação e do Mestrado – com as leituras efetuadas, as discussões e as reflexões sobre a relação entre educação e desenvolvimento - aprofundou os meus conhecimentos e a minha reflexão sobre a

importância da escolaridade para o desenvolvimento do ser humano e dos modelos de desenvolvimento dos países em processo de globalização.

Meu país natal, a Guiné-Bissau, foi colônia de Portugal desde o Século XV, até 1974, quando foi proclamada sua independência, através de um intenso processo de luta armada, levada à frente por Amílcar Cabral, líder do Partido Africano, para a independência de Guiné-Bissau (PAIGC) e de Cabo Verde, o qual, desde a década de 1962, iniciou a luta armada contra o regime colonial português, em defesa da independência e do desenvolvimento desses dois países africanos. A independência da Guiné não trouxe para o país a necessária tranquilidade para que se reorganizasse política, social e economicamente, grandes avanços educacionais nem o progresso ou o desenvolvimento esperado, devido aos sucessivos golpes de estado visto desde a sua independência.

Cresci, portanto, em uma época quando o país, ainda muito fragilizado por sua recente independência e falta de experiências generalizada, enfrentava sucessivas crises - falta de paz e escassez de alimentos básicos, como arroz, batata, óleo e açúcar, além das prisões da população, independentemente de sua condição de civil. Entretanto, fui um privilegiado por ter conseguido estudar e vir para o Brasil aperfeiçoar meus conhecimentos e minha escolaridade. Aqui, tenho vivenciado diferentes experiências educativas, tive oportunidade de conhecer as obras do escritor Paulo Freire, de quem eu nunca havia ouvido falar quando estudante em Guiné.

Conheci não só os seus ensinamentos sobre a alfabetização de adulto, mas também tive em mãos um livro que chamou muito a minha atenção: *Cartas a Guiné-Bissau*, escrito nos anos de 1970, onde Freire, através de sucessivas cartas dirigidas a Mário Cabral, antigo ministro da Educação e antigo embaixador da Guiné-Bissau na UNESCO, acentuava a importância da educação para os processos de libertação, emancipação e desenvolvimento daquele país em particular. Quanto mais eu me aprofundava em conhecimentos, mais refletia sobre o valor da educação em um contexto contemporâneo da civilização em que a educação se torna, cada vez mais, fator fundamental para o alcance dos resultados relacionados às mudanças dos valores e à conscientização dos cidadãos e às propostas de desenvolvimento.

No ano de 2010, o Sr. José Mário Vaz, ministro das finanças, em carta de intenção dirigida ao Sr. Dominique Strauss-Kahn, Diretor-geral do Fundo Monetário Internacional, solicitando a assistência do FMI para avançar com um programa

econômico de médio prazo, visando à sustentabilidade fiscal e externa, à recuperação do crescimento econômico e à redução da pobreza, assim como o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), prometia que os investimentos na saúde e na educação e a prestação de serviços básicos seriam as prioridades do Governo. Isso porque a baixa qualidade dos serviços sociais básicos na Guiné-Bissau, nos setores sociais, da saúde e da educação, é impeditiva para sustentar o desenvolvimento econômico do país, razão por que é preciso investir mais na capacitação da população mais pobre e contribuir para a redução da pobreza e das vulnerabilidades dos necessitados (VAZ, 2010, p. 13).

Essas intenções, todavia, parecem ameaçadas. Em 12 de abril de 2012, uma ação militar levada a cabo por militares guineenses coloca em risco as propostas de avanços educacionais e de qualificação da sua população e o projeto de desenvolvimento do país, tão esperado por todos os guineenses.

2.2 Problemática e questões de investigação

Nas últimas décadas do Século XX, a educação tornou-se prioridade no mundo globalizado, devido ao papel que vem desempenhando para a construção de uma sociedade moderna e os processos de transformação e evolução das pessoas, possibilitando novas formas de agir, de pensar e de modificar a realidade.

Nos países desenvolvidos, já não é novidade que o avanço educacional, por meio de reformas dos sistemas de ensino, contribui sobremaneira para o fortalecimento de suas economias, do seu sistema político e social e dos valores atrelados aos direitos básicos e humanos.

Nesse contexto, a Guiné-Bissau figura entre os países da África Subsaariana, com dificuldades sociais, políticas e econômicas e de estruturar o sistema educacional, inclusive a educação primária, o que poderá se tornar uma ameaça para o desenvolvimento educacional, político, econômico e social almejado pelos diferentes segmentos.

Em países cujo processo de desenvolvimento é tardio, como os africanos, esse conceito surgiu amplamente, depois da segunda guerra mundial. Eles são considerados atrasados em relação aos países avançados, ou seja, muito mais explorado, dominado e de economia dependente, e cuja situação educacional se reflete em suas condições de desenvolvimento e na de sua população, gerando uma

situação de fragilidade e de dependência em relação a outras nações mais evoluídas, o que afeta o conjunto da sociedade.

É certo que, desde 1974, quando o país tornou-se independente de Portugal, houve alguns avanços educacionais que, em razão das constantes crises políticas com reflexo em toda a sociedade, não estavam conseguindo reduzir as taxas de analfabetismo nem melhorar, quantitativa ou qualitativamente, o sistema educacional guineense, tanto em razão da falta de recursos financeiros ou de orçamentários quanto do insuficiente número de pessoas com um nível mais alto de formação educacional ou com qualidade profissional adequada para o exercício de um ensino de qualidade, ou por falta de interesse ou motivação política, enfim, por todo um conjunto desses fenômenos.

Quando falo em uma melhoria quantitativa e qualitativa do sistema educacional, refiro-me às possibilidades concretas de inserir as crianças, os jovens e os adultos nos processos de educação, com o intuito de adquirir conhecimentos e experiências para a cidadania e para as vivências sociais e para serem preparadas para o mercado de trabalho, o que propicia mais condição de desenvolvimento e sustentabilidade da nação e atende aos prometidos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

É difícil negar que os governos que assumiram a nação guineense, após a independência de Portugal, em 1974, tenham implantado reformas e avanços. Costa 20011(apud OLIVEIRA, 1980, p. 77) comenta que, depois de os problemas nacionais terem sido reconhecidos, o partido revolucionário teve a intenção de manter a estrutura escolar colonial corrigida devido à falta de recursos. Nos primeiros anos da independência, foram mudados os programas de disciplinas como História e Geografia, que passaram a se relacionar às condições de Guiné-Bissau ou da África.

Em 1976, apesar dos esforços empreendidos pelo comissariado de Educação, Mário Cabral, ele não conseguiu manter o programa de alfabetização no método Paulo Freire, e a experiência da alfabetização em Bissau – capital do país – fracassou, porque faltaram verbas e financiamentos externos, aconteceram obstáculos em razão da diversidade linguística, ou seja, definir a língua em que se processaria a alfabetização, e faltou pessoal qualificado para a formação de novos membros. Atrelado a isso, houve um excesso na formação teórica e pouca prática ligada à realidade concreta em que o animador deveria trabalhar. Não podemos

esquecer que faltou o elemento que era apontado como fundamental e básico, tanto pelo educador quanto pelo educando daquele país, que era sala apropriada para ensinar e a motivação para aprender (CÁ, 2007, p. 47, apud COSTA, op. cit.).

Freire, no livro, *A África ensinando a gente*, comenta a dificuldade e o esforço que a “reconstrução nacional” requeria, com as seguintes palavras:

Quanto mais eu me meto no esforço da reconstrução nacional, tanto mais eu descubro o óbvio: Quão difícil é realmente reconstruir uma sociedade! Criar uma sociedade nova, que vai gerar um homem novo e uma mulher nova! E aí a gente percebe, na verdade, como isso não tem nada que ver com os mecanicismos, que não tem nada que ver com espontaneísmos, tampouco com voluntarismo. Mas, pelo contrário, isso demanda uma consciência política clara, que se vai clarificando mais na práxis política, fora da qual não há caminho, eu creio, não há solução. [...] Mas exatamente porque isso não é mecânico, mas sim dialético, em certos casos a educação anuncia o mundo a transformar-se, mas é preciso que esse mundo se transforme realmente para que o anúncio que a educação faz não caia no vazio. Isso tudo exige rigor de estudo, capacitação de quadros, o desenvolvimento econômico e social do país, tudo a um só tempo! Não é fácil. (GUIMARÃES; FREIRE, 2003, p. 41-42)

Como já concluíam Freire e Guimarães (2003), ainda nos anos setenta, os problemas crônicos existentes na educação africana, especialmente na Guiné-Bissau, não se resolvem somente apenas com a ampliação do sistema educacional. Para que se possa ter uma educação compatível com o novo momento contemporâneo, será necessário também estabelecer profundas modificações nas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais desse país africano. Para isso, é necessário que haja envolvimento de todas as partes envolvidas nessa mudança. Nessa perspectiva, as propostas devem ser elaboradas de acordo com as situações, com novos paradigmas, que transformem ideias em ações concretas e ações em projetos sociais significativos, com o intuito de efetuar uma verdadeira transformação no cenário do seu sistema educacional e em seu projeto de desenvolvimento.

É certo que se espera que as mudanças estabelecidas pelos avanços da modernidade, com suas técnicas, possibilitam novas formas de viver a contemporaneidade e os seus processos sociais, incluindo os processos educativos. Mas é possível admitir que, no ano de 2013, quarenta anos foram passados depois de 1973, ano da independência da Guiné-Bissau. Segundo os dados, parece que os problemas educacionais teimam em permanecer, sobretudo os relacionados à superação do analfabetismo e os dele decorrentes, que dificultam as oportunidades

educacionais e os seus benefícios, tanto para o desenvolvimento individual quanto para o coletivo ou do país.

Em 1990, considerada a década da educação, as grandes conferências internacionais oportunizaram a implementação de políticas e novas políticas governamentais relacionadas ao direito à educação para todos e incorporaram, em suas orientações políticas, pedagógicas e ideológicas, um conjunto de valores implícitos e explícitos, relacionados aos direitos humanos, ao aprender a aprender, aprender a ser e às novas propostas de desenvolvimento e de sustentabilidade das nações.

Esse conjunto das novas iniciativas educacionais, consideradas como a chave do desenvolvimento sustentável e autossuficiente dos povos e das nações, através da chance de se obterem diferentes oportunidades ao longo da vida, foi incluído nas Metas do Milênio, como uma das alternativas de inclusão social dos menos favorecidos. Mas, se, de um lado, é certo que a educação é um direito humano fundamental e que se constitui a chave para o desenvolvimento sustentável das nações, como um importante mecanismo para assegurar a paz, a tranquilidade, a harmonia e a estabilidade dentro de cada país, de outro, é indispensável contar com a participação efetiva da sociedade, começando com o atendimento às necessidades básicas de aprendizagem para todos.

No caso dos países africanos, uma criança, em cada quatro com idade escolar, nunca foi escolarizada ou deixou a escola sem terminar o ensino primário. Portanto, a estagnação observada em nível mundial deve-se à situação na África Subsaariana, onde o número de crianças excluídas da escola aumentou, passando de 29 milhões, em 2008, para 31, em 2010, segundo o relatório e um estudo do Instituto de Estatísticas da UNESCO.

Uma série de problemas abala a rede de ensino. Um deles, em consequência dos problemas econômicos, é que, em muitas escolas, falta água e há poucos sanitários ou nenhum. Também faltam livros didáticos, e os professores têm pouco preparo ou não dispõem de formação profissional ou técnica. Além dos problemas econômicos, existe uma grande incidência de gravidez entre as adolescentes, o que representa a maior causa de evasão escolar.

Na especificidade da educação promovida em Guiné-Bissau, em 1992, o governo lançou um programa que incentiva a educação para todos, declarando que

o ensino básico era prioridade para o sistema educacional guineense, juntamente com o ensino secundário, superior e técnico profissional.

Nesse período de 1992, o Ministério da Educação da Guiné-Bissau, juntamente com a cooperação de Portugal, que é seu parceiro fundamental nos projetos de apoio educacional, houve algumas intervenções, com especial incidência na área de formação dos professores e de capacitação nas áreas de gestão e de planejamento escolar, sem, entretanto, ocorrerem mudanças significativas no conjunto do sistema educacional daquele país. Essas mudanças se tornaram mais visíveis no ano de 2003, com a criação do ensino universitário como instituição de ensino técnico e superior, em nível de graduação e em condições de apoiar a formação dos seus recursos humanos e de incentivar a investigação, atividade pilar para a política de construção e qualificação profissionais dos seus quadros nacionais. Essas medidas educacionais não parecem produzir melhorias no quadro de desenvolvimento local – com a persistência de forte incidência da pobreza – nem para a maioria da população, cuja estrutura para a sobrevivência tem sido cada vez mais escassa e difícil.

O conflito político-militar se agravou cada vez mais e paralisou o país por um período de, aproximadamente, 32 anos, com graves consequências para a qualidade de vida da população, especialmente as mulheres e as crianças. Nesse contexto, a dimensão geográfica da pobreza é muito preocupante, porquanto, nas zonas rurais, o número de pobres é maior do que nas zonas urbanas - 79,4% das pessoas vítimas de pobreza vivem nas regiões do país. A taxa de pobreza absoluta (menos de dois dólares por dia) cai em ritmo muito lento. Vejamos o gráfico abaixo.

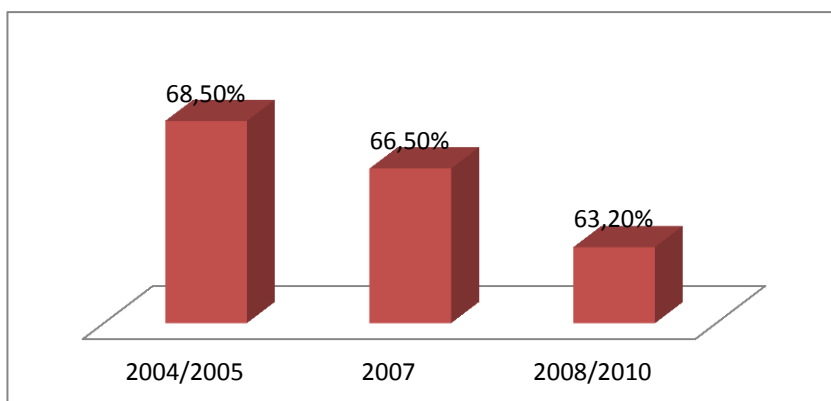


Gráfico 1: Taxa de pobreza absoluta (menos de dois dólares por/dia)

Fonte: Adaptado do DENAR II 2011

O gráfico nos mostra a lentidão com que diminui o ritmo de pobreza absoluta. Vejamos os números percentuais: em 2004/2005, de 68,5%; em 2007, de 66,5%; e em 2008/2010, de 63,2%.

A taxa de pobreza extrema (menos de um dólar/dia) pode ser vista no gráfico a seguir.

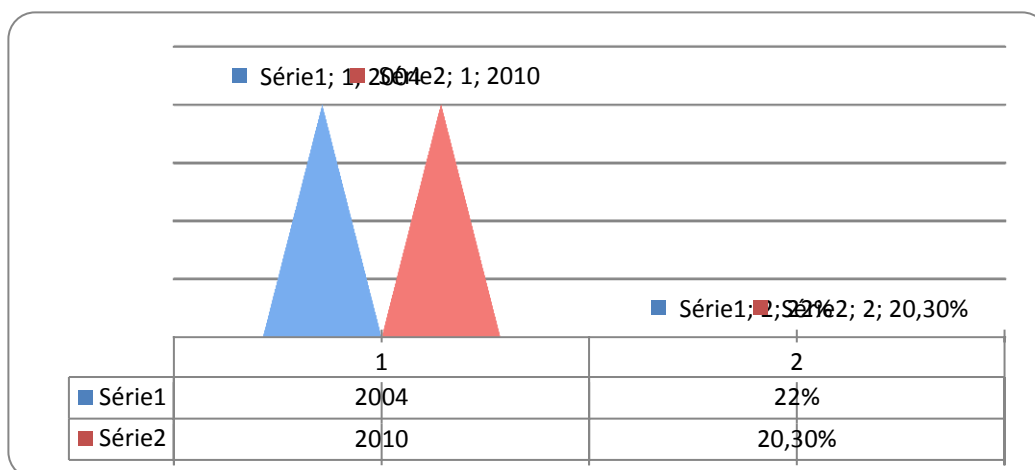


Gráfico 2: Taxa de pobreza extrema (menos de um dólar/dia)

Fonte: Adaptado do DENAR II 2011.

De acordo com os dados disponíveis, a taxa de pobreza extrema teve uma ligeira queda em 2004, apresentando 22% do total da população, e em 2010, com 20,3%, ou seja, teve uma queda de 1,7% em seis anos (DENARP II, 2011). Esses dados indicam que os indicadores sociais continuam refletindo a vivência em âmbito nacional. A situação social, nos últimos trinta e oito anos (1974 a 2012), não apresentava grandes melhorias.

Qualquer sistema educacional deve conter a principal característica de qualquer experiência, de forma a facilitar uma aprendizagem de qualidade, com os máximos detalhes adicionados ao processo, sem que se esqueça do que poderá prejudicá-lo futuramente, quanto à facilidade de aprendizagem/ensino, que deveria servir como modelo para incorporar mais valores, no que diz respeito à percepção, à compreensão e à evolução de uma sociedade igualitária.

A qualidade da educação incorpora dimensões como o processo, a qualidade dos resultados de aprendizagem, a pertinência social da educação, a articulação entre os subsistemas escolares e extraescolares, uma sólida formação básica de cidadãos responsáveis, solidários e competentes, com capacidade de se adaptar às

mudanças e que sirvam de sustento para aprendizados posteriores, para uma cultura do trabalho e para garantir o funcionamento de um serviço educativo que busca gestores eficazes e eficientes, a fim de alcançar resultados predefinidos (BRENNAND E PRESTES, 2010, p.293).

Na verdade, não existe desenvolvimento sem um bom investimento no capital humano, portanto, o melhor caminho é uma educação de qualidade para todos sem diferencial, visto que a educação não é privilégio para uns, mas necessária para a sobrevivência humana. Para isso, o desenvolvimento de uma consciência, por meio da aprendizagem, permite ao homem transformar a realidade, razão por que é cada vez mais urgente, de acordo com a sua capacidade, responder aos desafios do mundo e quebrar os espaços geográficos. Assim, vão fazendo história por sua própria atividade criadora (FREIRE, 1963 p.17).

A educação é a ferramenta para a realização do sonho de cidadania de todo o universo, principalmente para os países africanos (Guiné-Bissau). Por isso, a educação deve ser a expressão do processo de democracia, capaz de construir a cidadania por meio do saber, da análise e da reflexão do contexto local em que estamos inseridos. É o caminho ideal para a aquisição da identidade social, política e econômica de um povo comprometido com o desenvolvimento de sua sociedade.

A educação apresenta-se, também para nossos países, como um caminho que deve ser trilhado, na busca de um desenvolvimento sustentável, marcado pela justiça social. De modo concreto, precisamos enfrentar como nos ensinou Paulo Freire, o desafio de promover uma educação de jovens e adultos libertadores, transformando a realidade (BRENNAND; PRESTES Apud FREIRE, 1993).

Por isso, as sociedades que conseguem desenvolver seu capital intelectual por meio de um ensino de qualidade estão mais bem preparadas para se desenvolver econômica, social e culturalmente. As pessoas educadas assumem um papel fundamental no desenvolvimento, por exemplo, gerando novos conhecimentos e contribuindo para a construção de uma sociedade melhor.

Os Estados têm a obrigação de garantir que todos os cidadãos tenham a mesma oportunidade de que suas necessidades básicas de aprendizagem sejam atendidas. Por essa razão, a educação primária deve ser gratuita, obrigatória e de boa qualidade, porque o papel do estado é indispensável e deve ser assessorado e apoiado por parceiros dispostos a ajudar (Banco Mundial, FMI, PNUD etc.).

Dados disponibilizados no relatório nacional sobre o desenvolvimento humano na Guiné-Bissau, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2006, indicam que, na Guiné-Bissau, a taxa líquida da escolarização primária, nos anos de 2003 e 2004, apresentava-se entre os 54% e os 56,9%, deixando um grande número de crianças fora da escola ou atrasadas em sua escolarização, como mostra o gráfico abaixo.

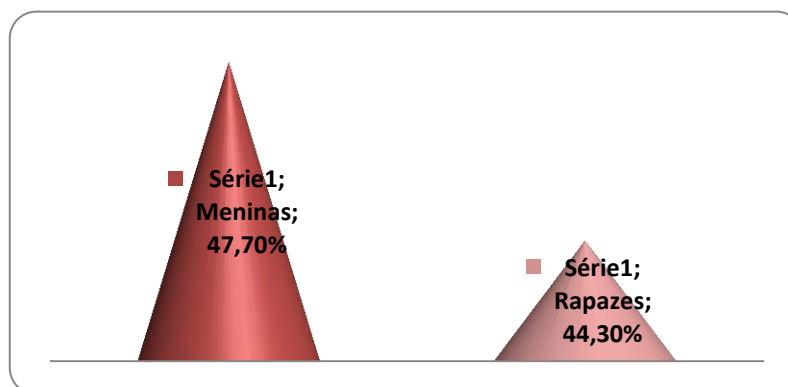


Gráfico 3: Crianças fora da escola nos anos de 2003 e 2004

Fonte: Programa de formação dos educadores do ensino básico da Guiné-Bissau 2007

Com esses dados, podemos observar que grande massa de crianças se encontrava fora da escola - 47,7% de meninas, e 44,3% de rapazes em idade escolar.

A taxa de analfabetismo, entre os anos de 2000 e 2008, era de 44,8%, segundo relatório da UNESCO. Já em 2009, a taxa de alfabetização de ambos os sexos foi de 52,2% da população de 15 anos de idade ou mais, segundo o IBGE. Em 2010, essa taxa de alfabetização subiu para 54,2% para ambos os sexos. Isso significa que o país está regredindo lentamente, pois, segundo os dados, o analfabetismo está aumentando. Essa situação educacional, reflexo da frágil situação do país, nos setores econômicos, político e social, gera uma crise generalizada, que se estende desde o século passado até os recentes dias de 2012. Nesse sentido, precisamos refletir sobre as condições educacionais vigentes, com o intuito de possibilitar e enriquecer a literatura específica sobre esse assunto e possibilitar informações críticas e aprofundamentos sobre essas condições educacionais.

Em um livro publicado no ano de 2008, Lourenço Ocuni Cá, comentando sobre o sistema educacional de Guiné-Bissau, afirma que não será apenas a

expansão quantitativa do ensino que resolverá o problema educacional do país, mas, se for acompanhada de uma postura institucional que esteja focada na organização e nas condições mínimas para o seu funcionamento, haverá resultado satisfatório. O autor afirma que o governo do país não prioriza a educação, embora o discurso político venha enfatizando sua importância para impulsionar seu desenvolvimento. De fato, um país com sistema educacional de qualidade para todos colabora para o crescimento socioeconômico e político, ajuda a diminuir a taxa de mortalidade infantil, aumenta a expectativa de vida da população e reduz a taxa de imigração.

São esses e outros fatores positivos e significativos que um sistema educacional de qualidade nos proporciona. Portanto, o objetivo deste trabalho é de apresentar a situação educacional da Guiné-Bissau, entre os anos de 1974 e 2010, considerando sua situação socioeconômica e política.

Quando procuramos, na Guiné-Bissau, dados para sistematizar o presente trabalho, verificamos que não havia, no próprio Ministério da Educação, muitos documentos onde a situação educacional estivesse descrita. Nesse sentido, entendemos que este trabalho pode se tornar um documento de consulta e contribuir para que os envolvidos nessa área possam repensar o sistema educacional do país, tanto para o Ministério quanto para os organismos internacionais que possam interferir com projetos que busquem soluções.

Levando em conta as questões aqui apresentadas, continuam as seguintes perguntas:

- É possível pensar no crescimento de um país, sem apostar em uma educação de qualidade para todos?
- Sistematizar os dados sobre a situação do país pode contribuir para ajudar a pensar sobre mudanças no contexto educacional?
- Se investisse em educação, o país sairia dessa situação em que se encontra?

2.3 Objetivos

2.3.1 Geral

Estudar a evolução do sistema educacional da Guiné-Bissau, entre os anos de 1974 e 2012, considerando suas condições históricas, socioeconômicas e políticas, bem como seus reflexos no desenvolvimento do país e o impacto do Projeto Africanidade nesse contexto.

2.3.2 Objetivos específicos

- Proceder a um levantamento das informações sobre a evolução do sistema educacional da Guiné-Bissau, no período de 1974 a 2012, e organizá-las segundo a dependência administrativa, os níveis de ensino e as condições de funcionamento.
- Identificar os principais acontecimentos que influenciam na organização e no desenvolvimento desse sistema, no período de referência, segundo as contingências socioeconômicas e políticas vigentes;
- Efetuar uma síntese analítica sobre a atual condição/situação educacional da Guiné-Bissau;
- Identificar a contribuição do Projeto Africanidade para a melhoria da situação educacional de Guiné Bissau.

2.4 Características do estudo e fontes de coleta

A metodologia é um caminho percorrido pelo pesquisador no processo de elaboração de sua pesquisa. Em razão da existência de vários caminhos, ele escolhe aquele que melhor corresponde aos objetivos da pesquisa e ao referencial teórico (COSTA et al. 2006, p. 30).

Assim, este trabalho se configura na pesquisa *ex post facto* como um estudo qualitativo, descritivo e exploratório. Foram utilizadas duas fontes de informação: a análise documental e a entrevista semiestruturada.

Segundo Freitas apud Pedron (2003), a pesquisa *ex-post-facto* é definida como um experimento que se realiza depois dos fatos acontecidos

espontaneamente, e por isso não se tem controle das variáveis. Desse modo de pesquisa, são tomadas como experimento situações que se desenvolveram naturalmente, espontaneamente, e trabalha-se como se estivessem submetidas a controle. Nesse contexto, este trabalho foi estruturado das duas formas: a primeira é a *ex-facto*, antes da independência e durante a independência até o ano 2010; na segunda (2010-2012), utilizamos a *post-facto*, com a análise do impacto do Projeto Africanidade e as mudanças que a educação a distância, ou seja, o novo sistema de educação, poderia contribuir para melhorar o sistema educacional guineense.

Para a análise documental, utilizamos como fonte de informações dados bibliográficos e secundários, oriundos de publicações anteriores: relatórios, artigos, dados quantitativos etc. Segundo Lakatos (2010), a característica da pesquisa documental ou de fontes secundárias abrange produções já tornadas públicas em relação ao tema de estudo - publicações avulsas, boletins, jornais, livros, revistas, monografias, teses e materiais cartográficos – com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com o que foi pesquisado, escrito, dito e falado sobre o tema. O autor pode utilizar as fontes secundárias escolhidas através de livros, revistas e depoimentos, a fim de relacionar o tema ao conteúdo estudado e permitir uma análise de cada etapa, que facilita o alcance da resposta para o questionamento da pesquisa.

Esclarecemos que, neste trabalho, pelo fato, no país, os arquivos estarem dispersos, foi difícil selecionar fontes. Estivemos em Guiné-Bissau no período de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012, mas não tivemos acesso a muitas fontes de dados primários. Por isso, nossa pesquisa se fundamentou em dados publicados por organismos internacionais como a ONU e em poucos documentos a que tivemos acesso.

Assim, por motivo de viabilidades de execução, uma vez que não foi possível retornar ao país em razão do golpe militar, não estamos esgotando as fontes de informações sobre a questão. Os documentos consultados estão restritos a um número limitado de publicações e que interessaram mais de perto aos objetivos propostos.

No segundo momento, realizamos entrevistas semiestruturadas com professores, alunos e mediadores do Projeto Africanidade. A entrevista foi realizada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em dois países da África: Cabo Verde e Guiné-Bissau, no período de 2010 a 2012.

2.5 Amostra

Para Lakatos (2010), a amostra é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam, pelo menos, uma característica em comum. Por isso, apesar de esta dissertação ter uma conotação descritiva e qualitativa, estamos trabalhando com uma amostra de documentos sobre as condições educacionais e sociais da sociedade guineense no período de 1974 a 2012.

A natureza de amostra é casual, ou seja, os documentos que serviram como fontes de pesquisa foram os encontrados no período da coleta na *internet*, em bibliotecas públicas e privadas e em arquivos privados e públicos de Guiné-Bissau.

A ideia básica de empregar esse modelo de amostra, nesta pesquisa, é de que os dados coletados e submetidos a apreciações e análise possibilitam organizar e harmonizar informações relevantes a respeito de todos os documentos pesquisados.

2.6 Instrumentos de coleta de dados

Como método de investigação da realidade social, a pesquisa documental não traz uma única concepção filosófica e pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista quanto nas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico, de acordo com o referencial teórico que alimenta a ideia do pesquisador. Portanto, a escolha documental, suas descrições e análises devem responder às questões da pesquisa, exigindo do pesquisador uma capacidade reflexiva e criativa, no que diz respeito à compreensão do problema, além de conseguir estabelecer relações existentes entre os contextos, no modo como elabora suas conclusões e como as comunica.

Nesse caso, os primeiros dados foram coletados no Ministério da Educação de Guiné-Bissau, no período de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012. Em seguida, utilizamos motores de buscas na *internet*, para localizar documentos em fontes abertas: relatórios de organizações não governamentais que atuam na Guiné-Bissau, tais como: FMI, UNICEF, PNUD, UNESCO e Mundo Lusófono. Feitas essas consultas, passamos a efetuar a leitura de obras de um dos mentores da implementação do sistema educacional guineense - Paulo Freire - e vários outros artigos e teses encontradas na *internet* que tratam do sistema educacional

guineense. Os dados referentes às décadas de 70, 80 e 90 são quase inexistentes porque, naquela época, não havia Institutos de pesquisa no país. Os dados mais explorados neste trabalho são os do final dos anos 90 a 2012.

Para a segunda parte do trabalho, foram entrevistados dez professores, dois mediadores e 16 alunos que concluíram o referido curso. A entrevista empregada foi do tipo semiestruturada. Segundo Brennand (2011), a entrevista pressupõe uma conversa profissional, roteirizada, em razão de uma investigação, cujas técnicas dialógicas de elaboração e de desenvolvimento ponham em evidência informações, opiniões e narrativas voltadas para a prova de uma hipótese ou da construção de “histórias de vida”.

Complementando essa definição, Rodrigues (2007, p. 133) salienta:

A entrevista é uma técnica de coleta de informações de uso universal em ciências sociais, isto é, psicólogos, sociólogos, pedagogos, antropólogos, historiadores, enfim, todos os ramos da pesquisa social fazem uso dessa técnica. [...] o diálogo entre entrevistador e entrevistado faz da entrevista ‘uma forma de interação social.

Por possibilitar que o pesquisador obtenha informações diretamente nas fontes, a entrevista promove uma interação face a face, cuja dinâmica da conversa configura-se como uma “leitura” para o pesquisador, muito além do que as simples palavras verbalizadas proporcionam. Assim, os gestos, as ênfases, o silêncio, a exaltação, a frieza, entre outros atos comportamentais são importantes para dar sentido à pesquisa. Pode ser entendida, principalmente no campo da Educação, como um momento que pode ser marcante para a vida do pesquisador.

A entrevista semiestruturada tem um roteiro pré-definido, e sua estrutura se articula mais como pontos de discussão do que como perguntas fechadas, fazendo da flexibilidade a dinâmica oportuna para o aprofundamento do tema ao longo da conversa.

2.7 Cenário da pesquisa

O cenário da pesquisa é a República da Guiné-Bissau, um país da costa ocidental da África que faz fronteira, ao Norte, com Senegal, a Leste, com Conacri (ex-colônia francesa), e ao Sul e a Oeste, com o oceano Atlântico. Sua população era de, aproximadamente, 1.628.603 habitantes, em 2012, com uma extensão de

36.125 km². Apresenta um clima quente e úmido. Foi colônia de Portugal desde o Século XV até proclamar unilateralmente a sua independência, em 24 de setembro de 1973.

O reconhecimento por parte de Portugal só veio em 10 de setembro de 1974. A Guiné-Bissau foi a primeira colônia portuguesa, no continente africano, cuja independência foi reconhecida por Portugal. Atualmente, faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), das Nações Unidas, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e da União Africana.

3 GUINÉ-BISSAU – IMAGENS E SÍNTESES

3.1 Fotografia em movimento



Imagem 1: Um estado livre e democrático.

Fonte: <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q>

A Guiné-Bissau, antiga colônia portuguesa, tornou-se independente em 24 de setembro de 1974, após onze anos de uma dura e forte luta armada para a libertação nacional, que terminou com o reconhecimento da sua soberania pela antiga metrópole após a queda do regime fascista em Portugal, no dia 25 de abril de 1974.

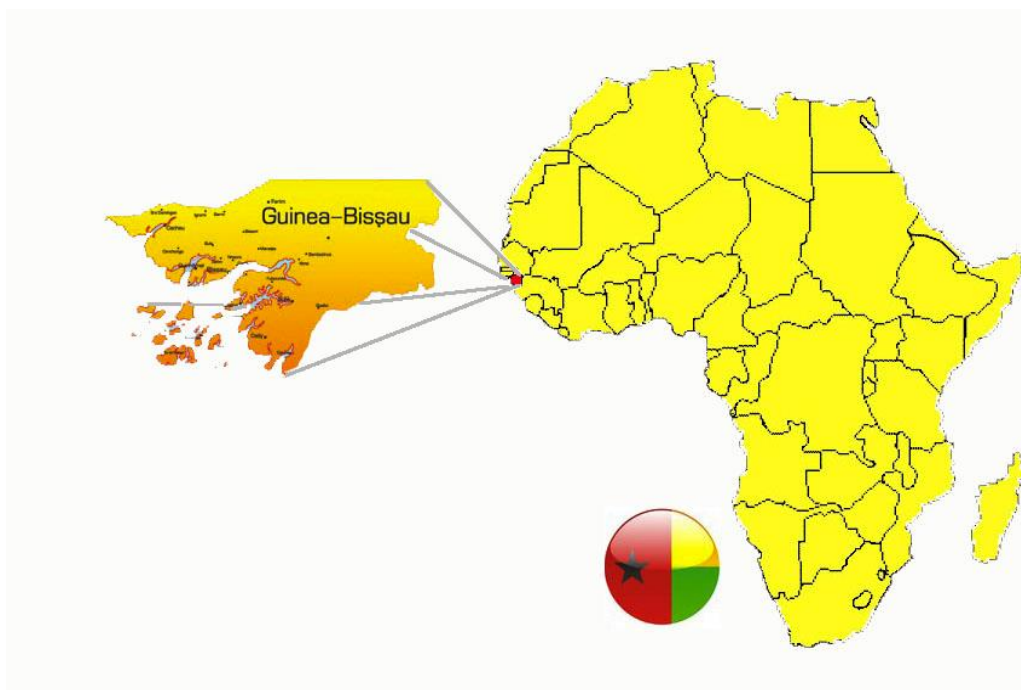


Imagem 2: Mapa da África e da Guiné-Bissau

Fonte: Mapa adaptado.

No ano de 2010, Guiné-Bissau apresentava uma população de 1.565.126 habitantes, segundo o INDEXMUNDI, e uma taxa média de crescimento anual de 2.7%. As mulheres representavam 52% da população, e a faixa etária de menos de 15 anos representava em torno de 48,% da população. A taxa de mortalidade infantil e juvenil tem diminuído, ao longo dos últimos quinze anos, em um ritmo extremamente lento. Em 1995, era de 223 mortos por mil nascidos vivos com até um ano de idade; em 2000, caiu mais de que 50%, como mostra a tabela abaixo.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Mortes	112	110	108	110	109	107	105	104	102	99	98

Quadro 1: Taxa de mortalidade infantil (mortes/1000 nascidos vivos)

Fonte: <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=pu>

De acordo com o quadro 1, entre os anos de 2000 e 2011, a taxa de mortalidade infantil diminuiu, de forma lenta e insignificante, já que reduziu apenas 16 mortos em 10 anos. Isso nos sugere que o país não investe em seu sistema de saúde.

A mortalidade materna, estimada em 800 por cada 100.000 nascidos vivos, permaneceu com essa taxa num nível muito elevado, superior à média dos países com perfil socioeconômico semelhante em 2010 (DENARP II, 2011).

3.2 AIDS/HIV

A AIDS/HIV é vista como uma das grandes ameaças à estabilidade do progresso global. A AIDS continua progredindo, caminhando a passos largos. No caso da Guiné-Bissau, segundo o secretário executivo do Conselho Nacional da Luta contra a AIDS, em entrevista ao Jornal Notícias, estima que cerca de 5,8% da população está infectada, em uma população de um milhão e meio de habitantes, pois existem dois tipos de vírus: HIV-1 e HIV-2.

Em 2004, por exemplo, calculava-se que, na Guiné-Bissau, 34 mil pessoas estavam infectadas. Desse total, 13,5 mil haviam contraído o vírus HIV-2, considerado menos contagioso, e cujo período de incubação pode ser de até 20 anos (OPLOP, 2011). A agência da ONU, Guiné-Bissau registrava, em 2009, o número de 22.000 infectados, 1.200 óbitos e 2,5% de prevalência do vírus na população com idades entre 15 e 49 anos.

Em setembro de 2010, uma notícia positiva sobre o combate do vírus surgiu. Na época, segundo a Joint United Nations Program on HIV/AIDS (UNAIDS), uma agência de estados da ONU, criada para promover programas de combate ao vírus ao redor do mundo, afirma que Guiné-Bissau figura entre os países que obtiveram uma queda no quadro de novas infecções, algo em torno de 25%. A redução em 2010, é possível afirmar, foi um dos primeiros resultados vindo dos programas de assistência às mulheres grávidas e de conscientização entre jovens e adultos.

De acordo com o quadro 1, entre os anos de 2000 e 2011, a taxa de mortalidade infantil diminuiu, de forma lenta e insignificante, já que reduziu apenas 16 mortos em 10 anos. Isso nos sugere que o país não investe em seu sistema de saúde.

A mortalidade materna, estimada em 800 por cada 100.000 nascidos vivos, permaneceu com essa taxa num nível muito elevado, superior à média dos países com perfil socioeconômico semelhante em 2010 (DENARP II, 2011).

3.3 Direitos humanos

Pela preferência própria da legislação constitucional, a Guiné-Bissau adotou a democracia multipartidária em 1991, como forma de governo e, conseqüentemente, elegeu a proteção dos direitos humanos e consolidou o Estado de direito como objetivos fundamentais do Estado.

Os direitos humanos não são um simples instrumento jurídico, mas representam, antes de tudo, uma tentativa de se atribuir força jurídica à convicção de que o homem e a mulher são portadores de direitos que fazem referência a sua qualidade moral como ser livre e racional. Nesse sentido, os direitos humanos podem ser entendidos como o conjunto de faculdades e instituições que buscam concretizar algumas das principais exigências concernentes ao reconhecimento da dignidade humana de todos os homens (TELO apud RABENHORST, 2010, P.21-22).

Os combates da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) inserem-se nessa linha de orientação e de construção de uma sociedade de direito, isto é, de fazer parte das forças de mudança, com vistas à construção de um verdadeiro Estado de direito, onde a justiça social e os respeitos pela dignidade do ser humano sejam uma realidade concreta, da confusão, do medo, da intolerância, da brutalidade, da intriga e da corrupção, por fim, das violações sistemáticas dos direitos humanos guineenses. A crônica instabilidade política da Guiné-Bissau, desde a sua independência (1974), tem propiciado a sucessão de governos e dos respectivos titulares de cargos públicos e servido de obstáculo para o fomento das ações que visam empreender atividades geradoras dos rendimentos e valor aos direitos humanos.

Em Guiné-Bissau, desde a guerra civil de 1998, nunca mais se voltou à estabilidade política, muito menos, aos direitos humanos. Desde esse ano até 2009, o país foi marcado por várias tentativas de golpe de estado do “poder militar”, algumas concretizadas. Esses golpes de Estado subverteram toda a ordem constitucional, principalmente os direitos humanos. Em 2003, foram assassinados crucialmente o então Chefe de Estado-maior, o General das Forças Armadas, Veríssimo Correia Seabra, e Domingos de Barros, que fazem parte dos quadros superiores militares com reconhecida formação e qualificação. Em 2 de março de

2009, foram mortos o Presidente em exercício, João Bernardo Vieira, e o chefe de Estado-maior das forças armadas, Tagmé na Waye.

Em 4 e 5 de junho de 2009, também foram assassinados Hélder Proença e BaciroDabó, ambos deputados e ex-ministros. O Ministério Público concluiu que não houve golpe de Estado e, em consequência, o processo foi parcialmente arquivado, no dia 26 de maio de 2011. Nesse ano, houve a tentativa de golpe de Estado, mas falhou, porquanto, em 12 de abril de 2012, aconteceu um novo golpe de estado: o Presidente da República interino, Raimundo Pereira, foi preso em sua residência por militares, tal como o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior. Até hoje, o país se encontra governado por um governo de transição.

As Nações Unidas estão preocupadas com relatos de assassinatos e buscas extrajudiciais na Guiné-Bissau e violações de direitos humanos que "não podem ser toleradas", como afirma o secretário-geral Ban Ki-moon. A Liga Guineense dos Direitos Humanos afirma que a Guiné-Bissau caminha para o abismo sem que as autoridades de transição façam algo para mudar o cenário. Esses e outros atos deprimentes e hediondos, além de serem intoleráveis em todos os níveis, demonstram o perigo que as "forças militares" representam para os cidadãos guineenses e para a subsistência do próprio estado do direito democrático.

3.4 Situação da mulher quanto ao emprego e à renda

Na Guiné-Bissau, as mulheres e as crianças são as camadas da população mais atingidas pela negação de justiça. Em nível político, o país conheceu uma luta armada de liberação nacional que durou 11 anos (1963-1974) contra o então colonialista português, da qual as mulheres guineenses participaram ativamente. Em 1994, foram realizadas as primeiras eleições pluralistas, em que o general João Bernardo Vieira foi eleito presidente da República. Depois desse período, o país entrou num ciclo de crises sucessivas, que culminaram com o conflito político-militar de 7 de junho de 1998, que durou onze meses e custou a vida de mulheres e de crianças. Durante esse conflito, foram perpetradas graves violações dos direitos fundamentais das mulheres e do direito internacional humanitário. Elas foram expostas a abusos sexuais, agressões físicas e psicológicas, pilhagens efetuadas pelas tropas das partes beligerantes. Esses atos nunca foram punidos (PLANO DE ACÇÃO NACIONAL 1325, 2000; Bissau, março de 2010).

Esse é um trabalho realizado pelo Instituto da Mulher e da Criança, com a colaboração das organizações femininas, as organizações da sociedade civil e a missão das ONU na Guiné-Bissau, que iniciam um trabalho de planificação para os próximos três anos. Esse plano engloba as ações de reparação, de proteção, de prevenção e de apoio material e psicológico às mulheres vítimas das atrocidades, durante os últimos anos dos conflitos e dos golpes de estado que o país conheceu, como foi explicado.

A jornada de avaliação foi realizada (29 de Janeiro de 2010) da implementação da resolução 1325 (2000) do conselho de segurança permitiu os seguintes diagnósticos:

1. Embora os guineenses comecem a desempenhar um papel importante no processo de paz em curso no país, as mulheres são sempre representadas em dimensão menor nos postos de responsabilidade.
2. Até a data, nenhuma mulher guineense foi nomeada representante, enviada especial ou agente de missões de bons serviços em nome do Secretário-geral das Nações Unidas, nem na qualidade de observadora militar e membro da polícia civil. Com efeito, a Guiné-Bissau ainda não enviou ao SG das Nações Unidas uma lista das mulheres que podem ser nomeadas para esses diferentes postos.
3. A Guiné-Bissau dispõe de uma Comissão de Consolidação de Paz, órgão de vigilância para a prevenção dos conflitos, que apoia, entre outras ações, as reformas do sector de segurança, reforma judicial e reforma da administração pública. A representação das mulheres nessa comissão é muito menor.
4. As mulheres guineenses são sistematicamente excluídas das negociações de paz e das negociações políticas. Sua experiência, no entanto, provada na prevenção e na resolução pacífica dos conflitos (exemplo de AdjaSatuCamara, antiga governadora de Gabu etc.), é um exemplo que deve ser aproveitado pelo país.
5. Os crimes de guerra contra as mulheres e as raparigas continuam impunes. Os autores de violações, como táticas de guerra, deslocamentos forçados, pilhagens, torturas e desaparecimentos, continuam em liberdade, e nenhuma investigação séria foi efetuada até agora para perseguir os supostos responsáveis e reparar as vítimas.
6. A Guiné-Bissau dispõe de um secretariado executivo dos refugiados. Nenhuma mulher tem acento nessa estrutura, fato que limita a tomada de medidas tendo em conta as necessidades específicas das mulheres nas ações de ajuda aos refugiados.

7. A insuficiência dos mecanismos que favorecem o acesso das vítimas de guerra à justiça e aos serviços judiciais aparece como um dos desafios maiores, do ponto de vista da proteção dos direitos fundamentais das mulheres. A taxa de casos relativos aos abusos sexuais contra elas, traduzidas para a Justiça é insignificante.
8. A proporção de mulheres, nos efetivos dos setores da defesa e da segurança nacional, é inferior a 20%. Acresce-se a esse facto a ausência delas nas esferas de decisão do Exército e da Polícia Nacional, o que torna pouco provável a tomada de medidas que têm em conta as necessidades específicas delas e das raparigas nesses setores.
9. O conteúdo das formações dos corpos de segurança nacional não integra as questões relativas à segurança das mulheres, em tempos de paz, assim como de guerra. Isso limita, consideravelmente, sua capacidade de agir.
10. O sistema de recolha, tratamento e exploração dos dados estatísticos não integra o aspecto ligado à violência contra as mulheres e sua segurança. Em consequência, nenhuma informação oficial fiável está disponível para avaliar a amplitude da violência contra as mulheres na Guiné-Bissau. As informações disponíveis são recolhidas de maneira empírica por ONGs, locais de defesa dos direitos do ser humano e de algumas estruturas governamentais.
11. As políticas nacionais de construção da igualdade do gênero e da luta contra a violência baseada no gênero estão em fase de elaboração. Os recursos dedicados às estruturas da promoção das mulheres são insuficientes e limitam, consideravelmente, a produção e a implementação dessas políticas.
12. A Guiné-Bissau produziu, em 2009, o seu primeiro relatório sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, em conformidade com a CEDAW. A insuficiência dos mecanismos nacionais de vigilância para a implementação dos compromissos internacionais, em matéria de proteção dos direitos humanos das mulheres, representa um desafio maior.
13. No que diz respeito ao sector da educação, nota-se a ausência da cultura de paz e dos direitos humanos no currículo escolar, fato que constitui para já uma preocupação para o país. As iniciativas empreendidas pelas ONG locais têm resultados mitigados, e os direitos humanos, em especial, os das mulheres, permanecem largamente ignorados.

A sociedade guineense ainda enfrenta as diversidades e as dificuldades existentes nessa sociedade. Essa jornada de avaliação e as metas a serem

alcançadas são uma das mais evidentes relações de gêneros, que dizem respeito muito mais às questões culturais e sociais desse povo.

Essa exclusão das mulheres, tanto do mercado de trabalho quanto das escolas, influencia sobremaneira seu cotidiano e sua vida pessoal, pois a taxa de utilização de métodos contraceptivos é considerada extremamente fraca, e essa cobertura da prevenção é estimada em menos de um 1%, nas zonas rurais, e de 5 a 12%, nas zonas urbanas, na década de 90. Já na década de 2000, essa taxa fechou com 14,2% de uso de contraceptivos em todo o país. A fecundidade é de 5,8 filhos por mulher. A gravidez precoce afeta 33% das adolescentes.

O acesso à água potável continuou sendo um grande problema para a população de todo o país. Em 2004, só 54,6% da população teve acesso à água potável (canalizada, de torneira), e apenas 45,4% desse contingente utilizava água não protegida proveniente dos poços ou ribeiras. Em 2010, segundo Inquérito aos Indicadores Múltiplos (*MultipleIndicators Cluster Survey – MICS*), mais de um terço da população utilizava uma fonte de água melhorada, sendo 84% das famílias da zona urbana, e 53% da zona rural. O quadro abaixo mostra como era distribuído o acesso à água, fazendo uma comparação entre a capital Bissau e as demais regiões.

Principais fontes de água para beber	Bissau (capital) %	Outras regiões %	Total %
Água canalizada em casa	18,7	1,0	6,3
Torneira Pública	32,1	24,8	27,0
Poço protegido	30,4	29,3	29,6
Poço não protegido	16,9	41,7	34,3
Outras fontes	2,0	3,1	2,8

Quadro 2: Repartição das famílias, segundo principal fonte de água potável em 2010

Fonte: <http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/ilap2.pdf>

Como mostra a tabela acima, somente 6,3% da população da Guiné-Bissau tem água canalizada em casa, e 27% dessa população têm acesso a torneiras públicas, sendo esse acesso mais concentrado na capital. O restante da população consegue ter acesso à água através dos poços, sejam eles protegidos ou não.

A cobertura sanitária continua precária. Em 2010, cerca de 5% da população da zona rural possuía instalações sanitárias, e na zona urbana, essa taxa era de 35% da população. Existe uma grande massa de utilização de latrinas/fossas, o que representa um grande perigo para a saúde pública, como mostra a imagem abaixo. Cerca de 40% do total da população têm acesso aos serviços públicos de saúde em um raio de 5 km em média (DENARP II 2010).

O país tem uma grande quantidade de grupos étnicos e diversidades linguísticas, que é um dos fatores determinantes de suas características culturais, tornando-se um dos principais aspectos determinantes do comportamento cultural no país. As diferentes crenças, os valores e as religiões marcaram a organização do sistema cultural do país.



Imagem 3: Falta de saneamento básico na Guiné-Bissau

Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?q=falta+de+saneamento+básico+guiné-bissau>

A população guineense é constituída por cerca de 40 diferentes etnias, um verdadeiro mosaico de povos e culturas, a saber: Grupo litoral: Balantas (Balantas manés, Cunantes e Nagas), Djolas (Baiotes e Felupes), Banhuns, cassangas e Cobianas, Brames, Mancanha, Manjacos e Papéis, Bijagós, Biafadas, Nalus, Bagas e Landumãs; Grupo interior: Pajadincas (Bajarancas) e Fandas; Grupo Mandinga:

Mandingas, Seraculés, Bambarãs, Jacancas, Sossos, Jaloncos; Grupo fula: Fulas forros (fulacundas), fulas pretos, futajoloncas (Boencas, futa-fulas e futa-fulas pretos), Torancas (Futancas ou Tocurores). Os grupos étnicos mais populosos são: Balantas (30% da população), Fulas (20%), Manjacos (14%), Mandingas (13%) e Papéis (7%).

No litoral, predominam os Balantas, que cultivam arroz e gado bovino. Os Bijagós, que habitam no arquipélago com o mesmo nome, formam uma sociedade matriarcal. O Interior é ocupado pelos Fulas, que são nômades e dedicam-se à criação de gado e à agricultura itinerante.

Os cultos tradicionais são predominantes (45,2%), seguindo-se os islâmicos (39,9%) e os cristãos (13,2%); os católicos (11,6%), outros 3,8%, dupla filiação 2,2%, e o número dos que se afirmam sem religião, ou ateus, compõem cerca de 1,6% (DOCUMENTO ESTRATÉGICO PARA AVALIAÇÃO DE POBREZA, 2012).

Nessa situação, com diferentes grupos étnicos, quando existe uma eleição para determinado cargo, normalmente as pessoas da etnia votam nos eleitores da própria etnia. Para uma pessoa de outro grupo étnico conquistar os eleitores de outra etnia, é obrigado a contratar as pessoas dessa etnia para se tornar chefe de campanha naquela zona eleitoral da etnia dele. Se não fizer isso, as etnias com o maior número de população têm a probabilidade de ganhar.

Essas diferenciações, muitas vezes, influenciam os problemas da vida social e o desenvolvimento nacional, como forma de inclusão na educação, por exemplo. Há várias tentativas de adequar e aplicar na escola uma metodologia do ensino único. Porém, os resultados não são encorajadores, porque a maioria das crianças e dos jovens que ingressam nas escolas não aprende a falar português, pois não é sua língua materna. Para eles, esse é o principal problema para uma metodologia de ensino eficaz e que contribui para as elevadas taxas de evasão.

Freire, ao refletir sobre diversidade linguística, assevera:

Quando um país possui diversas línguas, diversas culturas devem-se valorizá-las em seu conjunto ao promover uma unidade cultural nacional. A diversidade cultural é uma grande riqueza. Não uma deficiência. O processo de alfabetização deverá considerar a necessidade de criação de materiais e conteúdos diferenciados que leva em conta tanto a diversidade cultural quanto a unidade cultural. A maioria das sociedades africanas foi estruturada em torno da cultura oral e, numa cultura essencialmente de expressão oral, a educação deve levar em consideração os conteúdos, os meios de transmissão da cultura. Não convém, pois, privilegiar a expressão cultural escrita em detrimento da expressão oral. É

indispensável comparar e permitir o enriquecimento recíproco das duas expressões. E conclui em outro momento o desafio pedagógico e político das nações que possuem riqueza, diversidade cultural está não só em criar uma nova política, uma nova concepção de poder, mas também em criar, como dizíamos uma nova concepção da própria pedagogia (Instituto Paulo Freire apud FREIRE & FAUNDEZ, 1985).

No ano de 2009, a taxa de escolarização, nos níveis secundário e superior da população, era de 33,8%, para as meninas, contra 65,9%, para os rapazes. Os índices de abandono são maiores entre as meninas: cerca de 57% contra 43,6% dos rapazes em ano letivo. O governo já tentou melhorar essa situação de evasão, implementando, nas escolas primárias, o ensino na língua crioulo, o que é experimentado em alguns centros. No entanto, não obteve sucesso e razão da falta da metodologia adequada de transição de crioulo para português.

O quadro abaixo mostra a taxa de alfabetização da população guineense com faixa etária a partir de 15 anos, por sexo – masculino e feminino, entre Bissau e outras regiões em 2010.

Saber ler e escrever	Bissau		Outras regiões		Total		
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Total
Sim	89,8%	69,8%	56,7%	26,2%	66,5%	38%	51,4%
Não	10,2%	30,2%	43,3%	73,8%	33,5%	62%	48,6%
Total	117.688	120.361	279.804	325.546	397.492	445.907	843.399

Quadro 3: Condição de escolaridade das pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e localidade, no ano de 2010

Fonte: <http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/ilap2.pdf>

Podemos observar que, de um total de 843.339 pessoas que compõem a população de Guiné-Bissau no ano de 2010, cerca de 49,0% não sabiam ler nem escrever, com forte concentração na capital – Bissau. Nessa cidade, os alfabetizados do sexo masculino atingem um índice de 89,8% contra 56,7% nas outras regiões. Do sexo feminino, o percentual era de 69,8% na Bissau, contra

26,2% nas outras regiões. No entanto, podemos observar que 51,4% da população, a partir de 15 anos de idade, são alfabetizados - 66,5% são do sexo masculino.

REGIÃO	1991	1995	2000	2005	2010
1	2	3	4	5	6
País (Guiné-Bissau)	979.203	1.063.457	1.285.715	1.416.027	1.565.126
SAB (Bissau capital)	195.389	234.794	295.407	371.667	467.614
Região Bafatá	145.088	155.820	170.358	186.252	203.629
Região Gabu	136.101	147.899	164.094	182. 063	202, 000
Região Biombo	59.827	61.033	62.574	64, 154	65, 774
Região Cacheu	146.570	151.918	158.879	166, 158	173, 771
Região Oio	155.312	162.259	171.382	171.382	191, 195
Região Bolama/bija gós	26.891	27.215	27.626	28, 043	28, 466
Região Quínara	42.960	45.596	49.120	52, 916	57, 006
Região Tombali	71.065	76.923	84.929	93, 769	103, 528

Quadro 4: Distribuição de habitantes por regiões de 1991 a 2010

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Censos da Guiné-Bissau (2010)

Segundo a tabela acima, a população vem crescendo lentamente. As variações percentuais médias nos mostram um número muito significativo no crescimento populacional, levando em consideração dois óbitos por 1000 nascidos

vivos. Os dados também mostram a grande massa de migração que assola o país desde a sua independência. A taxa de crescimento é um fator que determina a magnitude das demandas a que um país deve atender. Trata-se das novas necessidades de seu povo para a infraestrutura, como, por exemplo, escolas, hospitais, habitação, estradas, e os recursos, como alimentos, água, eletricidade, e o emprego.

O rápido crescimento da população do país, sem a capacidade de atender a essas necessidades, faz com que ele resista a um número elevado de imigrantes pelo mundo fora. Em 2000, a taxa de fecundação era, em média, 5,27% para cada mulher, mas diminuiu para 5%. Essa queda continuou nos anos seguintes e fechou o ano de 2010 com uma média de 4,44% para cada mulher (INDEXMUND, 2012).

A distribuição da população de 0 a 14 anos de idade representa 40,4% - 321.889 homens e 323.202 mulheres. Na faixa etária de 15 a 64 anos, 56,4% são homens, totalizando 435.986 habitantes do sexo masculino, e as mulheres totalizam 465.117 habitantes. A partir dos 65 anos, a população masculina é de 19.975 habitantes, o que corresponde a 3,2% homens, e as mulheres totalizam 30.508 habitantes.

A estrutura etária da população afeta os problemas socioeconômicos de uma nação. Países com populações jovens, com alta porcentagem de habitantes menores de 15 anos de idade, precisam investir mais nas escolas, enquanto naqueles cuja população é mais velha, com alta porcentagem de pessoas com 65 anos de idade ou mais, é preciso investir mais no setor da saúde.

A estrutura etária também pode ser usada para ajudar a prever possíveis problemas políticos, como, por exemplo, o rápido crescimento de uma população jovem-adulto incapaz de encontrar um bom emprego, o que pode levar a distúrbios e a frustrações para emigrar à procura de emprego e de melhor qualidade de vida, como acontece na Guiné-Bissau desde a sua independência até a atualidade (DENARP II, 2011).

3.5 As faces da situação educacional

A Guiné-Bissau, como os demais países africanos, não foi objetivo de grandes estudos nem presença nas mídias mundiais, no decorrer da colonização e depois da colonização “independência”.

Uma breve história educacional guineense, de 1471 a 1973, a principal objetivo dos colonizadores é manter, reforçar e dar continuidade à dominação são principais objetivos do regime colonial em matéria de escolarização, não havia interesse de instruir ou educar as populações, mas pelo contrário, extrair do seio uma minoria de homens letrados indispensáveis para o funcionamento do sistema colonial, porém limitar essa assimilação que deveria retirar-lhes qualquer possibilidade de desvendar o processo de personalização aqui se encontra submetido.

Assim foi a escola colonial, tanto em relação a sua estrutura quanto ao seu conteúdo, que refletia a filosofia colonial. As disciplinas ofertadas foram: Caligrafia, Aritmética, Doutrina Cristã e História de Portugal, pois servia para aprender o mínimo da europeização e facilitar mais a exploração econômica dos números de alfabetos, como apresentado no gráfico abaixo. Nessa época, Guiné-Bissau e Cabo Verde formavam um único país e chamava-se Guiné Portuguesa (CÀ apud FERREIRA. 2007 p.50).

O gráfico abaixo mostra claramente os objetivos ambiciosos dos portugueses na Guiné-Bissau e as questões educacionais que tinham sido postas em segundo lugar, enquanto não cumpriram os seus objetivos.

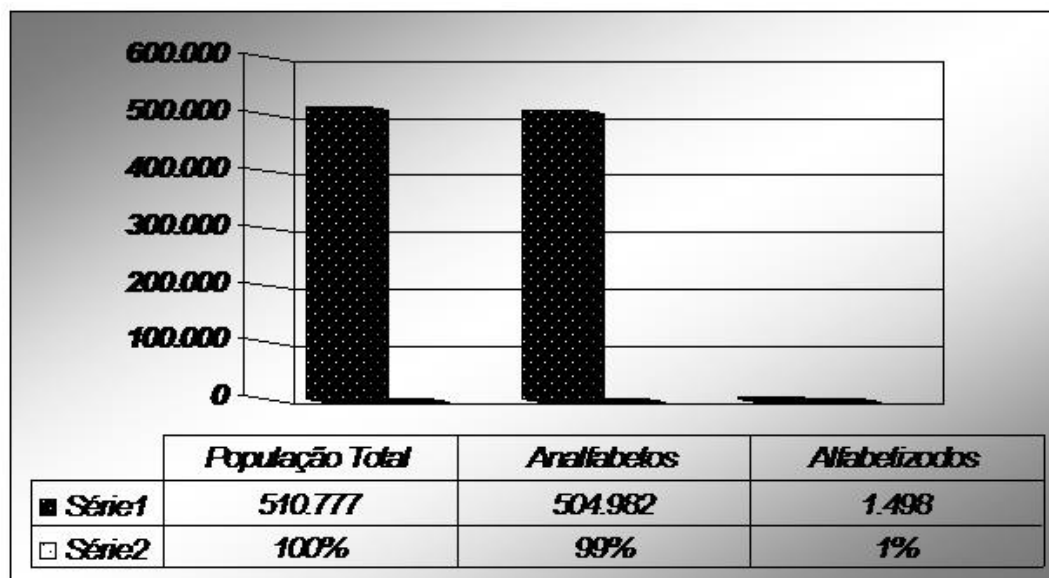


Gráfico 4: Taxa de analfabetismo na Guiné-Bissau em 1950

Fonte: CÀ, Lourenço Ocuni. 2007, p.52

Em 1950, a população guineense era de 510.777 mil habitantes, e os analfabetos correspondiam a 504.982 mil pessoas, ou seja, 99% da população, enquanto os alfabetizados representavam 1.498 mil habitantes, apenas 1% da população.

Os critérios para se chegar à civilização, ou seja, as normas, por meio das quais os incivilizados (analfabetos) podiam juntar-se às fileiras dos oficialmente classificados como civilizados foram os seguintes: falar português, ter rendimento suficiente para sustentar a candidatura de sua família, ter bom caráter e qualidade necessária para o exercício dos direitos privado e público do cidadão português, cumprindo o serviço militar e ter, pelo menos, dezoito anos de idade.

Portanto, qualquer africano que tivesse essas condições podia gozar dos direitos que eram reservados severamente somente para os portugueses. Segundo Cá, interpretado por Anderson, esses números eram exagerados, considerando-se as mulheres e os filhos dos civilizados que podiam requerer esse direito automaticamente sem satisfazer aos requisitos educacionais ou a outro exigido do marido (CÀ apud ANDERSON, 2007, p.53).

Os semianalfabetos ou os civilizados eram de grande importância. Quando os oficiais do governo os visitavam para avaliar as qualificações requerentes ao estado da civilização, obrigatoriamente deveriam existir na casa do requerente: uma mesa de jantar, cadeiras, pratos, talheres e outros objetos da vida civilizada, bem como

uma fotografia do presidente da República portuguesa, exposta em lugar de destaque dentro da casa.

A mensagem de natal para os civilizados africanos era a seguinte: “Precisamos de escolas em África, mas a escola onde indiquemos ao nativo o caminho para a dignidade do homem e a glória da Nação que o protege. Queremos ensinar os nativos a ler, escrever e contar, mas não fazê-los doutores” (CÀ apud FERREIRA, 2007, p. 55).

Para desenvolver o sistema educacional, o regime colonial português havia se associado novamente à igreja católica, submetendo-se a normas estabelecidas, particularmente a norma portuguesa. Para os colonizadores, era necessário o mínimo de europeização para que se pudesse impor uma ordem social que facilitasse a exploração econômica.

No início da luta pela independência (1963-1973), nas zonas libertadas pelos guineenses liderados pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo-Verde (PAIGC), as tarefas educacionais logo foram libertadas para as primeiras regiões do país. A essa altura, a educação estava estreitamente relacionada a todas as demais atividades, inclusive considerada como um aspecto da luta. O depoimento de um dirigente de PAIGC ilustra essa assertiva:

Nos momentos da luta, um professor que conseguia fazer uma escola com os alunos ficava muito feliz porque a escola era um espeto da luta. O professor era um combatente como qualquer outro combatente das forças armadas. Dantes um professor era avisado que tinha que abrir uma escola em uma cidade de país, por exemplo, ele imediatamente carregava a sua mochila, chegava à região ou cidade, começava matricular os alunos e descolava uma missão para fronteira a fim de ir buscar os livros e outros materiais escolares. Dessa missão faziam parte as crianças e adultas. Era construída as escolas em barracas, as carteiras eram de tara ou palmeira derrubada. Assim ficavam prontas as escolas, os professores passavam comendo juntamente com os combatentes e fazia o seu trabalho com toda a dedicação (CÀ apud PEREIRA 1977).



Imagem 4: Sala de aula nas zonas libertadas

Fonte: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com.br/2009/05/guine-6474-p3905-paigc-actualites.html>

Nesse caso, podemos chamar essa educação de educação militar, porque fazia parte do combate libertador nas zonas libertadas do país, e as escolas floresciam onde as primeiras aulas eram para aprender a reconhecer o barulho dos aviões e fugir antes dos bombardeiros mortíferos dos inimigos colonos.

A alfabetização, como primeira etapa de uma aprendizagem para o método de Paulo Freire, visa à tomada de consciência crítica do sujeito, que lhe permitirá resgatar a dignidade que lhe foi retirada devido ao longo processo de exclusão social que sofrerá durante toda formação de sua sociedade. Na perspectiva de se construir uma educação libertadora, como foi chamada pelo Freire, enfatiza que é preciso que se compreenda a educação como um processo de formação humana. De facto, para fazer avançar a luta pela independência - “liberdade” - e lançar as bases de um estado independente, era preciso jovens com capacidade de tomar decisões certas para toda a comunidade. Para isso, necessita de uma educação que seja “libertadora”.

Nesse sentido, podemos considerar a educação como uma luz, capaz de libertar o homem de toda a situação de opressão à qual se encontra sujeito, através da libertação de sua consciência, para transformá-lo em um sujeito crítico e reflexivo, capaz de transformar sua realidade e inserir-se na sociedade de forma efetiva, pois não basta lutar para se libertar, mas acompanhar com a consciência crítica e construtiva que a educação proporciona.

Depois da independência, em 1974, houve a primeira campanha de alfabetização, mas fracassou devido aos seguintes fatores: existiam 40 línguas

étnicas faladas; o desconhecimento do crioulo - que é a língua de comunicação nacional dos alfabetizadores - dificultava a comunicação, pois o português era totalmente desconhecido pela maioria da população. Esse processo foi dirigido por Paulo Freire. Logo em seguida, entraremos em mais detalhes sobre esse assunto.

De 1980 a 1993, a Guiné-Bissau continuou vivendo uma crise na educação. Os responsáveis por esse setor passaram muitos anos procurando estratégias adequadas para solucionar o problema de ensino, tanto quantitativo quanto qualitativo, já que os fatores que condicionam a baixa qualidade do ensino são: o baixo nível de qualificação dos professores e a falta de equipamentos e de materiais didáticos. Desde então, o poder público e os intelectuais guineenses procuraram uma forma de criar uma universidade ou um centro acadêmico de pesquisa. Para isso, o único caminho encontrado foi a criação de uma cooperação com os outros países, a fim de mandar seus estudantes para se formarem em um destes lugares: Brasil, Portugal, Cuba, Rússia ou França, cujo sistema educacional é mais qualificado.

O ensino superior nasceu numa situação difícil. Como não resultou de uma política planejada, muito menos de acompanhamento e consentimento do estado, enfrentou muitas dificuldades para ser fixado.

Em 1977, a Guiné-Bissau começou a esboçar a arquitetura do seu ensino e foi a primeira instituição nacional de direito criada com o objetivo de formar quadros para a administração pública judicial. Logo em seguida, em 1979, foi criada uma escola de formação de professores para o ensino secundário – a “TchicoTé”. Em 1986, foi a vez da Faculdade de Medicina, uma lembrança cubana.

A primeira universidade, Colinas de Boé (UCB), foi fundada por um grupo de intelectuais e homens de negócio como solução para o elevado nível da necessidade nacional, ou seja, para evitar a frustração dos jovens que saíam do país a fim de obter uma formação superior. Essa universidade foi uma homenagem ao 30º aniversário da independência da Guiné, em 24 de setembro de 2003. Posteriormente, em 13 de novembro 2003, foi aberta outra Universidade, a Amílcar Cabral (UAC), em homenagem ao “Pai” da independência do país. Foi a primeira instituição de ensino superior pública. Até então, o Governo não tinha a plena consciência da importância do ensino superior na elevação da qualidade do ensino em geral. Os alunos de ensinos superiores convivem com a falta de professores qualificados, estabelecimento precário, falta de bibliotecas e de materiais

necessários para o funcionamento de um ensino superior, como mostra o quadro abaixo, da Universidade Colinas de Boé (MONTEIRO et al apud LAMDIM, 2011).

Nível de diploma	M	%	F	%	T	%
Doutores	4	8,9	0	0,0	4	8,9
Mestres	10	22,2	1	2,2	11	24,7
Graduados	26	57,8	4	8,9	30	56,7
Total	40	88,9	5	11,1	45	100

Quadro 5: Nível acadêmico do corpo docente (UCB) 2007-2008

Fonte: file:///d:/ensino%20superior%20na%20guine%20bissau.htm.

A fraca qualificação dos docentes é o principal e mais grave problema enfrentado pelas universidades guineenses. Essas instituições funcionavam e continuam funcionando sem docentes qualificados.

Infelizmente, são assegurados por graduados, alguns mestres e poucos doutores. Até 2008, a maioria dos professores da Universidade Colinas de Boé era também de professores de Universidade Amílcar Cabral. Em 2008, o governo alegou a falta de condições para a sustentabilidade da instituição e declarou a decadência da Universidade ao seu parceiro, Universidade Lusófona de Portugal.

Surgiu, então, uma nova instituição universitária privada, a Universidade Lusófona da Guiné (ULG), produto de uma parceria estabelecida com a Universidade Lusófona de Portugal. Com essa parceria, ainda continuou a não existir uma universidade pública para a população. Apesar do aumento impressionante da inserção dos alunos nos últimos anos, de 2007 a 2010, os resultados na educação de Guiné-Bissau permanecem notavelmente pobres. Entre 2009 e 2010, o sistema de ensino contava com cerca de 360.000 mil alunos matriculados no ensino primário e no secundário, ou seja, o dobro de alunos matriculados em 1999. No ensino primário, o número de alunos matriculados aumentou de forma significativa. Com esse resultado, a taxa bruta de matrícula no ensino primário aumentou de 67,9%, em 1999, para 111,5%, entre 2009 e 2010. Esse grande aumento do sistema educacional ocasionou grandes problemas para acomodar a demanda crescente.

A idade teórica para as crianças ingressarem no ciclo primário é de 7 a 12 anos de idade, como mostra o quadro 6. Já no ensino secundário, o número de alunos matriculados triplicou entre 1999 e 2010 e passou de 25% da população atendida para 77,9%. O setor privado apresentou 50% de matrículas em 2009 e desempenhou um papel catalisador nessa expansão (QUALITY EDUCATION OR ALL PROJECT March 7, 2011).

Ano letivo	1997-98	1999-00	2001-02	2004-05	2005-06	2009-10
Ensino Primário (grades1-4)	99337	123307	176886	209871	220031	223487
Ensino Fundamental (séries 5-6)	19386	27712	37955	42608	49256	55181
Ensino Secundário inferior (grades7-9)	13167	20004	30509	38273	41216	58897
População (anos)						
7-10 anos	1	1	1	1	1	18
	52242	60574	69362	83453	88406	8406
11-12 anos	58548	61752	65132	70550	72454	72454
7-12 anos	210790	222326	234494	254004	260862	260862
13-15 anos	76157	80325	84721	91769	94246	94246
16-17 anos	44809	47261	49847	53993	55450	55450
13-17 anos	120966	127586	134569	145765	149700	149700

Quadro 6: Progressos na escolarização e RGE em Ensino Primário e Secundário

Fontes: Módulo: Quality Education or all Project, 2011

O ensino primário é composto por seis graus, divididos em dois ciclos. O 1º abrange de uma a quatro classes, e o 2º, de cinco a seis classes. A recente lei, aprovada pelo Conselho de Ministros, em março de 2010, expande o ensino primário para nove anos, divididos em três ciclos: o 1º é de uma a quatro classes; o 2º, de

cinco a seis, e o 3º, de sete e nove classes. A nova arquitetura do sistema é composta de nove anos de ensino primário, e três, de ensino secundário.

3.6 Situação política

Desde sua independência, em 1974, que a Guiné-Bissau tem vivido uma série de profundas e, por vezes, violentas mudanças políticas. O primeiro Governo foi do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que sobreviveu até 1980 e, depois, foi derrubado por um golpe de Estado. Desde essa data, de 1980 a 1993, houve uma série de tentativas de golpe de estado que falharam. Em 1994, houve a primeira eleição presidencial no país, em que venceu o presidente que deu o golpe em 1980. Desde os finais dos anos 90, Guiné-Bissau tem vivenciado instabilidades político-militares.

O conflito político-militar de 1998 e 1999 gerou um alto estrago do aparelho produtivo do país. Depois que foi assinado o acordo de paz, em 1º de novembro de 1998, o processo democrático foi realçado com a realização das eleições presidenciais em janeiro de 2000. Entretanto, a instabilidade permaneceu no país, três anos depois, ou seja, em setembro 2003, sofreu um golpe de estado.

A partir de 2004, a intervenção da comunidade internacional solicitou às autoridades locais que, após o período de transição, realizassem nova eleição, com o objetivo de promover a estabilidade política no país. A eleição foi realizada em junho de 2005. No entanto, essa nova eleição não trouxe a estabilidade política esperada e continuaram, com frequência, os atritos que provocaram instabilidade governamental. Em novembro de 2006, foi apresentado, numa mesa redonda, em Genebra, um plano para captar doadores dos recursos financeiros, com o objetivo de tentar captar recursos para retirar o país da situação em que se encontrava. Um dos fatores apresentados pelas autoridades da Guiné-Bissau foi a instabilidade política que voltou a se registrar no país.

Em 2 de março de 2009, o presidente João Bernardo Vieira, eleito democraticamente, não conseguiu completar o seu mandato de cinco anos, porque foi bruscamente assassinado e, horas depois, o Chefe do Estado-maior das Forças Armadas também foi morto. Depois do acontecimento, foi eleito o presidente interino, que antecipou as eleições presidenciais, previstas para 2010, para 28 de junho de 2009. Foi eleito o outro presidente, Malam Bacai Sanha, que morreu em

dezembro de 2011, na capital francesa, por motivo de doença. Então, o país, novamente, foi assumido pelo presidente interino. Sua situação política agravou-se com as mortes e os golpes militares que resultaram no fato de nenhum dos Presidentes eleitos ter conseguido terminar o seu mandato (UNIÃO EUROPEIA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL 28/6 a 26/7 de 2009).

3.6.1 Ação Militar em 2012

Em 12 de abril de 2012, na véspera do início da campanha para a segunda volta da eleição presidencial na Guiné-Bissau, os militares ocuparam a Rádio Nacional, a sede do Partido da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que é o maior partido do país, e atacaram com *rockets*, morteiros e granadas a residência do primeiro-ministro no fim do mandato de Carlos Gomes Júnior. A Rádio Nacional e a Televisão Estatal deixaram de emitir as notícias ao serem tomadas pelos militares revoltosos. Os acontecimentos deram-se entre 19 e 21 horas, hora local.

O presidente da República interino, Raimundo Pereira, foi preso em sua residência por militares, tal como o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior. Desconhece-se o paradeiro de Adiató Djaló Nandigna, a primeira-ministra interina da época. O evento sucedeu ao conflito militar de 2010 e a uma tentativa de golpe de Estado que falhou em 2011. O Exército de Guiné-Bissau atribuiu o golpe a um suposto acordo militar secreto angolano, que lá se encontrava para manter a paz e a estabilidade no país entre os governos da Guiné-Bissau e de Angola.

O porta-voz do Comando Militar, nome intitulado pelos golpistas, que tomou o poder no país, no dia 12 de abril de 2012, afirmou que qualquer força estrangeira enviada para o país seria considerada pelos militares invasora, porque o país não estava em guerra. Segundo o tenente-coronel, não se justifica o envio de uma força estrangeira, seja de interposição ou de manutenção da paz para Guiné-Bissau, porque o país não se encontrava em nenhuma guerra, mas sob ditadura militar desde a sua independência, o que, segundo o tenente-coronel, era óbvio.

O porta-voz do Comando Militar guineense falava numa conferência de imprensa para responder às declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Guiné-Bissau e do Senhor Georges Chicoti (chefe da diplomacia angolana), na sede das Nações Unidas. Manuel Serifo Nhamadjo, designado presidente da República de

transição, na Guiné-Bissau, após o golpe de Estado, anunciou que havia recusado essa nomeação, considerando que estava fora da legalidade. No entanto, acabou de aceitar e é Presidente interino do país, com mandato para um ou mais anos, conforme determina o comando militar, se não houver outro golpe de estado nesse espaço de tempo (GOLPE DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU, 2012).

3.7 Situação econômica

A Guiné-Bissau, como um país autônomo, tem apresentado grandes dificuldades em levantar sua economia, com grande destaque para o balanço comercial que afeta a credibilidade do país, visto que o valor da dívida externa é elevadíssimo.

Em 1996, apesar das reformas econômicas feitas por alguns dos seus governantes, o nível de endividamento do país continuou extremamente alto, levando em consideração a sua fraca capacidade interna de produção. Essa situação contribuiu para que a Guiné-Bissau se integrasse no espaço da União Econômica e Monetária da África Ocidental – UEMOA. A queda da inflação, em 1997, foi devido a uma maior arrecadação de receitas e à racionalização das despesas públicas, conforme os critérios de convergência estabelecidos pela UEMOA, pois permitiu ao país registrar uma taxa anual de crescimento real do PIB de 4% e diminuir a taxa média de inflação de 57%.

Às vésperas do conflito de 1997, os indicadores macroeconômicos apresentavam sinais positivos. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, atingia 5,4%, com uma tendência para os 5,1% no primeiro trimestre de 1998. Porém, em 7 de junho de 1998, o país teve uma paralisação econômica em razão do conflito político-militar que decorreu nos anos de 1998 e 1999.

O sistema financeiro da Guiné-Bissau é considerado débil. O ambiente macroeconômico matizado pela inflação apresenta um *déficit* público elevado, baixos salários e sucessivas desvalorizações e conflitos político-militares, que não contribuíram para a criação de uma poupança própria e de uma estimulação do investimento. A tendência positiva inverteu-se em 1998, em consequência do conflito político-militar que provocou o encolhimento do crescimento econômico para menos 28%. Com efeito, o período da guerra paralisou a economia do país.

Estima-se em US\$ 90 milhões os prejuízos sofridos pelo setor privado. Após o conflito político-militar, particularmente em 1999, embora sem ajuda financeira exterior, o país voltou a retomar a dinâmica econômica que vinha se registrando antes da guerra, como podemos observar na tabela abaixo.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa de crescimento %	7,5	7,2	1,5	-7	2,6	2,3	2,1	2,7	3,2	3	3,5

Quadro 7: Produto Interno Bruto (PIB)

Fonte: <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=pu>

Em decorrência da recuperação econômica vinda da guerra de 1997, o país optou pela implementação de reformas econômicas, nomeadamente o Programa de Estabilização Econômica e Financeira, e fez com que esses crescimentos fossem impulsionados de uma forma significativa entre dois anos seguintes. Depois do término da guerra civil, em 1999, tivemos um crescimento de 7,5%, em 2000, e 7,2%, em 2001. Depois desse auge de crescimento de dois anos, posteriormente entre 2002 e 2003, o país registrou duas grandes retrações - 1,5% e -7%.

Para estabelecer a situação econômica vivenciada nos dois últimos anos, o governo elaborou o Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza em 2004 (DENARP I) e 2011 (DENARP II), que tem como finalidade estabelecer metas e estratégias de ações do Governo para o período de 2005, 2008 e 2010, a fim de reduzir a pobreza. Essas metas são consideradas estratégias indispensáveis para incentivar a redução de pobreza de 68,5% para 65,9% e para 64,1% nesses três anos mencionados, como também propiciar apoio ao desenvolvimento econômico, social e educacional do país, como ilustra o gráfico abaixo.

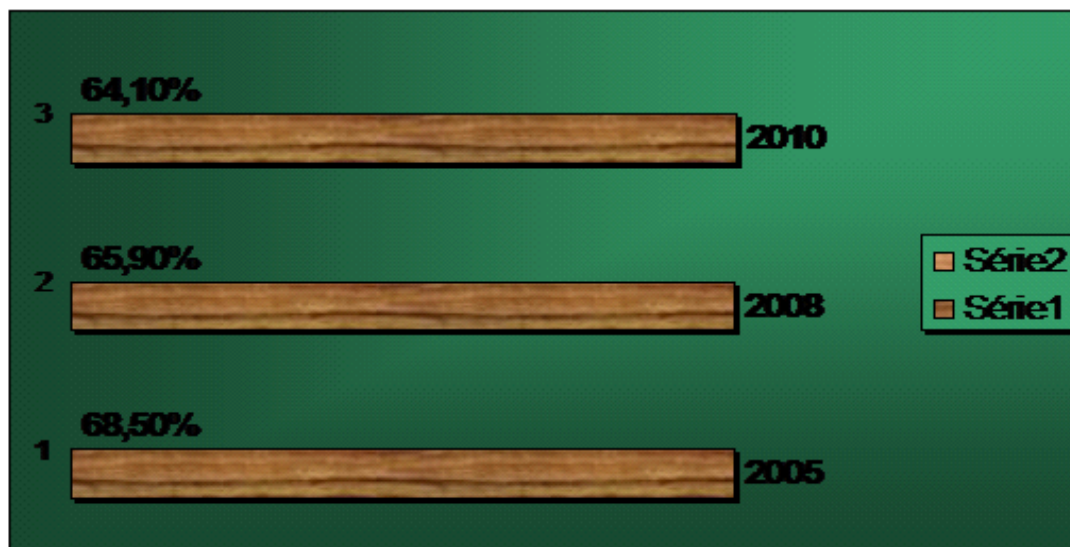


Gráfico 5: Metas a serem alcançadas de 2005 a 2010

Modelo: Adaptado do DENARP I (2004)

Essas metas, estabelecidas através do DENARP I, fixavam objetivos ambiciosos em matéria de desenvolvimento econômico e social. Esses objetivos tinham como finalidade desenvolver a infraestrutura, atingir uma taxa média anual de crescimento de, pelo menos, até 5%, durante o período de 2004 a 2015, limitar a taxa de inflação média anual para até 10%, assegurar a expansão e a melhoria de acesso à educação, desde o ensino primário, o secundário e o superior, reduzir a taxa de mortalidade infantil de 122 por mil nascidos em 2005, para 104,5 em 2008, e da mortalidade infanto-juvenil (DENARP II 2011).

Depois dessas medidas ambiciosas, o país registrou um leve crescimento, em 2004, de 2,6%. Mesmo assim, com esse crescimento econômico registrado em 2004, em 2005, o PIB caiu para 2,3% e, em 2006, houve uma queda também de 2,1%, quando a média do crescimento, no contexto dos países africanos daquela região, situava-se entre 5,7%. Isso nos mostra que a Guiné-Bissau é um dos países com menor crescimento no âmbito regional.

As reformas estabelecidas de 2007 a 2009 têm produzido resultados concretos, especialmente em termos de estabilização macroeconômica e melhoria na gestão das finanças públicas. O *déficit* orçamental entre 2005 e 2007, que representava, em média, mais de 10% do PIB, foi reduzido para 3,2%, em 2008, e 3,0%, em 2009, o que provocou um ligeiro crescimento do PIB nos anos 2008, 2009 e 2010, como mostra o quadro acima, graças a uma maior mobilização de receitas internas e controle das despesas desnecessárias do governo, incluindo os salários

dos funcionários públicos, que representam mais de 75% das receitas públicas. O apoio dos parceiros internacionais, juntamente com o governo guineense, relançou o investimento público e o pagamento dos atrasados do setor privado. Segundo o Denarp II, a dívida do país, em 2010, era de, aproximadamente, 314% do total do PIB e 2032% das receitas das exportações (2011).

A análise de certos setores para a aceleração do desenvolvimento permitiu destacar a atual situação econômica em 2012. A economia da Guiné-Bissau continuou extremamente dependente da ajuda externa. Os setores econômicos mais dependentes são o de agricultura e o de pesca, em razão da falta de meios de produção e de pesca, sobretudo por navios estrangeiros que atuam através da licença de pesca. O subsolo da Guiné é rico em recursos minerais. Trata-se de uma área com um elevado potencial de recursos naturais que podem ser explorados, todavia, no final de 2007, iniciou o estudo e a forma como explorar os recursos naturais com mais atenção. Foi comprovado depósito de fosfato na região de Farim, reserva de bauxite, em Boé, e as potencialidades petrolíferas no off-shore. Apesar de todos esses recursos, o país se encontra numa situação de tremenda frustração econômica, porque não existem indústrias para explorá-los (DENARO II, 2011).

Os fracassos no desempenho econômico, a dependência total da ajuda externa, o sistema educacional precário, a péssima infraestrutura, a falta de energia no país e de água canalizada para a população, a elevada taxa de migração, o aumento de combustível e os atrasos do pagamento dos funcionários públicos, que é um problema crônico e provoca tensões sociais permanentes, bem como outros fatores negativos não mencionados são resultados dos golpes do estado que provocam instabilidade política.

3.8 Situação social

A situação social é entendida no nível da interação social no qual o sentido é construído pelos participantes de determinada região, país ou território. Uma ou mais interações podem se desenvolver no quadro de uma situação social, que se desenvolve e evolui em função dessas mesmas interações, por isso essa situação é dinâmica e apresenta certa estrutura ([www.infopedia.pt/\\$situacao-social](http://www.infopedia.pt/$situacao-social)). O quadro social guineense não é dos melhores, em razão do seu passado e do seu presente. A história de Guiné-Bissau, desde sua colonização, durante cinco séculos (1450 a

1974), até a sua independência, foi agitada, e a população sofria devido aos muitos conflitos.

A luta pela independência nacional foi a mais longa das antigas colônias portuguesas - durou 11 anos (1962 a 1973) - e Guiné-Bissau foi a primeira colônia portuguesa a proclamar independência unilateralmente, no dia 24 de setembro de 1973, e só foi reconhecida por Portugal em 11 de setembro de 1974. Esse fato não seria, por certo, diferente da atual situação do país, em razão dos sucessivos acontecimentos políticos, econômicos e sociais que têm marcado, de forma direta, o desenvolvimento do país e sua situação social durante três décadas.

O governo, consciente da situação humana – resolveu, pela primeira vez, em 1991, realizar um inquérito sobre a situação do consumo e do orçamento das famílias, cujo resultado foi divulgado em 1994 e indicou uma taxa de pobreza de 49% da população que vive com menos de 2\$ (dois dólares) por dia (DENARP I, 2004).

Para combater essa situação, o governo resolveu criar um documento que se identifica com as principais fraquezas que originaram esse índice de pobreza e encontrar os meios para solucioná-las, através dos recursos naturais disponíveis no país, com vistas à definição de estratégias locais que podem favorecer o desenvolvimento sustentável. Entre 1994 e 1996, foi realizado um estudo com proposta em longo prazo, cujo resultado revelou que, para o desenvolvimento do país, ou seja, para eliminar a pobreza, deveria ser exigida uma abordagem mais abrangente, que levasse em conta não só os aspectos econômicos, mas também as dimensões sociais, humanas, ambientais e institucionais. Isso significa que questões como uma boa forma de governar, a luta contra a corrupção, o respeito pelos direitos humanos, a igualdade entre gêneros, o reforço da capacidade institucional, a melhoria da oferta dos serviços sociais, o aumento da capacidade de produção agrícola e de pesca, a conservação do ambiente, entre outros, deveriam merecer uma atenção cuidadosa que serviria como instrumento primordial na luta contra a pobreza e contra a situação social precária vivenciada naquela época.

Com todo esse esforço que vem sendo realizado para combater a pobreza, em 7 de junho de 1998, o país se deparou com uma guerra civil que demorou um ano. Distribuiu os principais centros médicos, desarticulou o sistema sanitário existente, e eles não conseguiram ser recuperados até o presente ano e fez com que a situação social, econômica e política do país, que não era boa, fosse agravada

ainda mais e afetasse negativamente as condições de vida das populações e o PIB, que começou a progredir e chegou ao ponto de atingir -7%, entre 2000 e 2004 (<http://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/taxa>).

A forte instabilidade que assolou o país não permitiu que a gestão pública fosse orientada, no sentido de procurar meios que ajudassem a atacar os desafios do desenvolvimento do país, particularmente os ligados à luta contra a pobreza e a realização dos objetivos do par Desenvolvimento do Milénio (ODM), a que o país aderiu em 2000. De acordo com o PNUD, em seu Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano, em 2002, Guiné-Bissau estava em 167º lugar. Portanto, o país encontra-se em um nível muito baixo de desenvolvimento humano, em razão das constantes instabilidades políticas que não permitiram criar condições propícias para a execução das políticas públicas ambiciosas para um desenvolvimento sustentável.

Os fatores que contribuem para o baixo IDH de Guiné-Bissau são: falta de emprego, saúde precária e alto nível de pobreza, que gerou um baixo rendimento monetário. A esperança de vida quase permaneceu constante, de 2000 até o decorrente ano, como podemos observar no quadro abaixo. Essa situação está correlacionada à taxa de crescimento populacional de 2,5% ao ano e à baixa taxa de crescimento econômico. Esses indicadores fracos, com exceção da esperança de vida, afetam, particularmente, as mulheres e as crianças, principalmente nas zonas rurais.

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
49,0	49,4		46,9	46,9	46,6	46,8	47,1	47,5				49,1
4	2	49,8	7	8	1	7	8	2	47,9	48,3	48,7	1

Quadro 8: Esperança de vida de 2000 a 2012

Fonte: <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=pu>

Esse quadro nos mostra que a esperança de vida dos guineenses permaneceu entre os três primeiros anos (2000, 2001, 2002), depois teve uma queda brusca em 2003 e permaneceu quase constante até 2006. No ano seguinte, teve um ligeiro crescimento, que continuou lento até 2012, quando fechou com 49,11 anos de esperança de vida por nascidos vivos.

A ausência de oportunidades econômicas que proporcionam a criação de postos de trabalho, a destruição parcial da rede sanitária, a falta de investimento no sistema educacional e a degradação da rede de infraestruturas portuárias e fluviais do país, em geral, a paralisação da boa funcionalidade do aparelho do estado, a deterioração da situação nutricional, entre outros, refletiram negativamente na qualidade de vida das populações. Isso fez com que houvesse uma grande concentração da população no meio rural.

Os fatores causadores da pobreza em Guiné, desde sua independência, continuaram os mesmos em 2010. Houve uma redução em 2010, através do ingresso das chefes de família nas escolas, e um aumento do nível de escolaridade dos chefes de família. Segundo Melo (1996, p.65), a criação de oportunidade de acesso à escola ou a experiência de aprendizagem para os que não tiveram essa oportunidade em tempo hábil para jovens e adultos trabalhadores que precisam enfrentar as mudanças no processo produtivo seria uma ferramenta para melhorar as relações interpessoais e a inserção social.

Os chefes de família que ingressaram na escola e conseguiram obter uma educação secundária ou superior são menos pobres do que aqueles com menos escolaridade. Em 2010, segundo os *MultipleIndicators Cluster Survey* (MICS), das mulheres que são chefes de família mais pobres, apenas 12% são alfabetizadas, e com o aumento da taxa de alfabetização, aumentou o poder econômico.

Para as mulheres de famílias com mais poder econômico, essa taxa atinge os 73%. Continuando com Melo (1996), a educação é hoje uma prioridade revisitada no mundo inteiro. Diferentes países, de acordo com as suas realidades e características históricas, precisam promover reformas em seus sistemas educacionais, com a finalidade de torná-las mais eficientes e equitativas para o preparo de uma nova cidadania e os seus desdobramentos político, social e ético, capazes de enfrentar o atual sistema social, bem como as mudanças repentinas do mundo atual e democrático.

Com esse aumento da alfabetização, segundo o Relatório Mundial do PNUD sobre o desenvolvimento, a Guiné-Bissau, com o IDH de 0,289, situa-se no 164º lugar, num total de 169 países em 2010. Esse registou uma taxa de crescimento médio anual do IDH de 0,9%, contra uma média de 2,1% na África subsaariana. O fator que contribuiu para o baixo IDH foi a pobreza generalizada, com muito baixo rendimento monetário, que acarretou grave problema de saúde. O principal deles

está relacionado à dificuldade da população para obter água potável que só chega a uma parte limitada dos habitantes de Bissau, capital do país. O restante da população, que se encontra em outras regiões, abastece, através dos poços públicos e privados, cuja maioria, muitas das vezes, encontra-se sem cuidados especiais e contaminados (Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza II, 2011).

Em 2010, com base nos dados do Banco Africano de Desenvolvimento (BafD), podemos verificar que a taxa de desemprego entre os jovens com faixa etária de 15 anos ou mais, é de 30%. De acordo com esse estudo, essa população representa 54,6% da população total. Essa taxa varia entre localidades diferentes. A Guiné Bissau, por exemplo, representa 59,1%, enquanto as outras regiões do país representam 53% dessa população (Perspectivas Econômicas na África - Guiné-Bissau, 2010).

A população que tem ocupação, ou seja, que dispõe de um trabalho, é composta de 11,4% dos assalariados, 28,9%, de trabalhadores independentes ou empreendedores, e o restante (59,5%) são aprendizes ou estagiários. O grande fator dessa falta de trabalho é a instabilidade político-econômica observada no país, desde sua independência, além do impacto da instabilidade nas atividades produtivas e nos investimentos, da degradação do sistema educativo e os baixos níveis de qualificação da população, que constituíram outros grandes obstáculos das iniciativas de criação de emprego (Perspectivas Econômicas na África - Guiné-Bissau, 2010).

O governo iniciou projetos, com a ajuda dos parceiros financeiros, destinados à criação de emprego para jovens, cujo objetivo é de promover o cultivo de arroz, apoiada pelo Banco Oeste-africano de Desenvolvimento - BOAD, que teve início em 2012. Essa proposta abrangeu as regiões de Bafatá, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali, onde há um índice maior de analfabetos. O setor agrícola tem um grande potencial para criar empregos diretos e indiretos, especialmente para a população rural. No entanto, o problema do emprego, em áreas urbanas, também se coloca de forma aguda. Uma maior diversificação da economia, o desenvolvimento do setor privado e uma melhor adequação entre a procura do mercado de trabalho e a formação profissional podem ser alternativas para responder às necessidades dos jovens em busca de emprego e melhor condição de vida (Perspectivas Econômicas na África - Guiné-Bissau, 2010).

4. EDUCAÇÃO PARA O NOVO MILÊNIO

Neste capítulo, apresentamos as vantagens que o novo milênio nos proporciona para que possamos compreender bem mais a importância da educação na construção de um futuro melhor.

4.1 Globalização

A globalização vem sendo definida como a intensificação das relações sociais no âmbito mundial, que liga locais distintos de tal maneira que acontecimentos locais são marcados por eventos ocorridos a muitas milhas de distância (TORRES apud HELD, 2001, p.9). Nesse caso, a globalização é compreendida em sua disseminação de pessoas, culturas, imagens e ideias. Um exemplo concreto é a imigração. Segundo Jr (2009, p. 246), no final do Século XIX e no início de Século XX, 80 milhões de pessoas cruzaram os oceanos em busca de um novo lugar para morar ou estudar, a fim de se tornar profissionais qualificados. Isso fez com que a população aumentasse em vários países desenvolvidos. No Século XXI, por exemplo, 32 milhões de habitantes dos Estados Unidos - o que corresponde a 11,5% da população - eram estrangeiros, além dos 30 milhões de visitantes (estudantes, pessoas viajando a trabalho e turistas) que entram no país a cada ano.

Torres apud Keller (2001, p. 86-87) sugere que o conceito de globalização é onipresente e acarreta tudo, desde a ocidentalização do mundo até a ascensão do capitalismo. Nesse caso, muitos concebem que a globalização aumenta a homogeneidade das sociedades, e outros, como o aumento da mestiçagem e da diversidade de culturas. Para alguns, a globalização é uma oportunidade de desenvolvimento do poder por corporações multinacionais e estados, enquanto outros veem na globalização um centro de ação ambiental, de democracia e de humanização.

Com a evolução das tecnologias da informação e da comunicação, a globalização encontra sua primeira identificação, que é a quebra de barreira do espaço territorial que não se restringe ao espaço físico dos estados. A tecnologia seria um dos principais fatores que moldariam as relações internacionais e transformariam o mundo numa pequena aldeia global (SEITENFUS, 2004, p. 174).

Por meio dessa facilidade que as tecnologias da informação e da comunicação nos proporcionam, os professores do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba ofertaram os cursos de extensão e de especialização a distância para os dois países africanos (Guiné-Bissau e Cabo Verde), com início em 2011 e término para 2013 (Projeto Africanidade). Essa abordagem será desenvolvida no capítulo 5.

4.2 Pensar na construção do nosso futuro comum

Devido aos diversos desafios movidos pelo futuro, a educação veio ao mundo como um trunfo imprescindível para que a humanidade tenha a possibilidade de florescer na concretização das ideais de paz, de justiça, de liberdade e de integridade social. Seu principal papel para o desenvolvimento contínuo das pessoas e das sociedades é de oferecer aos seres humanos uma consciência mais harmoniosa e igualitária, de modo a cooperar para a diminuição da pobreza, da exclusão social, das incompreensões, das opressões, das guerras e das violências, para que possamos viver num mundo justo e democrático.

A educação nos ensina a resolver os problemas da melhor maneira possível, através do diálogo, da comunicação. Segundo Pinent, nas palavras de Habermas (2004, p. 49-56), uma ação comunicativa é uma forma de ação social, em que os participantes se envolvem em igualdade de condições para expressar ou para produzir opiniões pessoais, sem qualquer coerção, e decidir pelo princípio do melhor argumento por ações que visam determinar sua vida social de uma comunidade. Nessa perspectiva, precisa encarar esse problema porque, na expectativa do nascimento doloroso de uma sociedade mundial, ela se situa, mais do que nunca, no coração do desenvolvimento da pessoa e das comunidades. Sua missão consiste em admitir que todos, sem exceção, possam frutificar de sua capacidade de transformação e das suas potencialidades criativas, o que implica que os sujeitos podem ser capazes de assumir a própria responsabilidade e realizar seus sonhos ou projetos pessoais.

Segundo Dahrendorf (1992, p.47), uma sociedade civilizada é aquela em que os direitos comuns de cidadania se combinam facilmente com as diferenças de raça, cor, religião ou cultura e com aqueles que não usam seus *status* cívicos como uma arma de exclusão, mas vê a si mesmo como um mero estágio na estrada para uma

sociedade mais justa. Pensando sobre a realidade social, podemos afirmar que ainda existe um grande número de outros problemas aguardando solução. Essa intenção supera qualquer outra, porquanto a realização é trabalhosa, longa e difícil e será uma contribuição imprescindível para a construção de um mundo onde a convivência seja mais igualitária e justa.

Tendo em conta que em vários países africanos, incluindo a Guiné-Bissau, as políticas educacionais enfrentam aquecidas críticas e são descartadas não só pelos motivos econômicos e financeiros, mas também pela falta de interesse dos governos para o último lugar das prioridades. Por isso, oferecer uma educação de qualidade para as crianças é, também, uma declaração de amor à infância e à juventude. A sociedade deve acolher as crianças, reservando-lhes o espaço que lhes cabe no sistema educacional, no seio da família, da comunidade de base e da nação. Esse dever elementar deve ser constantemente evocado para que seja levado em consideração, inclusive, nas tomadas de decisão de ordem política, econômica e financeira e na criação do futuro individual e coletivo (UNESCO 2010).

Para combater esse tão delicado problema social, em todos os países do mundo, sobretudo o grande índice de analfabetismo, as políticas educacionais desses países devem ser um processo permanente de enriquecimento dos conhecimentos e dos recursos privilegiados para a construção da própria pessoa, além das relações entre indivíduos, grupos e nações.

O papel central da UNESCO, em acordo perfeito com as ideias que presidiram sua fundação, respaldadas na esperança de um mundo melhor, na perspectiva de se respeitarem os direitos humanos, colocou em prática a compreensão mútua e a transformação do avanço do conhecimento em um instrumento não de distinção, mas de promoção do gênero humano (UNESCO, 2010). Durkheim (1985, p.5) refere que toda educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças, aos jovens e aos adultos maneiras de ver, de sentir e de agir às quais eles não chegariam espontaneamente.

Então, como podemos aprender a conviver nessa aldeia global, se somos incapazes de viver em paz nas comunidades naturais a que pertencemos - nações, regiões, cidades, aldeia e vizinhança? A questão central da democracia é saber se o que desejamos está de acordo com a postura cidadã de participação da vida em comunidade. Verificar se convém a alteração. A frase estava solta. Convém que não nos esqueçamos de que esse desejo depende do sentido da responsabilidade de

cada um. Nesse caso, será necessário fazer escolhas, com condições de conservar os elementos essenciais de uma educação básica que ensine a viver melhor por meio do conhecimento, da experiência e da construção de uma identidade, de uma cultura, numa comunidade democrática e igualitária.

Nas últimas décadas, a democracia se tornou uma das principais ferramentas para a construção de nossa sociedade. O respeito aos direitos individuais e coletivos transformou-se em lei, e a participação da sociedade nos processos políticos passou a ser fator principal. Com essa interação entre o estado e a sociedade, surgiu o estado de direito democrático, em que o povo é quem decide (HABERMAS, 2003, p.171). Portanto, na estruturação dos sistemas educacionais, compete aos estados a nobre tarefa de produzir, em todos os segundos, o conhecimento e as convicções de cada um, com um elevado nível de pensamento e de criatividade, partindo do local até o universal, inclusive, uma espécie de superação de si mesmo.

O sistema de formação profissional é acusado, frequentemente, de responsável pelo desemprego. Em parte, não deve, sobretudo, ocultar a necessidade de implementar outras exigências de ordem política, econômica e social, para que seja possível alcançar o pleno emprego ou permitir o impulso da economia nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, entre os quais, destaca-se a Guiné-Bissau. Assim, podemos pensar que cabe à educação construir um sistema mais flexível, com maior diversidade de cursos - profissionais ou técnicos - com professores qualificados, oferecendo mais possibilidades de transferência entre diversas modalidades de ensino ou, então, entre a experiência profissional e o retorno para aprimorar a formação que constitui respostas válidas para as questões formuladas pela inadequação entre a oferta e a demanda de emprego. Por meio desse sistema, também seria possível reduzir o fracasso escolar, uma evidência que está na origem do grande desperdício de recursos humanos. Vale a pena lembrar que a primeira riqueza de um país, antes de ouro, diamante ou petróleo, são os seres humanos que lá estão. Mas esses aprimoramentos desejáveis e possíveis serão insuficientes sem a inovação intelectual e a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável, acompanhado de estabilidade política e militar, de acordo as principais características típicas de cada país (UNESCO, 2010).

Na criação dessa sociedade, para evitar o incentivo ao desperdício humano, a imaginação humana deve adiantar-se aos avanços tecnológicos (TICs) que vários países desenvolvidos estão vivenciando, se quisermos evitar o acréscimo do

desemprego e a exclusão social ou, ainda, as desigualdades em relação ao desenvolvimento. Diante de tal circunstância, fomos induzidos a retomar e atualizar o conceito de educação como sendo uma aprendizagem ao longo da vida. Esse conceito se transformou em uma ação incentivadora e solidária que promove uma educação para todos e para toda a vida. Tendo em vista todas essas razões, parece-nos que é imprescindível impor o conceito de educação ao longo da vida, com suas vantagens de flexibilidade, diversidade e acessibilidade no tempo e no espaço.

É a ideia da educação permanente que deve ser, simultaneamente, reconsiderada e mais ampliada, com efeito, além das satisfações das necessidades básicas, mas também as adaptações relacionadas às mudanças da vida profissional de acordo com as necessidades locais. Ela deve ser uma construção contínua da pessoa, de seu saber e de suas aptidões, assim como de sua capacidade para julgar e agir, além de permitir que cada um tome consciência de si próprio e de seu meio ambiente, sem deixar de desempenhar sua função na atividade pessoal e profissional, a fim de contribuir para as estruturas sociais.

Para Freire (1978), os princípios da educação popular estão relacionados a mudanças da realidade opressora, do conhecimento, da valorização e da emancipação dos diversos sujeitos individuais e coletivos. No entanto, além da conscientização da prática e da reflexão, foram categorizadas as organizações da educação popular, a qual é vista como elemento fundamental para a transformação social.

É verdade que a vida pessoal e social é um imenso campo de aprendizagem e de realizações ao longo da vivência, pois cada ser humano detém conhecimento prévio do seu meio, ou seja, o talento está no indivíduo, independentemente de sua situação ou condições imateriais. Nessa perspectiva, somos seriamente induzidos a privilegiar o potencial educacional como sendo o recurso mais antigo e mais recente da comunicação para estar em condições de utilizar corretamente tais potencialidades. O indivíduo deve dispor de todos os elementos de uma educação básica de qualidade e é desejável que a escola incremente, cada vez mais, o gosto e o prazer de aprender, a capacidade de aprender a aprender e a curiosidade intelectual (UNESCO, 2010).

Ensinar a todos os cidadãos os conhecimentos necessários ao exercício dos direitos comuns e ao gozo da independência os colocará em estado de se

conduzirem a si mesmos, sem que seja preciso recorrer aos outros, ou seja, que só dependam de si mesmos, em relação aos hábitos arbitrários da vida econômica, intelectual, moral e social (CUNHA, 1980).

4.3 Educação ao longo da vida

O conceito de educação ao longo da vida, segundo a UNESCO (2010), é a chave que abre as portas do Século XXI para eliminar a distinção tradicional entre educação formal inicial e educação permanente. Além disso, converge em direção a outro conceito, proposto, com frequência, nas sociedades educativas, cuja oportunidade de aprender a desenvolver os talentos confere a todos, independentemente da família, da classe social ou da religião a que pertencem, revelando e desenvolvendo em cada um os dotes inatos, os valores intrínsecos, S aptidões e os talentos natos. Para isso, de acordo com a UNESCO (2010), a educação ao longo da vida baseia-se em quatro pilares imprescindíveis: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, ou seja: aprender a aprender, para se beneficiar das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida; **aprender a fazer**, a fim de adquirir não só uma qualificação profissional, mas também, de uma maneira mais abrangente, a competência, que torna a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Além disso, aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho, oferecidas aos jovens e aos adolescentes, seja espontaneamente, na sequência do contexto local ou nacional, seja formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho; **aprender a conviver**, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências, realizando projetos comuns e preparando-se para gerenciar conflitos, como também respeitando os valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz, e **aprender a ser**, para desenvolver, da melhor forma possível, a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. Com essa intenção, a educação deve levar em consideração todas as potencialidades de cada indivíduo,

sua memória, o raciocínio, o sentido estético e as capacidades físicas e aptidão para se comunicar.

Na circunstância em que os sistemas educacionais formais alargam ou privilegiam o acesso ao conhecimento de qualidade, podem dar espaço para as outras formas de aprendizagem. No futuro, essa possibilidade deve inspirar e orientar as reformas educacionais, seja na elaboração dos programas ou na definição de novas políticas pedagógicas, que poderão influenciar a transformação de uma sociedade justa e racional, onde os problemas sejam resolvidos através do diálogo, e não, de armas ou golpes de estado, como é visto na Guiné-Bissau.

De acordo com Habermas (2003, p. 169), o direito surgiu através da renúncia à violência e serve para canalizar uma forma equiparada ao poder. A partir daí, não existe mais o espaço para esses tipos de violência nas sociedades.

O direito liga-se, naturalmente, a um poder comunicativo capaz de produzir direito legítimo e a autonomia pública dos cidadãos, entre o direito humano e a soberania popular, entre os quais o direito dos cidadãos tem que ser atribuído uns aos outros, caso queiram regular suas vidas em comum com meios do direito positivo, considerando conjuntamente a referência ao domínio das leis, garantido pelos direitos humanos como princípio da soberania popular.

Sob essa nova perspectiva dos direitos dos cidadãos, a educação permanente - a educação ao longo da vida - é concebida como algo muito mais além do que o que já se pratica, especialmente nos países desenvolvidos: as iniciativas de atualização, reciclagem e conversão, além da ascensão profissional dos jovens e adultos. Ela deve abrir para todos novas possibilidades e oportunidades de terem acesso a educação, com vários objetivos, oferecendo uma segunda, terceira ou quarta oportunidade, a fim de dar resposta à sede dos que não tiveram oportunidade de obter conhecimento ou de superar a si mesmos, e de aprimorar e ampliar as formações estritamente associadas às exigências da vida profissional, incluindo as formações técnicas. Em suma, a educação ao longo da vida deve arrancar proveito de todas as oportunidades oferecidas pela sociedade, em qualquer que seja o lugar (UNESCO, 2010).

4.4 Educação para todos

Há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que “toda pessoa tem direito à educação”. Naquela época, o mundo enfrentava um quadro sombrio de problemas, entre os quais, destacam-se a decadência econômica, o rápido aumento da população, as guerras, a violência, as lutas civis e a morte de milhares de crianças e mulheres. Esses problemas atropelaram os empenhos destacados, no sentido de satisfazer à necessidade básica de todos os seres humanos: aprendizagem para as crianças, os jovens e os adultos.

Durante a década de 80, esses problemas dificultaram os avanços da educação básica em muitos países, inclusive nos menos desenvolvidos. Nos outros, o crescimento econômico permitiu financiar a expansão da educação. Por outra parte, milhares de seres humanos continuam na pobreza extrema, privados de escolaridade, não por seu interesse, mas pelo desinteresse dos governantes, que não priorizaram o sistema educacional. Outros países industrializados, ou ricos, cortaram gasto público ao longo dos anos 80, o que contribuiu para a aceleração da educação de qualidade para todos.

Em 1990, na cidade de Juntien, na Tailândia, foi organizada a Conferência Mundial de Educação para Todos, quando vários países assumiram importante compromisso em relação às metas e à satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, com o intuito de erradicar o analfabetismo e universalizar o acesso à escola para as crianças.

A UNESCO promoveu, em todo o mundo, um processo de avaliação dos progressos alcançados, incluindo o objetivo de “educar todos os cidadãos de todas as sociedades” (EDUCAÇÃO PARA TODOS: O COMPROMISSO DE DAKAR, 2000). Essa metodologia envolveu, primeiramente, a avaliação feita em cada país, depois, por continente, com uma conferência preparatória (Conferência Regional de Educação para Todos nas Américas e na República Dominicana, em fevereiro de 2000) e, por fim, pela convocação do Fórum Mundial sobre Educação de Dakar, em abril de 2000. Essa conferência de Dakar representou um marco importante na luta pela universalização da educação básica, compreendida como um elemento indispensável e sobremaneira importante como um direito subjetivo para todas as crianças e como condição insubstituível para o exercício de uma cidadania ativa,

visando à edificação de cenários sociais acondicionados pela justiça e pela equidade.

Hoje vivemos num mundo de verdadeiro progresso, rumo ao crescimento pacífico e a uma maior cooperação entre as nações. Os direitos essenciais e as potencialidades das mulheres são levados em conta. Isso significa que, se a mulher tem um nível de conhecimento educacional elevado, ajuda o filho a se interessar pela escola.

Atualmente, com a evolução das TICs e o volume de informação disponível no mundo, tornou-se mais acessível a forma de adquirir conhecimentos. E a maioria dessas informações disponíveis nas redes sociais é importante para a sobrevivência e o bem-estar das pessoas, incluindo o conhecimento sobre como melhorar a qualidade de vida ou como aprender a aprender. Essas forças novas, misturadas com as experiências acumuladas de reformas, inovações e pesquisas, alargaram um notável progresso na educação, registrado em muitos países, e fizeram com que a meta de educação básica para todos fosse considerada, pela primeira vez, na história da humanidade, como uma meta viável devido ao reconhecimento de que a educação é um direito fundamental de todos: mulheres e homens de todas as idades, no mundo inteiro (UNESCO, 2010).

[...] A educação é direito inalienável de todos os seres humanos, promove o protagonismo, valoriza a diferença ao promover o diálogo entre as culturas; contribui para a construção de um mundo melhor e sem discriminação, onde todos possam viver com dignidade; e promovem a solidariedade e o fortalecimento dos espaços coletivos e públicos. A educação é compreendida, portanto, como um dos elementos importantes no processo da humanização das pessoas e de eliminação da pobreza. Humanizar é o processo pelo qual passa todo ser humano para se apropriar das formas humanas de comunicação, adquirir e desenvolver os sistemas simbólicos, aprender a utilizar os instrumentos culturais necessários às práticas mais comuns da vida quotidiana até para a invenção de novos instrumentos, para se apropriar do conhecimento histórico constituído e das técnicas da criação nas artes e das ciências. O processo de humanização implica, igualmente, em desenvolver os movimentos do corpo para a realização das ações complexas como as necessárias à preservação da saúde, às práticas culturais e para realizar os vários sistemas de registro, como o desenho e a escrita. (DJALÓ apud MEC, 2009, p. 85).

Com a satisfação dessas necessidades básicas, podemos, ao mesmo tempo, incorporar a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural e linguística que lhe facilita promover a educação de outros, defender a justiça social, proteger o meio ambiente e ser compreensivo com o sistema social, político e

religioso, respeitando as diferenças sociais, raciais e culturais, bem como trabalhando pela paz e pelas solidariedades nacionais e internacionais, em um mundo interdependente.

[...] Uma educação de qualidade é motor ou alavanca da transformação social e política, pois nasce um pensamento pedagógico que leva o educador e todo profissional a se engajar socialmente e politicamente, a perceber as possibilidades da ação social e cultural na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade (FREIRE, 1979).

O objetivo humano é de propiciar um ambiente adequado, com grande potencial para o progresso, tendo como prioridade mais urgente melhorar a qualidade da educação e garantir o acesso para meninas e mulheres, além de superar todos os obstáculos que impedem a sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e os estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação.

Há que se ressaltar que todas as pessoas têm direito ao conhecimento. De acordo com Freire (1979), a possibilidade de refletir sobre si mesmo e sobre seu estar no mundo, associada, indissolivelmente, à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, e seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que são impostos pelo próprio mundo, do que resulta que esse ser não é capaz de assumir um compromisso. É um ser imerso no mundo, adaptado a ele, mas sem ter consciência de sua imersão na realidade, da qual não pode sair, nem se distanciar para admirá-la e transformá-la, fazendo dela um ser fora do seu tempo ou num tempo que não é dele.

Segundo dados emitidos pela Cooperação no Mundo Lusófona, existem 759 milhões de pessoas que, até 2010, não sabiam ler nem escrever em todo o mundo. Na radiografia africana, o diagnóstico revela que a educação, globalmente, é alarmante. Em média, um em cada seis adultos, no mundo, não sabem ler nem escrever, e dois, em três, são mulheres.

A África ocidental tem a taxa mais baixa de analfabetos em âmbito mundial. Apenas nessa zona regional, há cerca de 65 milhões de jovens e adultos analfabetos, o que equivale a mais de 40% da população. Na África subsaariana, uma criança tem menos oportunidades educativas em relação aos outros países de baixo rendimento, como a Ásia do sul e a do Oeste, que comportam cerca de 27%

da população de analfabetos (Fundação Fé e Cooperação no Mundo Lusófona, 2012).

O marco de Dakar (2000) determinou que os governos têm a obrigação de assegurar que os objetivos e as metas de *Educação Para Todos* (EPT) sejam alcançados, e eles se comprometeram a atingi-los. São estes os objetivos:

- Expandir e melhorar o cuidado com a educação das crianças, especialmente das mais vulneráveis e em maior desvantagem;
- Assegurar que todas as crianças, sobretudo as meninas e as crianças em circunstâncias difíceis e pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso à educação primária, obrigatória e de ótima qualidade até o ano 2015;
- Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada e às habilidades para a vida;
- Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização dos adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso à educação básica e contínua para todos os adultos;
- Eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e ao desempenho pleno e equidade de meninas na educação básica de boa qualidade;
- Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos os resultados e os reconhecimentos mensuráveis, especialmente na alfabetização e na aquisição de conhecimento matemático e de habilidades essenciais à vida.

Já em Guiné-Bissau, no ano 2009, algumas equipes compostas por técnicos de diferentes ministérios do país, do Banco Mundial e do Polo da UNESCO, em Dakar, realizaram um diagnóstico sobre o sistema educacional guineense e verificaram que o grau de probabilidade de entrar na escola e nela permanecer aumenta se a criança for do sexo masculino, e o chefe de família seja uma mulher com nível de instrução mais elevado, que vive em Bissau (capital do país), e não, no norte do país, e que faz parte de um agregado familiar com condições econômicas razoáveis (Fundação Fé e Cooperação no Mundo Lusófona, 2012).

Na Guiné-Bissau, a educação é um direito e um dever para todos os cidadãos. Nesse caso, 58% da população continuava analfabeta no ano de 2009; apenas 37% das crianças chegam ao ensino secundário, e 17% conseguem

concluir. A gratuidade de ensino é negada a 7% das crianças, que afirmam ser demasiadamente cara a escola, o que leva 32% a abandonarem a escola para dar apoio à família. Para as crianças que vivem nas cidades, em capitais de regiões, a oferta de escolas de ciclo completo é da 1ª à 11ª classe, e as das regiões de Tombali, Quinara e Gabu eram, em 2001, as mais penalizadas em relação à educação.

Essa esperança da EPT, em Guiné, é um papel central da Igreja Católica. Em 2007, as missões católicas gerenciavam, parcial ou totalmente, uma rede de 82 escolas em oito das nove regiões do país, nas quais 43 eram de iniciativa comunitária e escolas de autogestão, 39 privadas, envolvendo mais de 333 professores num universo global que envolve mais de 13.471 alunos.

Essas escolas são analisadas na perspectiva de contribuir para que todos tenham acesso à educação, em termos de qualidade e igualdade de oportunidade tanto para o sexo masculino quanto para o feminino (Fundação Fé e Cooperação no mundo, Lusófona, 2012). A educação, em todas as suas formas, pode modificar o mundo, capacitando os indivíduos com as habilidades, as perspectivas, o conhecimento e os valores que são necessários para se viver e trabalhar de maneira sustentável, pois esse sistema utilizado tem como objetivo equilibrar o bem-estar humano, social e econômico e suprir as necessidades humanas.

O conceito da educação para o desenvolvimento compreende uma nova visão da educação que busca empoderar pessoas de todas as idades para assumirem a responsabilidade de promover um futuro sustentável e usufruir dele.

Nesse sentido, pensar na educação para o desenvolvimento sustentável é refletir através da educação e requer que os educadores e os educandos reflitam profundamente sobre as críticas em suas próprias comunidades, que se identifiquem com os elementos inviáveis em suas vidas e tentem explorar mais as tensões entre os valores e os objetivos conflitantes.

A educação é, em si mesma, um direito e um dever. Para compreender melhor a obrigatoriedade da educação e sua importância, é importante confrontar a realidade das crianças com a de outras que não têm acesso à educação e verificar como essa privacidade pode afetar suas vidas no presente e no futuro (CAMPANHA GLOBAL PELA EDUCAÇÃO, 2012).

A implementação da educação para todos requer parcerias entre governos, comunidade acadêmica e científica, professores, ONGs, comunidades locais e

mídia, porque a década de educação oferece uma gama de oportunidade à UNESCO e aos seus parceiros, para orientar a educação em direção à consciência de que todos compartilhamos um destino comum e o compromisso de um futuro bem melhor para as pessoas e para o planeta.

4.5 Desenvolvimento

Durante séculos, o conceito de desenvolvimento desdobra-se em acesso aos recursos naturais, a terras e a minerais. Para isso, vários países da África, da Ásia e da América foram colonizados visando à apropriação desses recursos pelos colonizadores.

Depois da revolução industrial, o desenvolvimento ganhou outros conceitos, como capital físico, máquinas e equipamentos, o que se tornou a base da acumulação da riqueza, que é o sinônimo de desenvolvimento. Os países privilegiados, ou chamados de país de primeiro mundo, aproveitaram bastante a exploração dos recursos naturais. Isso fez com que a economia crescesse em altas taxas durante muitos anos. Para outros países chamados subdesenvolvidos, o desenvolvimento foi visto como um grande problema devido à exploração dos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos.

Atualmente, o desenvolvimento é visto de outra forma. Sen (2000, p.18) refere que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas possam desfrutar, tendo em vista a extração das principais fontes de privação da liberdade, tais como: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e distribuição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência dos estados repressivos. Segundo o autor, existem cinco tipos de liberdade vistos em uma perspectiva, a saber: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais e garantia de transparência e segurança protetora. Cada um desses tipos distintos de direitos ajuda a promover o desenvolvimento da capacidade individual e da coletiva, que ajudará no progresso de uma sociedade.

No caso da Guiné-Bissau, essas liberdades, futuramente, impulsionam o desenvolvimento, pois são vistas como fruto de processo interno de determinado território que é capaz de proporcionar as melhorias das condições de vida dessa sociedade, porque esses direitos não são vistos desde sua colonização até a

independência, ou seja, até os dias de hoje. Na verdade, o desenvolvimento exige infusão de capital na economia, e na Guiné-Bissau, tem sido o principal instrumento de geração e de aquisição desse capital que, basicamente, só veio de duas fontes: através dos empréstimos e dos investimentos exteriores.

Essa fonte de investimento externo tem sido dos governos estrangeiros ou das instituições internacionais, como o Banco Mundial, que, devido à falta de capacidade de produção interna do país, arcou com obrigações cada vez pesadas de pagar os juros sobre os empréstimos. Além disso, o país está sem condições de atrair os investidores externos, devido à instabilidade política vivenciada no país, pois não conta com uma classe empresarial bastante grande ou rica para começar a fornecer capital de investimento suficiente para o desenvolvimento (OCUNI CÁ, 2010, p.135). Essa é uma situação extremamente preocupante, pois nos induz a avaliar o nível de educação dos gestores daquela sociedade e à não preocupação com o sistema educacional que poderia ser o caminho para a solução vivenciada que, para a Revista da FAEEBA (apud Buarque, 2002, p.378), o desenvolvimento é uma resultante direta da capacidade dos atores locais que se estruturam e se mobilizam com base nas potencialidades de seu capital humano, levando em conta sua matriz cultural, para definir e explorar as oportunidades locais.

Nesse caso, a qualidade dos recursos humanos se transforma ou passa a ser um fator estratégico e de fundamental importância para o desenvolvimento, a qual está vinculada à qualidade da saúde, da educação, da higiene, da infraestrutura, da oportunidade econômica e da liberdade política. Assim, vale a pena refletir profundamente sobre qual é a função do sistema educacional no processo de desenvolvimento. Convém lembrar que a educação consiste em produzir mudanças nas crianças e nos mais jovens, a fim de convertê-los em pessoas adultas capazes de enfrentar, com garantia de êxito, os desafios que lhes são colocados ao longo da vida (Martín e Rizo, 2021, p.18). Querendo ou não, o mundo, a sociedade e a visão das pessoas mudam em todos os aspectos. É certo que essas mudanças não são um sinônimo de progresso ou de avanço, pois, infelizmente, pode ser o contrário. Porém é uma ilusão que todas as mudanças permitem melhorias e avanços.

Pretendemos, no entanto, ilustrar que essas mudanças são capazes de orientar avanços e permitir melhorias. Certamente não estamos dizendo que essas mudanças vão acontecer sozinhas, sem a nossa intervenção. Por isso devemos planejar reformas e programas de melhoria, principalmente no sistema educacional,

de acordo com a cultura e os princípios locais. De qualquer forma, devemos reconhecer que as liberdades políticas, os direitos civis e o direito a democracia constituem um grande artefato para o desenvolvimento. Sen (2009, p.456) assevera que a democracia tem sido bastante reticente quando refere que, em si mesmo, é capaz de promover o desenvolvimento e o reforço de bem-estar social, pois são vistos como uma conexão construtiva, e não, apenas, como uma simples ligação entre ambas.

Se nos entendem, o desenvolvimento e a liberdade de democracia, em seu sentido amplo, concentram-se na qualidade de vida das pessoas, na justiça social, em uma prática política mais bem fundamentada, em emprego seguro, igualdade entre os sexos e várias outras oportunidades sociais impulsionadas pelo esse fenômeno.

Quando pensarmos na educação já não é necessário discutirmos se ela é ou não importante para e nossa vida. Parece óbvio, para todos e todas, que ela é necessária para a conquista da liberdade de cada um e o exercício da cidadania, para o trabalho, para tornar as pessoas mais independentes e mais felizes. A educação é necessária para a sobrevivência do ser humano, para que ele não necessite de inventar tudo de novo, e necessite apropriar-se da cultura do meio social onde ele está inserido e do que a humanidade já produziu. Se isso era importante no passado, hoje é ainda mais determinante, pois vivemos numa sociedade baseada no conhecimento que é riqueza atual da humanidade (FREIRE 1978).

Nesse caso, cabe ao estado a responsabilidade de investir no ensino, na saúde, na infraestrutura, na segurança pública, na garantia das instituições e das relações de direitos e deveres, bem como a condução da política econômica. Parece óbvio, mas, em nosso país, ainda faltam algumas lições de casa para que o governo cumpra adequadamente seu papel. Precisamos sair dessa situação indesejada.

Por fim, podemos afirmar que, em qualquer parte do mundo, cada pessoa, independentemente de nacionalidade, raça, classe social ou comunidade, tem um conjunto de direitos fundamentais que devem ser respeitados, visto que o homem é um ser racional dotado de capacidade própria, que lhe permite pensar e refletir profundamente sobre o seu pensamento e organizar suas ideias para que, segundo Freire, a educação possa nos proporcionar uma nova geração para apropriação crítica e criativa, que significa ensinar a aprender a ser um cidadão capaz de exercer seus direitos como uma forma de participar e de expressar as próprias opiniões.

5 OS IMPACTOS DO PROJETO AFRICANIDADE COMO ALTERNATIVA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM GUINÉ-BISSAU: A UFPB E SUA CONTRIBUIÇÃO COM O SISTEMA EDUCACIONAL

5.1 Introdução

Com vimos nos capítulos anteriores, as agências internacionais, como a ONU, a OCDE e a UNESCO, tiveram papel fundamental no desenvolvimento da educação e da qualidade de vida dos povos africanos. Vimos também que, historicamente, as concepções políticas de educação, propostas nos diversos documentos dessas agências, vêm influenciando, de forma positiva, muitas das ações adotadas nesse país por diferentes frentes, propiciando novas perspectivas de mudanças e de avanços no campo da escolaridade.

Uma dessas primeiras orientações políticas surge com as orientações internacionais sobre a luta pelo direito universal a educação para as crianças, os jovens e os adultos. Esse tem sido o princípio gerador que tem sustentado as diversas iniciativas. Nesse contexto de educação como um direito, emerge a educação de adultos como um dos grandes problemas enfrentados pela Guiné-Bissau, a qual tem sido considerada importante no contexto da globalização, em função das mudanças rápidas e da necessidade de se promover a integração e avançar nesse sentido. Contemporaneamente, não é possível pensar a mudança social e a emancipação sem que os adultos adquiram conhecimentos e competências para melhorar sua vida, suas famílias, a comunidade onde vivem e a sociedade.

Segundo o Relatório “*Global Report on Adult and Learning Education – GRALE*” da UNESCO (2010) - tem sido cada vez mais importante compreender o papel da educação de adultos no mundo contemporâneo. O documento assinala que, desde 1949, data da I Conferência Internacional sobre Educação de Adultos – I CONFITEA - o conceito tem evoluído ao longo do tempo.

Desde quando era considerada como um fator de promoção da compreensão internacional, em 1949, a educação de adultos passou a ser vista como fundamental na transformação econômica, política e cultural de indivíduos, comunidades e sociedades no Século XXI. Durante sessenta anos, foram realizadas seis CONFITEAS em diversos países do mundo. A última ocorreu no Brasil, no ano de

2009, na cidade brasileira de Belém, no estado do Pará, ocorrida pela primeira vez no hemisfério sul. Com base nos Relatórios Nacionais de 154 estados-membros, essa Conferência envolveu os países-membros da UNESCO, as agências das Nações Unidas, as agências multilaterais e bilaterais de cooperação, as organizações da sociedade civil, o setor privado e aprendizes de todas as regiões do mundo.

Durante a preparação dessa conferência, inúmeros países de todo o mundo analisaram as tendências e identificaram os principais desafios e as melhores políticas e práticas educacionais a serem adotadas para a educação, a formação e a qualificação das pessoas adultas. Desse amplo debate, resultou o documento denominado de Marco da Ação de Belém. No âmbito das análises e das recomendações propostas nesse documento, foram sugeridas ações educativas, através de cursos de qualificação destinados a pessoas jovens e adultas. O documento enfatiza que a educação e a aprendizagem de adultos desempenham um papel crítico fundamental para o enfrentamento dos desafios culturais, políticos e sociais do mundo contemporâneo e sublinha a necessidade de se colocar a educação de adultos em um contexto mais amplo do desenvolvimento sustentável. Reconhece, também, que políticas efetivas de governança, financiamento, participação, inclusão, equidade e qualidade são condições indispensáveis para que jovens e adultos estejam aptos a exercer os seus direitos à educação.

Foi nesse contexto em que a Cátedra UNESCO DE EJA e o Departamento de Mídias Integradas na Educação (DEMIE) da UFPB assumiram a responsabilidade de construir o Projeto Africanidade. A vocação da Cátedra, como entidade constituída para atuar com as questões relacionadas à escolaridade, à qualificação, à formação e à pesquisa relacionada às pessoas jovens e adultas coloca em discussão a solicitação de parceiros africanos, dos países Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, organizando um curso de aperfeiçoamento destinado a gestores e a formadores de pessoas jovens e adultas. Com esse intuito, concorre a um edital da CAPES/MEC. O financiamento do projeto atendeu ao EDITAL 28 da SECADI/MEC e, inicialmente, foi direcionado a ser um curso de extensão. Posteriormente, para atender a uma demanda de Cabo Verde, foi organizado um Curso de Especialização *Lato Sensu*, oferecido ao Brasil e a Cabo Verde.

A iniciativa inovadora, em sua base conceitual e metodológica, alinha-se às diretrizes internacionais consolidadas no Relatório GRALE e se estrutura nos

escopos da demanda de vários relatórios dos países para os quais foi voltado, conforme a síntese exposta no GRALE (p. 17).

A cidadania ativa e produtiva é um elemento fundamental da sociedade. A mobilidade dentro e fora das fronteiras nacionais garante a possibilidade de indivíduos e comunidades experimentarem e aprenderem sobre outros povos, culturas e línguas; e todos os tipos de conhecimento estão disponíveis por meio das TICs para aqueles que têm acesso à internet. De fato, em um mundo conectado, as oportunidades de aprendizagem são vastas e diversificadas. A educação de adultos – desde que em contextos formais, não formais e informais – apoia essas oportunidades ao facilitar a aprendizagem para todos, não importa o local onde estejam e quaisquer que sejam suas necessidades e motivações.

No tocante a sua operacionalização, no âmbito da UFPB, estão envolvidos a Cátedra UNESCO, o Departamento de Mídias Integradas na Educação, o Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) e o Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes (MPGOA). Do lado africano, os Ministérios de Educação e o do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde e os Ministérios da Educação de Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, como será visto em detalhes nos itens que seguem.

5.2 Origens do Projeto

As bases que justificaram o desenvolvimento dessa ação educativa, denominada de Projeto Africanidade, vêm, como já mencionado, atender às demandas dos países africanos parceiros e desafiam a UFPB a atuar como instituição formadora para além das fronteiras nacionais.

Pensando numa mudança da universidade pública sob a perspectiva de um movimento de renovação acadêmico-científico e cultural, cujo foco se concentra na formação, na inclusão social e na democratização, faz-se necessário assinalar alguns pontos que são a condição e a forma dessa mudança: tomar a educação como um direito universal do cidadão; defender a universidade pública como um ente institucional capaz de ampliar sua capacidade de democratização do acesso e da inclusão das classes populares; definir a autonomia universitária como direito para garantir a primazia dos valores acadêmicos, oferecendo prioridade para os problemas da sociedade em que está inserida; revalorizar a atividade de ensino que foi desprestigiada, dentre outros fatores, com a recente valorização da produtividade da pesquisa. Da sistematização dessa prática de educação continuada, ampliada para as demandas africanas, postula-se prioritariamente que o curso contribua para consolidar estudos e pesquisas já em curso no âmbito de EJA possibilitando a formação de novos investigadores (especialistas, mestres e doutores) e estimulando atividades em rede e fortalecendo intercâmbios que permitam consolidar um Espaço Sul-Sul de Educação no âmbito da EJA. Defende-se, como princípio, que esse Espaço-rede se afirme face a outros espaços linguísticos, históricos e

sócio-culturais por representar um contribuição para a construção de sociedades mais justas e inclusivas, onde a ciência, a arte e a cultura sejam bens universais apropriados por todos, no respeito e na valorização da diversidade e da intermulticulturalidade das nossas sociedades (PROJETO AFRICANIDADE, 2010)

O Projeto Africanidade inclui dois cursos de formação: um, em nível de Extensão, com 205 horas, e um, de Especialização *Lato Sensu*, com 405 horas. Voltado para gestores e docentes que atuam na Educação de Jovens e Adultos, foi desenvolvido pela UFPB no Brasil (Paraíba), em parceria com três países de língua portuguesa do continente africano: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau. Sua existência é fundamentada no cerne do relatório GRALE e no Marco de Ação de Belém. Também contribui para os avanços na consecução da Educação para Todos (EPT) e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), até 2015, em particular, o objetivo 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Reforça as metas de Hamburgo para o futuro em seus temas principais: Aprendizagem de adultos e democracia: os desafios do Século XXI; Melhoria das condições e da qualidade da aprendizagem de adultos; Aprendizagem de adultos e o mundo do trabalho em constante evolução; Aprendizagem de adultos, cultura, mídia e as novas tecnologias de informação; Aprendizagem de adultos para todos: os direitos e as aspirações dos diferentes grupos e Reforçar a cooperação internacional e a solidariedade.

Segundo Brennand e Prestes (2012), o projeto, como compromisso político, trata-se de iniciativa estabelecida entre o Ministério da Educação/SECADI do Brasil, a Universidade Federal da Paraíba, através da Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos/UFPB e do Departamento de Mídias Integradas na Educação (DEMIE) e os parceiros africanos de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe envolvidos com a EJA em seus países.

A proposta, feita com múltiplas parcerias, foi de contribuir com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e de Educação para Todos, em atenção ao que havia sido requisitado pelo continente africano no documento Educação e Aprendizagem para Todos: olhares dos cinco continentes, preparado para ser discutido na VI CONFITEA, realizada no Brasil, em Belém, no ano de 2009.

5.3 Nasce a proposta através de um processo de escuta

Indagada sobre o início da construção da proposta em entrevista, com a finalidade de entender como foi realizada, a Coordenação afirma que a construção da proposta não foi simples. Começou com a demanda expressa por representantes dos três países, que estavam em João Pessoa, participando de uma reunião técnica com professores da Cátedra UNESCO da UFPB. Estavam presentes representantes do Ministério da Educação que, nessa reunião, mostravam-se abertos a mapear possibilidades de financiamento na SECADI/MEC.

Segundo De Góes Brennand (2012, p. 08), a sensibilidade aos problemas comuns ao Brasil e aos países parceiros foi a maior inspiração para a decisão:

A concepção freireana de diálogo nos sensibilizou a colocar entre as demandas crescentes e dinâmicas da academia brasileira um lugar para pensar e trabalhar de forma compartilhada estratégias de formação docente. Os países que integram o projeto, apesar da distância geográfica e das características culturais singulares buscam de forma semelhante transformar as bases de sua educação. O Brasil, assim como Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe enfrentam a necessidade permanente de desenvolver a luta contra a pobreza, a violência, a mortalidade infantil e a universalização da educação. Dessa necessidade foi construído um conceito de parceria que envolve trabalhar com o outro de forma colaborativa e interativa onde o diálogo é compreendido como "*o encontro no qual a reflexão e a ação, inseparáveis daqueles que dialogam, orientam-se para o mundo que é preciso transformar e humanizar*" (p.83). "É na dialogicidade que o homem gera a mudança social, portanto, gera a mudança em si mesmo".

Desse diálogo, resultou a primeira missão nos países africanos, que teve como objetivo compreender o contexto, ouvir outros atores e verificar as condições tecnológicas, uma vez que o curso estava previsto para utilizar a proposta de metodologia semipresencial. Segundo De Góes Brennand (2012, p. 06),

[...]no momento da construção do Projeto inicial, as articulações possíveis não estavam ainda claras: como produzir dois cursos um de Extensão e outro de Especialização Lato Sensu com os três países de maneira que os mesmos não tivessem características de pacotes com soluções brasileiras? Dessa indagação tem origem a primeira missão exploratória aos países africanos em agosto de 2010. Composta por pesquisadores da UFPB e representantes do MEC a comitiva dialogou com Ministros da Educação, Diretores e Líderes de projetos de EJA, professores e ONGs. Dessa convivência e da escuta das diversas demandas colocadas tanto por gestores e professores quanto por Organizações da sociedade civil organizada toma corpo a proposta teórico-conceitual. Passamos pelos caminhos construídos por Paulo Freire em Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e

Príncipe e em cada diálogo sua presença era marcante e nos guiava a mais escuta e mais sensibilidade.

O retorno ao Brasil, depois de uma estadia de três semanas e de reuniões com autoridades e professores, ensejou ainda mais indagações:

Diante da distância geográfica como continuar ouvindo, considerando as demandas dos tres países? A resposta foi buscada numa visita da Coordenação Técnica à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UFPB. Lá foi encontrada a resposta. Tínhamos matriculados na UFPB cerca de 30 alunos oriundos de Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Após convite enviado para uma reunião, tivemos resposta de 15 deles, dispostos a conhecer o projeto e colaborar para sua execução (DE GÓES BRENNAND, p.06).

5.4 Objetivos, metas e público-alvo

O curso teve como público-alvo educadores e outros profissionais que atuam no campo da Educação de Jovens e Adultos a serviço dos estados da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, assim como os educadores da EJA de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. A formação continuada de professores e de outros profissionais da educação que se encontram em serviço contribui para criar condições para a construção local de uma educação contextualizada, de acordo com as especificidades de cada país. A meta foi de formar 50 especialistas em nível de Pós-graduação Lato sensu, no Brasil, e 50 em Cabo Verde, e em nível de aperfeiçoamento, 50 profissionais em Cabo Verde, 50 em Guiné Bissau e 50 em São Tomé e Príncipe (BRENNAND e PRESTES et al; 2010, p.3).

5.5 A Educação a Distância como estratégia

O curso arquitetado na modalidade EAD, auxiliado pelas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs), como novas ferramentas de ensino e de aprendizagem, oferece recursos para que os professores- pesquisadores envolvidos no processo produzam materiais didáticos em formato multimídia, através da criação de objetos de aprendizagem em mídia impressa, radioaulas e videoaulas, que estimulam os alunos, os professores, os tutores e os coordenadores a interagirem e a compartilhar as atividades realizadas e

vivenciadas ao longo do curso.

Através da escuta aos alunos africanos, das discussões com o corpo docente convidado, resultados da escuta realizada na Missão Exploratória aos três países, as reuniões com representantes do Departamento de Comunicação para pensar as estratégias do uso das mídias integradas: painéis radiofônicos, videoaulas, mídia impressa e digital o modelo conceitual foi concebido. Cerca de 40 pessoas com diversas habilidades e competências buscaram resposta às problematizações suscitadas pelos debates na busca de links de referência entre os professores africanos a serem atendidos e a proposta pedagógica que começava a tomar forma. Conteúdos foram reformulados, identidade visual foi definida e as estratégias de uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem geraram o primeiro protótipo (DE GÓES BRENNAND, 2012, p.8).

O projeto dispõe de uma ferramenta para o desenvolvimento das atividades acadêmicas - o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA Moodle). Trata-se de um software livre já amplamente utilizado pela UFPB em seus cursos de graduação a distância, por meio do qual é possível desenvolver as atividades de forma síncrona e assíncrona, e os participantes são acompanhados, assessorados e orientados pela equipe executora do Projeto. O curso foi desenvolvido em seis módulos, com previsão de 240 vagas iniciais, com duração de dez meses (180 horas). Incluindo os processos de preparação, elaboração de material didático, avaliação e certificação (PRESTES; BRENNAND, op. Cit), o total foi de quatorze meses.

Essa prática de educação continuada, ampliada para as demandas africanas, contribui, prioritariamente, para o aperfeiçoamento da qualidade dos professores de que esses países precisam, para aumentar a capacidade institucional com que atuam na educação de jovens e de adultos (EJA) desses países africanos. Essa rede tem facilitado a quebra das barreiras do espaço geográfico, mostrando a importância da educação a distância no ensino superior e possibilitando o desenvolvimento de profissionais de qualidade, o que contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o conhecimento pode ser compartilhado a milhares de distância. Sua procura se transforma em um bem universal apropriado por todos, no respeito e na valorização da diversidade e da intermulticulturalidade das nossas sociedades.

As últimas duas décadas foram marcadas por mudanças tecnológicas, principalmente em suas ramificações tecnológicas de informação e comunicação, que, cada vez mais, estão transformando o mundo em uma pequena aldeia global, razão por que podemos acreditar que a tendência é de evoluir mais, com a intenção

de se transformar o mundo em completamente digital. Em cada época, a sociedade se depara com diversos tipos de tecnologia e, atualmente, por serem midiáticas, são caracterizadas como tecnologias da informação e comunicação. Portanto, podemos considerá-las como uma ferramenta que nos proporciona condições, além de um simples suporte tecnológico, pois nos proporciona a interação de modo que possamos nos relacionar socialmente e adquirir conhecimentos em qualquer lugar ou continente. A tecnologia ajuda-nos a criar uma nova cultura e contribui para a evolução da sociedade e a interação entre povos diferentes e distantes. Trata-se de um fenômeno que redesenha o modo de vida e abre novos espaços no âmbito da cultura, da ciência e da economia, principalmente das relações sociais, no acesso à informação, entre outros aspectos (FILHO; VERGUEIRO, 2007, p. 2).

O impacto das tecnologias digitais engloba todas as áreas de atuação humana, inclusive o campo educacional, pois a utilização das tecnologias midiáticas, cada dia, é mais necessária, pois ganha destaque no âmbito educacional. Para a União Europeia, o entendimento desse impacto foi formalmente reconhecido por seus membros que, por meio de seus representantes, propuseram mudanças drásticas na educação superior, expressas na Declaração de Bolonia (BURSZTYN, 2005). Com o avanço do uso social desses equipamentos - televisão, dvd e computador - que facilitam a produção, a editoração, o emprego de áudio, música, radioaulas, filmes, videoaula, interatividade, comunicações, fax, softwares, internet e realidade virtual, as tecnologias ajudam a aprimorar novas formas de aprender e de ensinar. Essa proposta de ensino facilita as modificações, tanto nas organizações do conteúdo quanto nos processos de interação e comunicação que favorecem a criação de uma comunidade crítica na aprendizagem.

O curso foi oferecido na Modalidade a Distância, com o apoio de atividades presenciais, utilizando-se tecnologias interativas como cerne do processo ensino-aprendizagem, em que a interação e a interlocução entre todos os atores foram maximizadas sem limitações de fronteiras geográficas. O uso de tecnologias da inteligência, através dos meios digitais, tem expandido as possibilidades de formação, bem como a integração de pessoas em distintos países, como é o caso desse projeto.

Quando utilizamos avançadas tecnologias de comunicação virtual, é possível conectar pessoas que estão fisicamente distantes. A convergência tecnológica, através da possibilidade de serviços diversos, por meio das telecomunicações,

coloca-nos possibilidades de produção e divulgação de conhecimentos e saberes, que possibilitam trocas de experiências ricas e multifacetadas.

Visualizamos, através do projeto, um maior intercâmbio entre as universidades envolvidas e os países africanos acima mencionados, possibilitando que cada professor colabore com seus conhecimentos específicos, no contexto da educação de jovens e adultos, colocando a Cátedra instalada na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e os dois Programas de Pós-graduação envolvidos como catalisadores de experiências pedagógicas ricas e diversas. A experiência propiciou “aulas” em um espaço e tempo flexíveis e ampliou as possibilidades de participação. O curso, concebido na modalidade EAD, por meio da utilização de novas ferramentas de ensino e de aprendizagem, estimulou professores, tutores e coordenadores quanto à interação e à mediação no compartilhamento dos processos de educação e no comprometimento de melhoria da qualidade das atividades vivenciadas no exercício de suas funções.

A proposta envolveu informações e conhecimentos diversificados sobre as atuais concepções teóricas e os procedimentos didáticos metodológicos relativos às perspectivas da educação e da aprendizagem dos jovens e adultos ao longo da vida e possibilitou, ao mesmo tempo, o estímulo ao intercâmbio de professores e de investigadores, por meio de estudos e do desenvolvimento de projetos comuns, sobretudo no campo da formação acadêmica. A oferta do curso de aperfeiçoamento também representou uma oportunidade de fortalecer iniciativas acadêmicas já construídas pelas instituições envolvidas. Seu formato, capaz de contemplar um maior número de profissionais que apresentam dificuldades de acesso a outros processos de ensino e de aprendizagem, contribui com os objetivos de inclusão social, digital e de equidade previstos nos principais documentos relativos ao direito a Educação para Todos, nas propostas das CONFINTEA V e VI, e se inclui no novo paradigma de desenvolvimento sustentável, compondo, sobretudo, alguns dos objetivos prioritários do MEC/CAPES//BRASIL, através do Projeto de Lei de número 7.569/2007, relativo à formação de professores da rede pública por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essa é uma iniciativa que fomentou a inclusão digital do público-alvo previsto.

A proposta procurou abranger conteúdos, informações e conhecimentos diversificados, utilizados em vários cursos a distância, desenvolvidos pela UFPB,

sobretudo, as principais concepções teóricas e os procedimentos didáticos metodológicos concernentes às perspectivas da educação e da aprendizagem dos jovens e adultos ao longo da vida, permitindo, ao mesmo tempo, facilitar o intercâmbio de professores e de investigadores por meio de estudos e desenvolvimento de projetos comuns, sobretudo no campo da formação acadêmica.

5.6 Matriz curricular do curso

Segundo Brenanad e Prestes (2012), apesar de o objetivo do curso ser o de aperfeiçoar as pessoas que atuam na EJA, existe a intenção de que os conhecimentos e as aprendizagens produzidos no processo da formação e seu produto final possibilitem subsídios capazes de ajudar a reflexão sobre o “conceito de aprendizagem ao longo da vida, estabelecido em Hamburgo, como o conceito fundamental para o campo da educação” (IRELAND, 2009, p. 9) e sua incorporação à prática, especialmente na América Latina e nos países africanos, o que possibilita que se repense sobre o “sentido integrador da educação e do desenvolvimento centrado no ser humano” (Idem; p. 10) para as necessárias intervenções e transformações. Para tanto, essa proposta amplia os seus objetivos de formação, incorporando atividades respaldadas por objetivos de natureza teórica, objetivos operacionais de natureza teórico-metodológicos, objetivos empíricos e objetivos de intervenção.

A matriz curricular foi reestruturada a partir da missão exploratória e de discussões com os alunos parceiros locais. Em assembleia de coordenadores, docentes e parceiros africanos, as ementas foram reestruturadas para atender às expectativas assinaladas. A fim de estimular a participação de docentes com o Curso Médio, as disciplinas foram distribuídas de acordo com o quadro abaixo.

Introdução à Educação a Distância – Extensão e Pós-graduação
Gestão e Desenvolvimento de Projetos em EJA - Extensão e Pós-graduação
Ensino de Matemática em Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Extensão e Pós-graduação
EJA, Diversidade e Direitos Humanos - Extensão e Especialização
EJA e o Mundo do Trabalho - Extensão e Especialização
EJA, Pedagogia Social e Trabalho em Rede - Extensão e Especialização
Seminários Avançados I - Pós-graduação
Seminários Avançados II - Pós-graduação
Metodologia da Pesquisa - Pós-graduação
Educação de Jovens e Adultos (EJA), Cultura Escolar e Prática Docente - Extensão e Pós-graduação
Extensão da carga horária: 205 horas e Pós-graduação, 405 horas

Quadro 9: Componentes curriculares para o Curso de Extensão e de Especialização Lato Sensu

Fonte: Projeto Africanidade.

Convém enfatizar que é preciso construir um modelo de educação que, por meio da tecnologia, da internet, do desenvolvimento, da autonomia e da interação, facilite para que seus atores (coordenadores, professores, mediadores e aprendentes) produzam conhecimentos e saberes científicos, principalmente quando se trata das questões cognitivas, das habilidades e das competências para desenvolver capacidades na área de conhecimento que fluam de forma benéfica na transmissão dos saberes para seus aprendentes.

Ressalte-se, no entanto, que esse Projeto estimula a exploração de novas possibilidades de aprendizagem ao longo da vida, através da educação e da formação contínua para todas as fases da vida, através da pesquisa e da inovação científica, na perspectiva de se construir uma sociedade do conhecimento com ampla possibilidade de acesso à informação, por ser formadoras de cidadãos comprometidos com uma vida social solidária, que prepara os seus discentes para os desafios de uma sociedade cada vez mais demandada pelas informações e pelo conhecimento. Segundo Burch (2005), a sociedade do conhecimento inclui uma dimensão de transformação social, cultural, econômica, política e institucional, assim

como uma perspectiva mais pluralista e de desenvolvimento, e o conhecimento em questão não é importante apenas para promover o crescimento profissional ou econômico, mas também para fortalecer e desenvolver todos os setores da sociedade local ou internacional.

Assim, podemos descrever missões iniciais do projeto, que comprovam que, quando utilizamos avançadas tecnologias de comunicação virtual, podemos conectar as pessoas que estão fisicamente distantes, pois, com essa ferramenta, podemos ajudar a sociedade no que ela mais necessita, que é qualificar o seu corpo docente.

5.7 Estratégias de produção do material didático

5.7.1 A identidade visual

Segundo os coordenadores, no processo de produção dos materiais didáticos, uma das primeiras preocupações foi sua identidade visual. Como utilizar cores e imagens que pudessem significar diálogo, construção coletiva, troca de saberes e demonstrar o ir e vir do processo? Em reunião ampliada do corpo docente, parceiros especialistas em multimídia e alunos africanos da UFPB, uma proposta surgiu. As cores foram utilizadas de acordo com as bandeiras dos países. Buscou-se, na natureza, um símbolo presente nos quatro países - o pássaro Irerê – que, no Brasil, é conhecido como Irerê, e na Guiné-Bissau, como pato-marreco. Tem vários outros nomes, como: apaí, arerê, assobiadeira, assoviadeira, chega-e-vira, cuchacha, marreca-apaí, marreca-do-pará, marreca-piadeira, marreca-viúva, pato-coral, paturé, paturi, piadeira e viuvinha. Esse pássaro tem capacidade de emigrar de um continente para outro com muita facilidade. Segundo a Enciclopédia das Aves,

é encontrado em qualquer corpo d'água, ao longo de sua ampla distribuição, que vai da Argentina até a América Central e curiosamente também ocorre na África Ocidental. Pode ser encontrado até mesmo em lagos poluídos. É mais ativo nos crepúsculos e a noite. Não é raro ouvir o piado dessa ave a noite sobrevoando até mesmo grandes cidades em bandos. Chega a formar bandos de várias dezenas de indivíduos, principalmente durante as migrações sazonais que realiza no sul do país” (www.wikiaves.com.br/irere, 2012)

De ampla discussão, resultou esta logomarca:



Imagem 5: Logomarca africanidade

Fonte: Projeto Africanidade

5.7.2 Recursos didáticos

Também conhecidos como “recursos” ou “tecnologias educacionais”, os materiais e equipamentos didáticos são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino/aprendizagem, visando estimular o aluno e fazer com que se aproxime do conteúdo (PROFUNCIONÁRIO, 2009).

Os materiais didáticos são um importante diferencial no processo de ensino/aprendizagem. São ferramentas que interagem entre si e têm função pedagógica específica. Além dos livros tradicionais, foram produzidos os materiais didáticos (videoaula e radioaula), pois cada conteúdo necessita de um material diferente. Para a produção desses materiais, participaram os professores conteudistas do Projeto e os estudantes africanos que estudam em diferentes cursos da Universidade Federal da Paraíba. A participação dos estudantes africanos dos três países diferentes (Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) enriqueceu mais a produção dos materiais didáticos, visto que os professores formadores começaram a interagir com eles para trocar ideias, esclarecer as dúvidas e pesquisar mais sobre a cultura, os valores e o sistema do ensino.

A participação desses estudantes na gravação dos vídeos e das radioaulas foi muito importante, pois, no início da gravação, eles davam boas

vindas aos aprendentes com o dialeto local (criolo). Como, nesses países, o dialeto é mais falado do que a língua oficial, que é o português, eles se sentem familiarizados com os conteúdos dos vídeos e radioaulas. Embaixo, segue a imagem da capa de uma vídeoaula, a de um painel radiofônico e a do caderno didático.



Imagem 6: Capa de vídeoaulas, do painel radiofônico e do caderno didático

Fonte: Projeto Africanidade.

De acordo com Brennand, Dias e Correia (2012), os materiais didáticos utilizados na EAD são construídos na perspectiva do Projeto Pedagógico do Curso. O material é um dinamizador da construção curricular e um balizador metodológico. Atualmente, em função dos avanços das tecnologias digitais, várias são as tipologias possíveis. O mais importante é avaliar, em qualquer proposta de ensino, as possibilidades de se utilizarem diversas mídias, para cuja produção e/ou escolha, devem ser levantadas algumas questões: o público-alvo (para quem serão/foram produzidos), os objetivos (didáticos), os conteúdos- âncoras (conhecimentos prévios), a extensão (amplitude), o enfoque didático (referência adequada aos estudantes) e o estilo (se é atrativo ou tem boa estrutura textual). Segundo os autores,

para organizar o curso, levamos em consideração as tipologias propostas na literatura e os contextos dos Programas de EJA do Brasil (Região Nordeste), de Cabo Verde, de Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. Após a visita aos referidos países, diálogos com o Ministério da Educação brasileiro e consulta aos documentos sobre as diretrizes de EJA publicados pela UNESCO, foram produzidos, em parceria, os materiais didáticos, cujas características são descritas a seguir. O material apresenta-se em formato hipermídia, com linguagem hipertextual, e envolve quatro mídias: **01 livro texto**, com tiragem de cerca de 300 exemplares, 20 dos quais serão destinados à Biblioteca da Direção Geral de Jovens de São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde para fomentar e facilitar o acesso pelas comunidades locais que trabalham com EJA; **01 e-book**, em formato de CD-ROM interativo, onde os usuários poderão navegar abertamente e ir de um conteúdo a outro, independentemente da forma de entrada escolhida, não sequencial e aberta. Os textos do CD-ROM terão formato de sequência de aulas, com exercícios propostos, atividades de reflexão, *links* para músicas, poesias, textos de apoio (de qualquer autor) que estejam em formato digital, possibilitando, assim, a navegação por outras leituras que não apenas o texto do professor. O CD pode se tornar uma minibiblioteca para os usuários, e seus textos digitais podem ser acessados, pelo menos, um em cada aula, ampliando as possibilidades de leitura enriquecendo-a; **01 caderno didático**, com as aulas e atividades propostas, para garantir a portabilidade e o manuseio em diversas situações. O formato do caderno é diferente do texto básico produzido originalmente pelo professor, pois é produzido com uma linguagem adequada para a EAD, com **videoaulas, cada uma** com duração entre 18 e 22 minutos. A função pedagógica da videoaula é de enriquecer a discussão sobre temas diversos das ementas dos componentes curriculares; **painéis radiofônicos**, para ampliar a audiência nos respectivos países e permitir que outros professores, não participantes do Curso, possam ter acesso a conteúdos transversais e **01 sala de aula virtual** no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle. Embora os países parceiros ainda tenham limitações de conexão (sobretudo Guiné-Bissau), o intuito do Curso é instalar as salas e mantê-las em funcionamento durante o período de sua realização, para fomentar soluções locais de acesso por parte do Ministério de Educação de cada País (BRENNAD, DIAS E CORREIA, 2012. P.35).

5.7.3 Missões pedagógicas

Os relatórios gerenciais do curso apontaram que, até maio de 2013, seriam realizadas cinco missões pedagógicas, nos três países, de aulas presenciais, acompanhamento pedagógico, avaliações presenciais e visitas técnicas. Em Guiné Bissau, o curso foi realizado de forma descontínua, em função dos acontecimentos políticos no país no ano de 2012. O Curso de Extensão foi concluído com taxa de aprovação abaixo do esperado por causa desses eventos.



Imagem 7: Salas de aula em Guiné-Bissau

Fonte: Arquivo Projeto Africanidade

6 COM A PALAVRA, OS ATORES

Depois de exploradas as origens do curso, sua identidade, a matriz curricular e as estratégias metodológicas, fizemos uma incursão no campo de sua realização. Através de entrevistas, questionários e da análise das interações entre coordenação, docentes e discentes no AVA Moodle, procuramos compreender a importância dessa experiência para pensar a educação em Guiné-Bissau. Do rico diálogo encetado com os atores, registramos, a seguir, as nuances, considerando os objetivos delineados no capítulo metodológico.

Tendo em vista os resultados da aplicação dos questionários aos coordenadores locais em Guiné e no Brasil, assim como aos professores que atuaram nas missões de atividades presenciais, apresentamos, a seguir, as informações coletadas e analisadas no decorrer da investigação.

Assim, como já foi referido, os inquéritos por questionários foram aplicados para os coordenadores/professores, mediadores e aprendentes do Projeto Africanidade e respondidos por dois coordenadores, sete professores, quatro mediadores e 14 alunos, o que traduz um esforço para garantir a representatividade da amostra. Assim, ao todo, responderam 27 sujeitos.

Em relação às questões abertas dos questionários, foram analisadas tomando como base a técnica de análise de conteúdo que, segundo Marcone e Lakatos (2010, p.151), é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Nesse caso, procurando salientar os aspectos mais relevantes, por vezes, transcrevendo algumas respostas, a importância da análise na pesquisa qualitativa direciona o olhar do pesquisador para as categorias-chave, que foram: educação emancipadora, inclusão social, educação para desenvolvimento, formação dos docentes e condições/qualidade do ensino.

6.1 Coordenadores/Professores

Para caracterizar os elementos da amostra dos coordenadores/professores, utilizamos alguns indicadores mencionados abaixo.

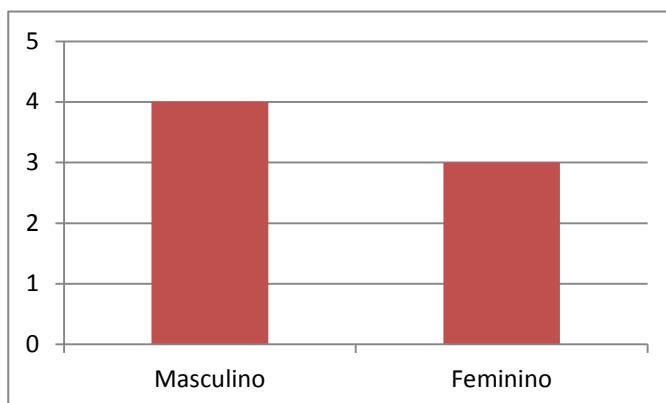


Gráfico 6: Distribuição dos coordenadores/professores por sexo

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Observando o gráfico, verificamos certa regularidade na distribuição dos coordenadores/professores por sexo, com uma ligeira vantagem em relação ao sexo masculino.

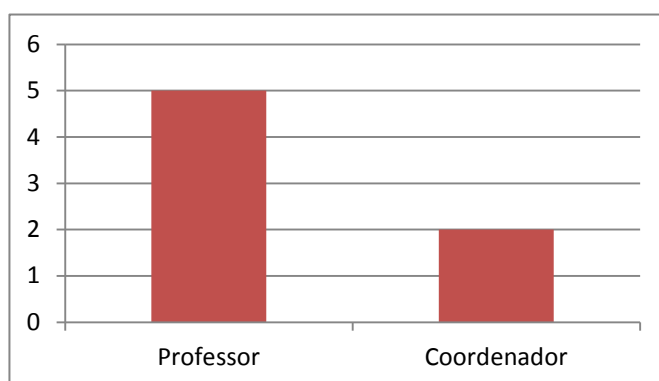


Gráfico 7: Função desempenhada no projeto

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Em relação aos coordenadores do Projeto Africanidade, o gráfico mostra o dobro de professores.

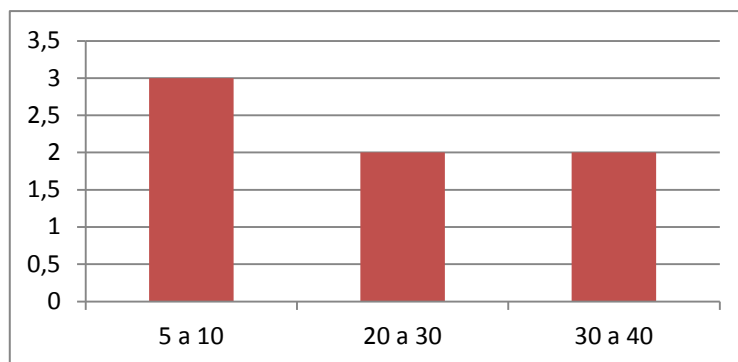


Gráfico 8: Anos de docência dos coordenadores/professores

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

De acordo com esse gráfico, em relação aos anos da experiência dos coordenadores/professores que viajaram para a Guiné-Bissau, o mínimo é de cinco a dez anos, pois são docentes com vasta experiência e conhecimento.

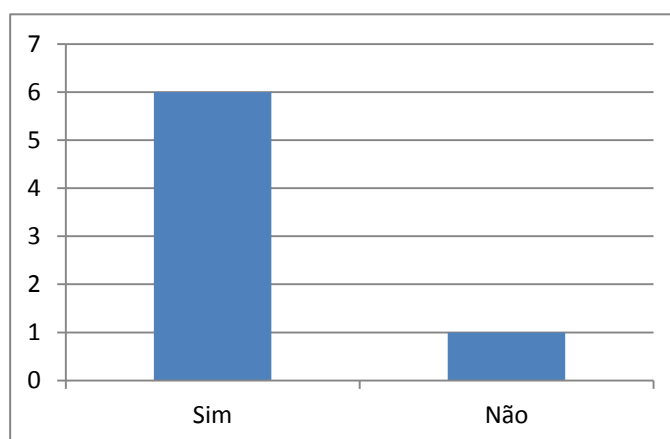


Gráfico 9: Primeira experiência nos cursos a distância para outro continente

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Sobre a experiência dos coordenadores/professores no curso a distância, o gráfico nos mostra que quase 90% dos pesquisados alegaram que essa foi a sua primeira experiência.

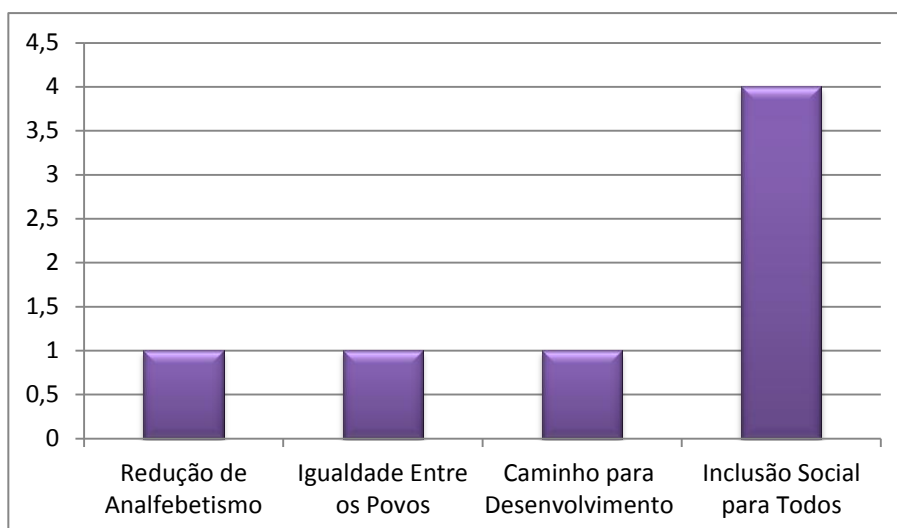


Gráfico 10: O Projeto Africanidade lhe possibilitou mais informações/condições, para pensar na educação como ferramenta libertadora?

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

O gráfico demonstra que a maior parte dos coordenador/professores respondeu que esse projeto lhes possibilitou mais informação para pensar na educação de jovens e adultos como uma forma de inclusão social para todos.

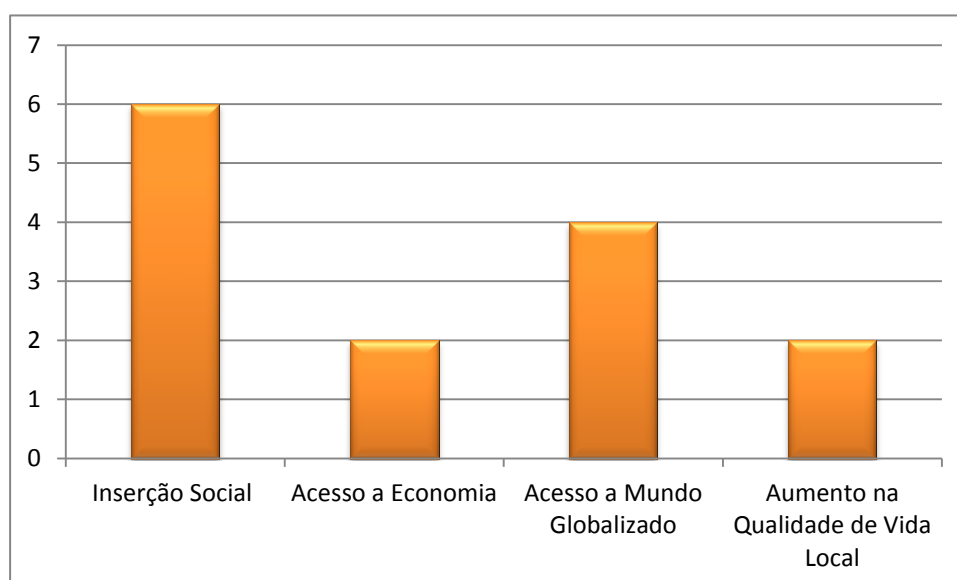


Gráfico 11: Você acha que o Projeto Africanidade tem condições de auxiliar esses países

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Sobre essa pergunta, os pesquisados salientaram que o projeto tem todas as condições de auxiliar na educação de jovens e adultos, em primeiro lugar, com a

inclusão social e, em seguida, o acesso a um mundo globalizado. De acordo com as justificativas, a maioria alegou que os dois mais votados “permitem pensar sobre sua própria cultura e assimilar conhecimentos que possam favorecer progresso aos processos de educação local e sua gestão, respeitando o percurso até então transcorrido em relação a sua historicidade”. No entanto, considerando as respostas, podemos afirmar que o projeto tem um grande potencial para colaborar com a educação de jovens e adultos, o que, futuramente, contribuirá para a educação nacional devido ao *déficit* de formação dos professores desse país.

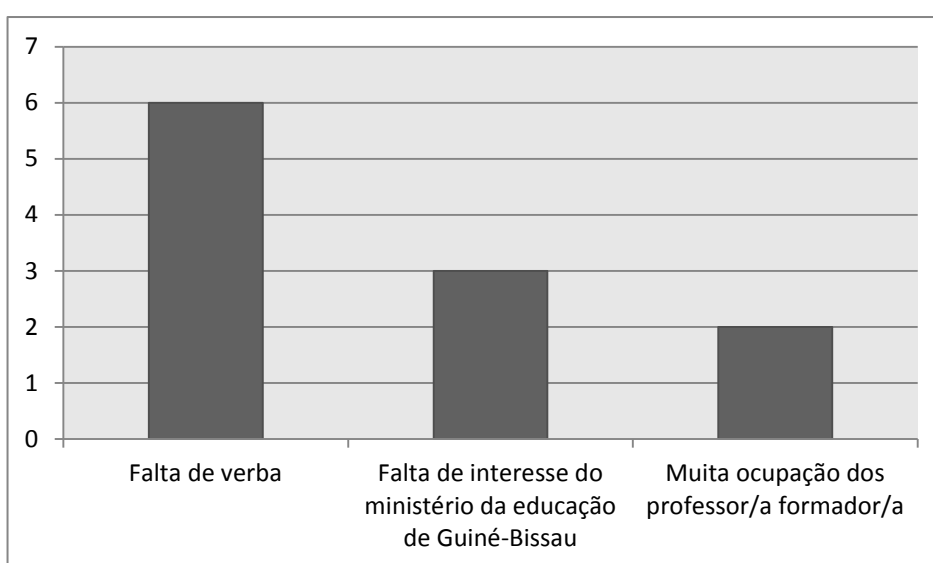


Gráfico 12: O que pode ser feito para a continuidade desse projeto?

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Pela observação do gráfico número 7, podemos ressaltar que a maioria dos entrevistados afirmou que a falta de financiamento pode ser o principal motivo para que o projeto não continue. Eles justificaram que, para que isso aconteça, o ideal é que o Ministério da Educação de Guiné-Bissau procure apoio institucional no Brasil (Reitoria, MEC, Ministério das Relações Exteriores), pois a situação da Guiné-Bissau é muito delicada, e os governos devem entender que o pacto pela educação deve transcender todas as questões diplomáticas, pois a maioria afirmou que seria difícil, na atual situação política, conseguir viabilizar as condições de financiamento.

A continuidade do projeto seria plenamente possível, agora mais do que antes. Isso mostra que os professores estão disponíveis para contribuir com a melhoria do sistema educacional guineense, como havia contribuído o Paulo Freire na década de 60.

	SIM	NÃO
Curso profissionalizante	2	2
Apoio na formação dos docentes da educação de jovens e adultos	7	
Saída de alto índice de analfabetismo no país	4	
Melhoria da qualidade do ensino	5	
Educação de qualidade para todos é a melhor saída para Guiné-Bissau	3	

Quadro 10: Você gostaria que o Projeto Africanidade continuasse na Guiné-Bissau como ?

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Analisando os dados da tabela, verificamos que maioria afirmou que gostaria que o projeto atuasse como “apoio na formação dos docentes na educação de jovens e adultos, que isso ajudaria a melhoria de qualidade de ensino futuramente no país”, pois, devido à situação atual do país, isso seria uma grande indústria para a produção dos capitais intelectuais do país.

Depois de analisar as questões iniciais, as questões abertas nos levaram a buscar as primeiras aproximações teóricas. Segundo Amartya Sen (2000, p. 17; 18; 25), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, que são: liberdade política, facilidade econômica, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora. Para obter tudo isso, segundo o autor citado, o desenvolvimento requer que se renovem as principais fontes de privação dessas liberdades, a saber: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos.

No caso da Guiné-Bissau, é importante pensar na educação como um elemento fundamental para o desenvolvimento. Assim, veremos como se posicionam os coordenadores/professores do Projeto Africanidade. No que diz respeito à pergunta sobre as dificuldades encontradas, a maioria mencionou a falta de conhecimento das reais condições do país, a falta de estrutura física para o curso

(tecnologia, energia, internet), deslize das coordenações locais e a dificuldade de os aprendentes se familiarizarem com o ambiente virtual.

Quando perguntados sobre se as renovações das técnicas educativas e escolares das estruturas das escolas, na modernidade e na contemporaneidade, poderiam contribuir para melhorar o sistema educacional guineense, todos os participantes da pesquisa disseram sim, e para explicar como essa melhoria poderia ocorrer, alegaram:

Coordenadores/ProfessoresD1: É só ter maior compromisso institucional valorização do magistério que estejam aliadas as pratica de inovação curricular e pedagógico.

Coordenadores/ProfessoresD2: É necessário manter os aprendentes motivados e envolvidos para que aprendizagem possa ocorrer sem esquecer que os professores precisam elevar significativamente o prazer de ensinar-aprender. Esses são fatores essenciais para a melhoria do sistema educacional de qualquer país que deseja ver/ter a educação como ferramenta libertadora, transformadora da liberdade.

Coordenadores/ProfessoresD3: Podemos considerar que os ensinamentos de Paulo Freire são a melhor ilustração dessas possibilidades.

Questionados sobre a importância dos conteúdos, do corpo docente e da metodologia utilizada no Projeto Africanidade, os entrevistados deram estas respostas:

Coordenadores/ProfessoresD4: Foram de fundamental importância para formação dos discentes;

Coordenadores/ProfessoresD5: Obviamente que para uma segunda edição se faz necessário avaliar e fazer ajustes pedagógicos, de infraestrutura e institucionais como forma de aprimoramento do projeto.

Coordenadores/ProfessoresD6: Sabe-se que em Guiné-Bissau existem pesquisadores/educadores que tem boas condições para contribuir para a construção de material, por tal motivo que os conteúdos são considerados de relevância, mas não excelente.

Coordenadores/ProfessoresD7: Acho que conseguimos construir um curso de ótima qualidade em todos os aspectos em exploração da educação a distância.

Essas falas denotam que os conteúdos podem ser ajustados, mas a metodologia e a qualidade dos docentes fazem com que o Projeto disponha de todas as qualidades para ofertar um curso extraordinário, pois o sistema educacional guineense está necessitando de ajuda externa e, devido “à escassez de recursos de formação de professores em nível superior, poderia ser interessante a instalação de um polo da EAD para o curso de pedagogia a distância, o que poderia oferecer a possibilidade de uma formação mais sistemática e com maior densidade” (**Professores D7**).

6.2 Ouvindo os mediadores

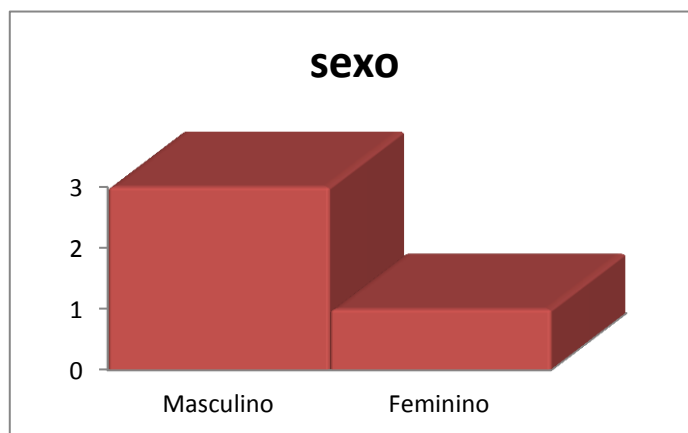


Gráfico 13: Sexo dos mediadores

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Nos mediados, temos uma larga vantagem dos mediadores do sexo masculino.

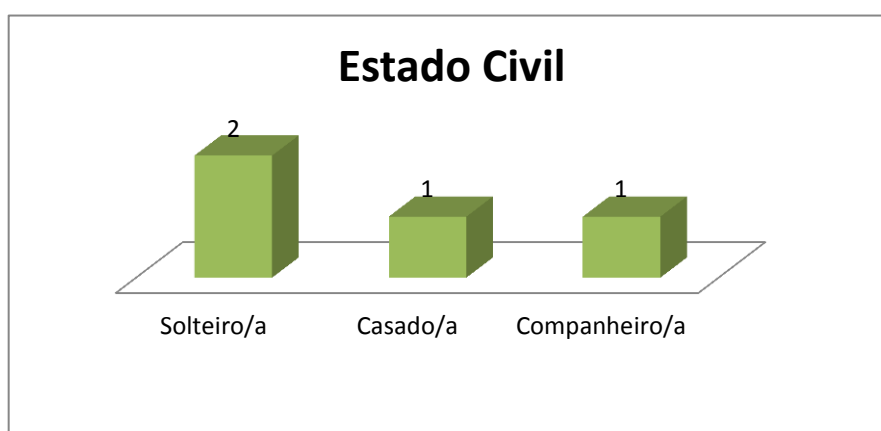


Gráfico 14: Estado civil dos mediadores

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

O gráfico nos mostra empate entre o casado e o mediador com companheiro e uma ligeira vantagem dos solteiros.

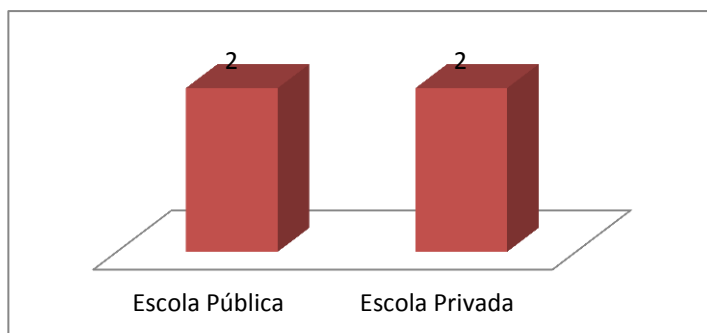


Gráfico 15: Formação educacional (ensino médio e fundamental)

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Podemos observar que 50% dos mediadores estudam em escola pública, e a outra metade, em escola privada. Cada um desses mediadores desempenha uma ocupação em setor diferente - professor, funcionário público, funcionário privado e estudante. Esse é o primeiro curso a distância para todos os mediadores, e a experiência é muito boa.

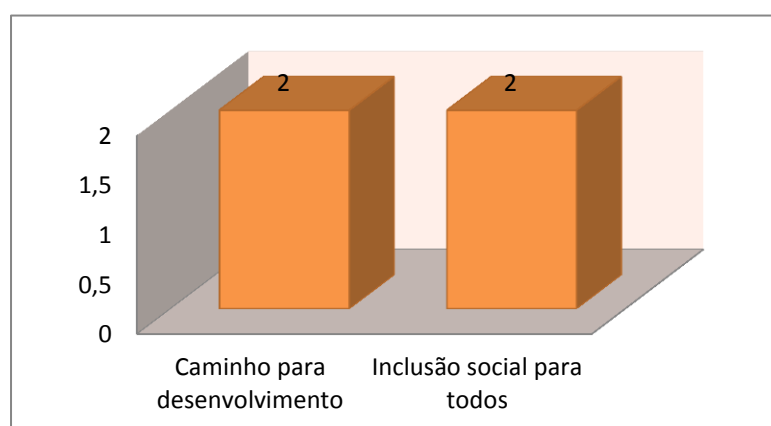


Gráfico 16: O projeto foi importante para pensar na educação de jovens e adultos como sendo.

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Os projetos lhes deram mais importância para pensar na educação de jovens e adultos como sendo a caminho para desenvolvimento e a inclusão social como mostra o gráfico.

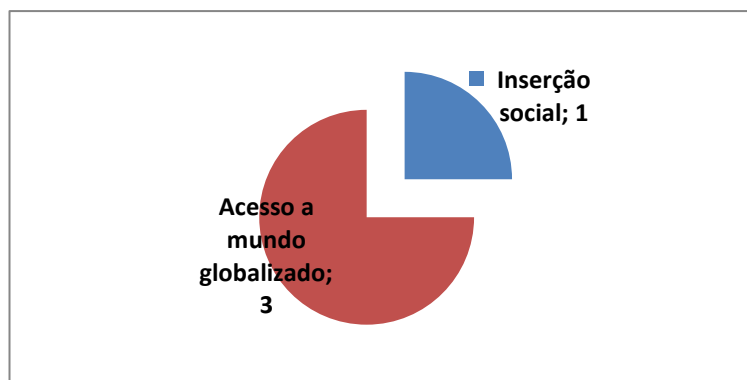


Gráfico 17: O que você entende por educação a distância?

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Setenta e cinco por cento dos mediadores acreditam que a educação a distância encaminha os jovens e os adultos para o mundo globalizado, pois permite que, em diversas partes do mundo, os indivíduos se conectem através da plataforma virtual e se reúnam em um só local, visando à aprendizagem mútua, como mostra esta fala:

Esse projeto seria viável a sua continuidade, podia contribuir na construção de qualidade dos docentes na educação de jovens e adultos na Guiné-Bissau, levando em consideração que o projeto possui profissionais meramente capacitados e qualificados para exercer seu papel como docente em qualquer lugar no mundo. Os materiais didáticos são extremamente importante e possui conteúdo muito enriquecedor tanto para os alunos como para os mediadores.

Em relação à pergunta sobre como gostariam que o Projeto Africanidade continuasse na Guiné Bissau, os entrevistados responderam:

M1: Com a qualidade que o projeto possuiu tinha todo potencial para auxiliar o país no combate contra alto índice de analfabetismo.

M2: Pode ajudar no apoio na formação dos docentes, devido à qualidade de competência dos docentes do projeto.

M3: Podemos também pensar nesse projeto como sendo instrumento adequado para melhorar a qualidade de educação para todos como sendo melhor saída para sistema do ensino guineense.

Assim, quanto à participação dos mediadores, podemos afirmar que o projeto dispõe de estrutura e de qualidade não só do corpo docente, mas também da qualidade dos materiais didáticos utilizados nesse curso.

Quando solicitados a registrar quais as outras impressões sobre o projeto, os sujeitos da pesquisa expressaram:

M4: Agradeço, e peço que o projeto não fique por aqui e que continue a haver mais projeto desse gênero.

M5: As impressões são ótimas, seria melhor que o projeto continuasse ajudando para melhorar a qualidade de ensino na Guiné-Bissau.

M6: O projeto Africanidade, como já foi mencionado á cima é de extrema importância educacional. Eu, como monitor do projeto, aprendi muito com os materiais didáticos bem elaborados pelos professores e os colaboradores, os fóruns respondidos pelos alunos, e principalmente com os africanos que em minha opinião são bem mais acolhedores e participativos do que os brasileiros. Seria muito bom, se a mesmo fosse dado continuidade por vários anos, se fosse reconhecido como sendo apoio á formação dos professores.

Essas foram as impressões deixadas sobre o projeto e sua capacidade, do ponto de vista dos mediadores, que afirmaram que a continuidade do projeto seria necessária para ajudar a melhorar a qualidade do corpo docente da Guiné-Bissau.

6.3 Ouvindo os aprendentes

Os instrumentos de coleta de dados referentes à participação dos aprendentes no curso foram os seguintes:

- a) Questionário aplicado aos aprendentes aprovados no curso, através das contribuições dos mediadores locais. Foram enviados 16 questionários e devolvidos 13. Isso representa 81,25% dos questionários aplicados;
- b) Para não contemplar somente os aprendentes que conseguiram concluir o curso, coletamos, no AVA moodle, atividades de outros participantes que abandonaram o curso, em função dos problemas políticos militares vivenciados no país. Analisamos duas atividades em dois conteúdos curriculares do curso (Introdução à Educação a Distância e Gestão e Desenvolvimento de Projetos em EJA).

a) Idade

Relativamente ao fator idade, verificamos que, nos elementos da amostra, a maioria (cerca de 92%) tem entre 30 e 41 anos, e o restante, menos de 30, ou seja, 12 têm entre 30 e 41 anos e somente um tem menos de 30, como mostra o gráfico abaixo.

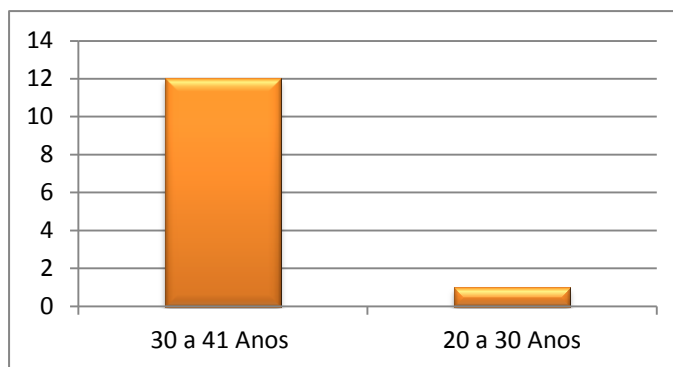


Gráfico 18: Distribuição dos aprendentes por idade

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

No gráfico abaixo, há uma grande disparidade entre os sexos, com uma grande vantagem para o masculino.

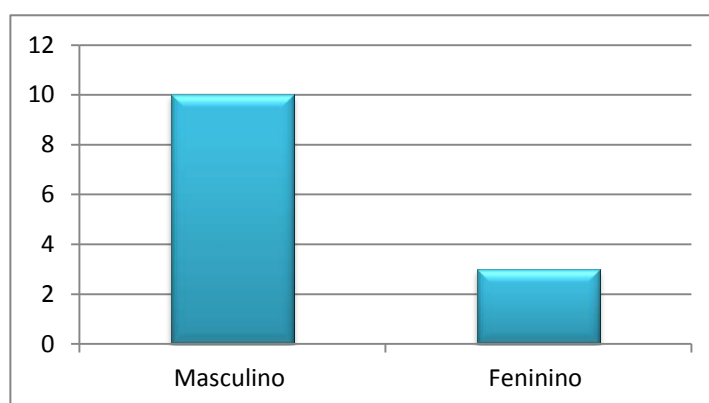


Gráfico 19: Distribuição dos alunos por sexo

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

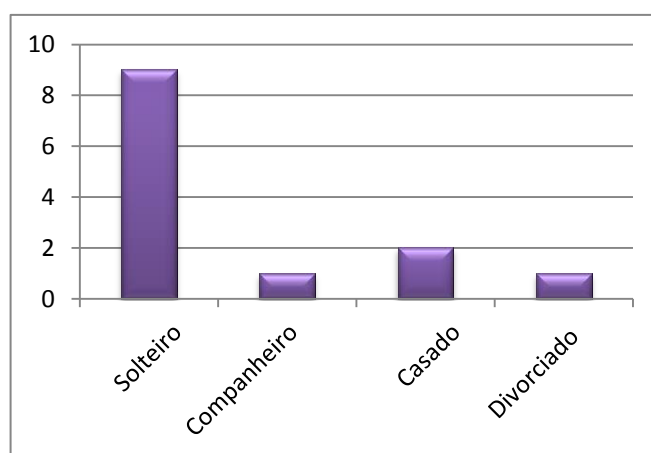


Gráfico 20: Distribuição dos alunos por estado civil

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Dos 13 entrevistados, nove (60%) são solteiros, dois, casados, e um é divorciado e um tem companheiro.

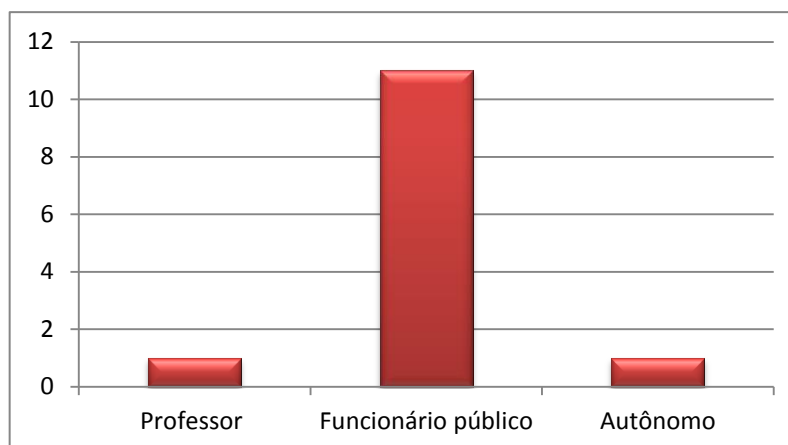


Gráfico 21: Ocupação profissional

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

De acordo com a análise do gráfico, o curso tem como público-alvo os professores, mas, dos entrevistados, um é professor, 11 (84,6%), funcionários públicos, e um, autônomo. Este pode ser o principal motivo alegado pelos coordenadores/professores: a falta do comprometimento dos aprendentes. Acreditamos que, se a maioria fosse professor, esse comprometimento seria mais sério.

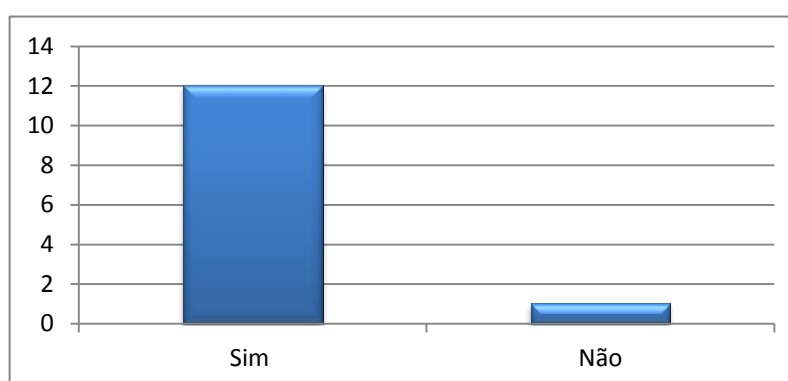


Gráfico 22: Esse é seu primeiro curso a distância?

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Em relação a essa pergunta, dos 12 entrevistados (cerca de 92%), somente um teve experiência com educação a distância.

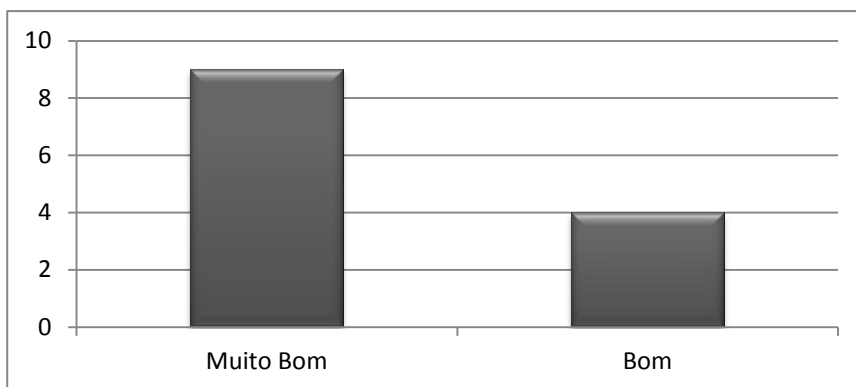


Gráfico 23: Sobre o que acharam da educação a distância

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

O resultado desse gráfico nos mostra a grandeza da imagem desse curso e a qualidade do serviço oferecido pelo Projeto Africanidade.

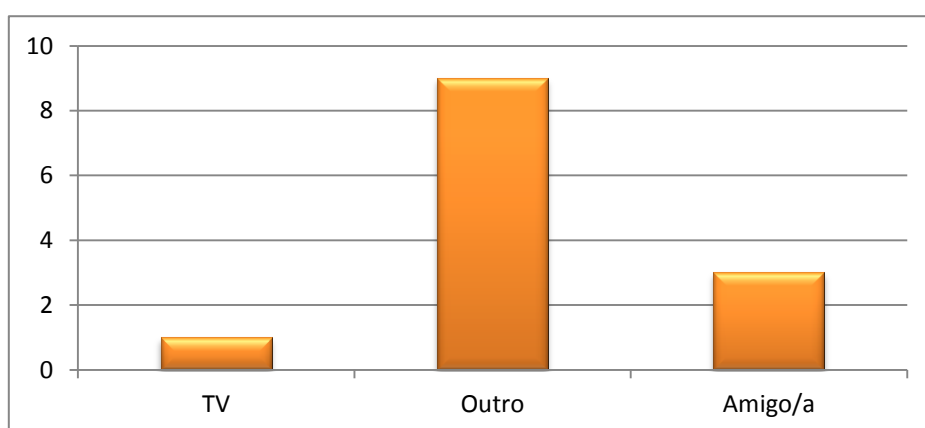


Gráfico 24: Como você ficou sabendo do Projeto Africanidade?

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Esse resultado nos leva a inferir que a divulgação desse curso só alcançou algumas pessoas. O principal motivo disso foi a não participação em massa dos professores, que são o público-alvo do projeto, cuja finalidade é de contribuir para a qualificação dos docentes.

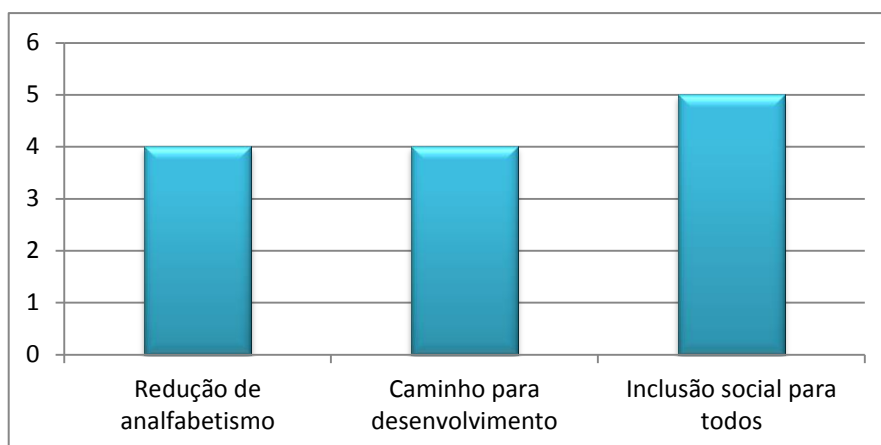


Gráfico 25: O Projeto Africanidade lhe deu mais importância, para pensar na educação de jovens e adultos como

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Podemos observar um grande equilíbrio nas alternativas votadas, o que nos mostra que os aprendentes acreditam que a educação de jovens e adultos pode mudar o rumo de uma família.

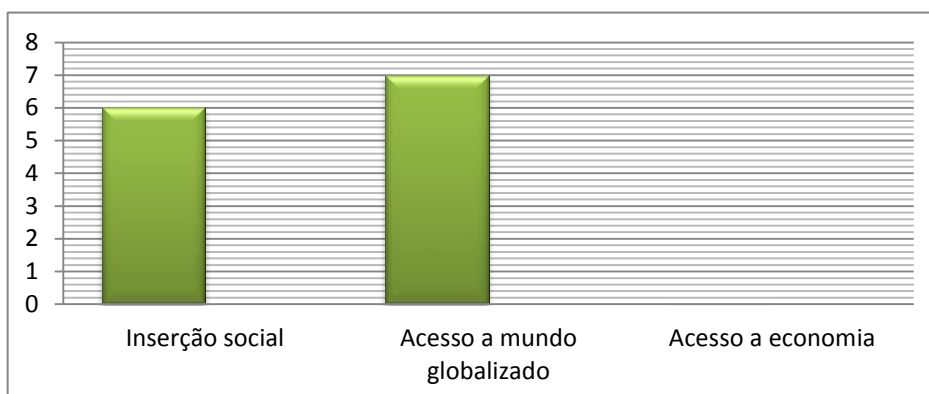


Gráfico 26: O que você entende por educação a distância?

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Conforme expresso no gráfico, os aprendentes alegaram que o acesso à educação a distância pode incluir os que se sentem excluído da sociedade, abrindo possibilidade de acesso ao mundo globalizado. Chamou-nos a atenção o fato de ninguém ter aderido à ideia de que a educação a distância pode oferecer acesso a mudanças econômicas em suas vidas. Isso mostra que a preocupação dos pesquisados com a possibilidade de estudar não é para ter acesso econômico, mas sim, inserção social, ou seja, integrar-se ao mundo do conhecimento.

Nessa etapa, trabalhamos com questões abertas. Todos os pesquisados afirmaram que o projeto tem todas as condições de contribuir para que os docentes tenham uma formação de boa qualidade, como vemos nesta fala:

A1: Uma que os docentes e discentes estão em constante aprendizagem, e os transmissores de conhecimento precisam ter mais qualificação, nesse caso, sete projeto dispõe desse alicerce pela qualidade dos seus docentes e o conteúdo didático é de extrema importância.

A maioria conseguiu explorar os materiais didáticos disponibilizados pelo Projeto da seguinte forma:

A4: Os conteúdos me ajudou muito a valorizar a força da educação a distância; nos conhecimentos dos diversos autores como Paulo Freire e outros vários que nos abriu a mente para pensar na Educação de Jovens e Adultos.

Para isso, todos gostariam que o Projeto continuasse sendo curso profissionalizante para apoiar a formação dos docentes na educação de jovens e adultos. Assim, o país poderá promover um ensino de boa qualidade para todos e continuar a luta pela redução do analfabetismo com os docentes qualificados.

Vendo essas renovações das técnicas educativas e escolares das estruturas das escolas na modernidade e na contemporaneidade poderia melhorar sistema educacional guineense todos afirmaram que sim, de maneira mais simples,

A11: Éssas novas técnicas sendo implantados em forma de uma educação à distância para elevar nível dos docentes; Qualquer coisa nova vai nos ajudar a modernizar; Melhoria do nível de ensino e a inserção das novas tecnologias nos sistemas do ensino; O Projeto Africanidade pode nos ajudar nessa renovação.

Outras impressões deixadas sobre o Projeto:

A8: São de imenso agrado também queria que esse Projeto continua-se, pois, muita pena não temes boas condições tecnológicas e internet de qualidade para esse tipo de estudo tendo em conta as condições económicas do nosso país; tivemos muitas dificuldades mas o projeto é muito bom gostaríamos que continuasse, porque vai ajudar melhorar a educação da Guiné-Bissau; Eu criei uma relação com o projeto é o facto de muitas dificuldades para acompanhar o curso, as dificuldades de pesquisar na internet os conteúdos sobre os trabalhos que foram solicitados ao longo do curso.

Ressaltamos que, apesar da contribuição relevante deixada pelo projeto, da qualidade dos conteúdos, dos materiais e de os professores estarem dispostos a contribuir, os alunos se depararam com uma grande dificuldade - a internet – que

podemos considerar como matéria-prima primordial para essa forma de ensino e aprendizagem.



Imagem 8: As aulas em um polo na Guiné-Bissau

Fonte: Arquivo Projeto Africanidade

6.3.1 Interação no AVA moodle

Normalmente, as atividades no AVA moodle correspondem às respostas das questões propostas pelo professor da disciplina ou mediadores no decorrer do curso. No Componente Curricular Introdução à Educação a Distância, quando perguntados sobre as expectativas em relação ao curso, os entrevistados deram as seguintes respostas:

A1 - Esse curso, para minha formação, me faz sentir perto do mundo de conhecimentos, alias a partir desse curso vou sentir mais forte e com os olhos abertos ao vento de saber e fazer.

A2- O valor desse curso a distância para mim é de extrema importância dado que ela me fornece as ferramentas fundamentais para o mundo da alfabetização.

A3 - Quanto a mim o Projeto me permite abrir novo horizonte do conhecendo e novas perspectivas de ensino a distância. E isto permite uma melhor preparação para enfrentarmos os nossos desafios como formador na educação de jovens e adultos.

A4- É de extrema importância essa formação na educação de jovens e adultos, pois, pode me auxiliar a minha participação na mudança de mentalidade na alfabetização de jovens e adultos faze-los entrar no mundo

de saber que hoje essa abalando o mundo e também que possam ter uma vida melhor.

Essas falas dos aprendentes referentes à expectativa do curso denotam que suas expectativas são grandes, e não lhes falta vontade de aprender, a fim de transferir tudo o que vão aprender para os outros alunos, como relatou A4. Para Paulo Freire, o processo de alfabetização deve contribuir para que o alfabetizando compreenda o ato de ler e de estudar e ensine-o a pensar a partir da realidade social que o cerca, estimulando, assim, a prática de um diálogo conscientizador e gerador de uma reflexão crítica e libertadora.

Quando perguntados sobre se o uso de novas tecnologias é indispensável ao processo de aprendizagem, os sujeitos da pesquisa referiram:

A1 - O uso da nova tecnológica é imprescindível ao processo de aprendizagem. Pela forma que a educação está a ser democratizada, ela deixa de ser uma área em si, mas um processo permanente de construção de ponte entre o mundo da escola e o universo que nos cerca. O Papel da educação atualmente é de criar facilidade aos alunos a lerem de melhor forma, porem compreender e interpretar o mundo de melhor forma possível, aproveitar as facilidades que a nova tecnologia lhes dê para produzir de forma humana os seus conhecimentos para construção de um mundo melhor. Se isso não for o caso a educação perde o seu papel e a nova tecnologia poderá contribuir para efetivação da grande desigualdade e exclusão social que o mundo assiste.

A2 - A utilização das tecnologias no processo ensino aprendizagem tem as suas vantagens, que são evidentes. Ela traz motivação, há possibilidade de trazer outras realidades para a sala de aula, traz maior envolvimento dos aprendentes, e de exemplificação/simplificação de diversos conteúdos que eram considerados complexos.

A3 - Vendo essa questão, enquadrada no papel da escola na sociedade, que é no seu termo mais simples, preparar o cidadão, para viver na sociedade de uma forma ativa, ou seja, para o exercício pleno da cidadania, através de “transmissão” de conhecimentos, valores, competências, e da instrumentalização necessária para uma participação ativa, então, pergunto: Como um cidadão pode viver numa sociedade em que os termos “Era digital”, “sociedade de Informação”, “sociedade de conhecimento” são comuns e exercer o seu dever de cidadão sem conhecimento e/ou domínio da Tecnologia? Se estivermos a falar a nível mundial, devemos levar em consideração as disparidades existentes ainda no nosso planeta. Nem todos ainda têm acesso à educação ou a uma escola física com condições mínimas, nem todos os professores utilizam a tecnologia nas suas aulas, mas, ensinam de acordo com as suas realidades.

A4 - O uso das novas tecnologias é muitíssimo indispensável ao processo do ensino e aprendizagem. Como sabemos, hoje em dia, as “fronteiras” sala de aula, estão em processo de mutação, facilitando cada vez mais o processo de consulta, ensino - aprendizagem e colaboração entre estudantes, professores e profissionais de várias especialidades. No caso da Guiné-Bissau, pode-se constatar de que uma modesta parte dos educadores já compreenderam a importância das TICs na melhoria do processo do ensino e aprendizagem, pois nos somos a resposta viva desse sistema de aprendizagem “Estamos distantes, mas estamos muito próximos” graças a tecnologia de informação e comunicação.

A5 - Esses são as situações que ainda existe no nosso planeta, mas não quer dizer que não vamos ultrapassar essas dificuldades com ajuda da tecnologia a aprendizagem dos que ainda não o possuem tornará mais fácil e saboroso, pois a tecnologia além de ser uma ferramenta dinamizadora, é capaz de potencializar a aprendizagem, facilitando também nas realizações das determinadas atividades, compreensão do conteúdo e a facilidade e pesquisar conteúdos similares, estimulando os alunos a fomentar autonomia e a criatividade.

A civilização tecnológica nos trouxe inúmeros benefícios, conhecimento e comunidade. Ajudou-nos a construir uma visão de mundo cujos limites se expandiam espantosamente e que pareciam não ter fim, até desenvolver uma das mais incontestes verdades com as quais a comunidade humana se vê obrigada a conviver e os limites da destruição do planeta em que vive (FREIRE, 1992).

Como podemos ver, no Século XXI, a educação impõe a necessidade de os professores se capacitarem para ajudar a essa nova “geração da tecnologia”. Os docentes têm que acompanhar os avanços tecnológicos e se alfabetizar digitalmente para saber lidar com os meios virtuais e conseguir dialogar com os seus alunos/aprendentes. A tecnologia está presente em toda parte, portanto, não temos como escapar, e o caminho é aprender a lidar com ela.

No que diz respeito ao conteúdo do Componente Curricular Gestão e Desenvolvimento de Projetos em EJA. Quanto à questão sobre o direito à EJA, obtivemos as seguintes respostas:

A1- Falando sério, o direito à EJA ainda não está bem integralmente assegurado no meu país, não obstante, o esforço do Governo para a efetivação desse direito. Mas, obstáculo tem a ver com uma política que incentiva e consciencializa a sociedade sobre esse direito. Hoje, espero que o conteúdo dessa disciplina possa nos ajudar na Guiné, que possamos conseguir atingir essa meta após da nossa formação, pois possamos contribuir durante a nossa atuação nas comunidades.

A2- Portanto, ao falar de direito a EJA não assegurado, mas de uma forma geral, visto que em muitos países não apresenta registo de um espaço apropriado para acolhimento da educação de jovens e adultos, que as vezes nem crianças encontram no estabelecimento apropriado para o ensino/aprendizagem; Relativamente a análise da minha escola, isso se afirmado ou negado a direito a EJA, apesar de grande esforço da parte da Direção de Alfabetização no sentido de assegurar esse direito penso eu não surgiu efeito. Porque, assim no meu país esse direito na verdade não foi aceito, se vejamos nem toda gente tem acesso a EJA, o governo não leva em conta esse direito de ensino como prioridade. Esses direitos não são reconhecidos, visto que as dificuldades que os alunos encontram nesses programas não têm como continuar, normalmente esses programas dependem muito da ajuda dos parceiros externa para seu funcionamento, eis os parceiros: governos de Japão, Cuba e Unicef.

A3 - Para conquistar cada vez alunos para as salas de aulas do EJA, devemos usar as agendas regionais para formar em todas as regiões do país grupos de trabalho para discutir formas de atender a Educação de Jovens e Adultos. A ideia é tentar inverter a lógica em que era só o Ministério da Educação que não definia sozinho a política de EJA, pensando

por si só, sem escutar os anseios de cada uma das organizações legalmente constituídos em falar das suas necessidades, incluindo todos os atores sociais ligados nessa matéria, podemos criar um grande debate nacional para a melhoria da EJA na Guiné-Bissau. Mas falta ainda um longo caminho a percorrer, somente com esforço e dedicação que, realmente podemos chegar onde todos nos desejamos que é melhorar o ensino na EJA.

A4 - Correlação ao tema apresentado é de realçar que esse tema é de extrema importância, tendo em conta o seu reconhecimento ao nível internacional e o preço que tem merecido da comunidade nacionais. Concordo em parte referidas acima, correlação ao cumprimento do direito da EJA em Guiné-Bissau, que a meu ver precisa ainda muito ainda ser feito, visto que, não podemos contentar por enquanto encontramos ainda pessoas que não pode usufruir desse direito.

Com base nessas falas dos aprendentes, podemos afirmar que existe grande dificuldade para estabelecer o direito à EJA na Guiné-Bissau. Porém a EJA é um desafio não só para administradores governamentais e professores, mas também para a sociedade e para os próprios alunos. Por isso, a construção desse programa deverá acompanhar os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais de cada país, visando construir uma consciência crítica e reflexiva de que a capacidade, as atitudes e os valores sejam necessários para que as pessoas melhorem a qualidade de vida e continuem aprendendo para construir uma vida justa e digna.

Segundo Freire (1992), a educação é uma prática política tanto quanto qualquer prática pedagógica. Não há educação neutra. Toda educação é um ato político. Por isso, os educadores precisam construir conhecimentos com seus alunos tendo como horizonte um projeto político da sociedade. Os professores são, portanto, profissionais da pedagogia da política, da pedagogia da esperança. Para o autor, a educação é a base da sobrevivência humana.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dimensional realizada neste trabalho pelo contexto educacional permitiu constatar que as metodologias e o sistema de ensino guineense mostraram-se insatisfatórios, no que se refere à realização dos objetivos apresentados, uma vez que viabilizou o levantamento das dimensões e das variáveis dos indicadores do sistema educacional, através dos dados coletados no Ministério da Educação da Guiné-Bissau, um dos países africanos que permanece enfrentando vários desafios cruciais e crescentes, para pensar de que forma ou com que meios se pode fornecer uma educação de qualidade, que atenda às necessidades políticas, culturais e socioeconômicas dos jovens, dos adultos e das crianças com uma vasta carência de sistema de ensino.

As principais taxas de abandono escolar continuam altas em toda a região, como mostram os dados acima, e muitas crianças e jovens acabam por ficar fora do sistema educativo. Assim, sem condições de voltar à escola ou de ter acesso ao ensino primário, técnico ou profissional, acabam-se abandonando, sem as mínimas condições ou capacidade necessária para prosperar num mundo que depende cada vez mais do seu meio para sobreviver, que é do conhecimento.

Essas taxas mostram que as mulheres são as mais vitimadas devido à cultura da sociedade de que a mulher tinha que ficar em casa para ajudar a mãe nas atividades domésticas. Além disso, casa-se muito nova, enquanto que os homens têm que ir para a escola porque serão os responsáveis pela família.

O estudo mostra que o país precisa de políticas mais claras, de mais organização, mais financiamento e de uma forma melhor de governar para garantir a florescência de seu sistema educacional. Porém criar condições mínimas para que crianças, jovens e adultos sejam capazes de desfrutar do direito à educação que lhe permite e prepare para o exercício da cidadania e dos demais direitos sociais.

É claro que essa nova proposição do sistema de ensino alicerçado pela tecnologia teria todo o suporte para auxiliar na nova construção desse sistema educacional, como visto na experiência do Projeto Africanidade. Porém isso significa combinar o trabalho com o esforço contínuo dos vários autores e órgãos públicos, investir significativamente nas novas formas de ensino e facilitar a utilização das novas metodologias de aprendizagem, ou seja, as novas pedagogias apoiadas em

recursos que permitam a criação de novos modelos e de formas de gestão pedagógicas, incluindo mais potencialidade interativa do espaço virtual.

Trata-se de um desafio para as unidades de informação e os mentores da mudança desse sistema, pois deverão reformular suas práticas de forma a atender, de maneira adequada, a essa nova estrutura de ensino e assumir uma postura muito mais intensiva na educação primária, na secundária e na superior, passando, em muitos casos, de simples responsabilidade do Ministério da Educação para toda a sociedade, seja ela governamental ou não governamental, com a responsabilidade de um agente de transformação da sociedade onde ele está inserido.

Vamos lembrar que a educação não só beneficia o indivíduo, mas também as suas famílias, as comunidades, toda a nação e o mundo inteiro. Guiné-Bissau, vamos pensar na educação como instrumento transformador, pois, na sociedade, serve como estrutura intermediária indispensável para a ascensão da dignidade humana, para a construção da cidadania e a consolidação de um Estado Democrático de Direito, visto que, sem ela, tampouco o sistema vai mudar. Também lembramos que conhecimento adquirido nas escolas é um utensílio que liga a realidade do ser humano a seu crescimento como cidadão. “Juntos pela educação”. Como diz o Paulo Freire, “se a educação sozinha não é capaz de mudar uma sociedade, tampouco, sem ela, a sociedade muda”.

Assim, considerando todos os aspectos abordados neste trabalho, podemos afirmar que ele levará subsídios para o Ministério da Educação de Guiné-Bissau, para se pensar nas mudanças que possam favorecer seu sistema educacional.

REFERÊNCIAS

ASSMAN, Hugo. **Redes digitais e metamorfose do aprender**. Petrópolis RJ: Vozes, 2005.

AVELEIRA, Ana Paula; PORTUGAL, Gabriela. **Melhorando a Educação de Infância na Guiné-Bissau**: numa dinâmica de formação, supervisão e avaliação volume 7 - n. 2 - p. 407-423. 2007.

A CONTRIBUIÇÃO DA UE PARA OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODM).. Disponível em:<http://europa.eu/legislation_summaries/development/general_development_framework/r12533_pt.htm> Acesso em: 15 de maio 2011.

BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; PRESTES, Emília Maria da Trindade; ROSSI, Sílvio, José (Organizador). **Comunidades de aprendizagem e educação ao longo da vida**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

BURCH, Sally. **Sociedade da informação/Sociedade do conhecimento**. Novembro de 2005. Disponível em<<http://vecam.org/article519.html>> Acesso em 04 de maio de 2013.

BURSZTYN, Marcel. **A institucionalização da interdisciplinaridade e a Universidade Brasileira**. Liinc em revista, v.1, n.1, mar. 2005, p. 38-58 Disponível em: <www.ibict.br/liinc/viewissue.php>. Acesso em 13 de Abril de 2006.

CÁ, Lourenço Ocuni. **A contribuição de Paulo Freire na organização do Sistema Educacional da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Publit, 2007.

_____. **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado**. Cuiabá: EDUFMT/CAPES, 2008.

_____. **Estado, políticas públicas e gestão educacional**. Cuiaba: EdUFMT, 2010

CADERNOS UNESCO. Série Educação, **O Ensino Médio no Século XXI: desafios, tendências e prioridades**. Volume 9 21-25, de maio de 2001.

CARNOY, Martin. **A educação na América Latina está preparando sua força de trabalho para as economias do Século XXI?** Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

CARVALHO, Ademar de Lima; MARIANI, Fábio. **A formação de professores na perspectiva da educação emancipadora de Paulo Freire**. Out 2009 UFMT.

COSTA, Everton de Brito Oliveira; RAUBER, Pedro. **História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil**. Disponível em: <http://www.unigran.br/revistas/juridica/ed_anteriores/21/artigos/artigo15.pdf> Acesso em: 01 de agosto de 2011.

_____. **Educação como prática da liberdade? Alfabetização freireana em Guiné-Bissau**. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content-guine-bissau&catid=40&Itemid=127> Acesso em: 10 de julho de 2012.

DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; São Paulo: Edusp, 1992. (cap. 2 e 3).

DJALÓ, Mamadú. **A interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: a dimensão da Educação Básica – 1980-2005**. Florianópolis. 2009.

DORNELAS, Beatriz. **A Educação como ferramenta para o desenvolvimento sustentável**. 2005. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/artigos/2005/10/26/21414-a-educacao-como-ferramenta-para-o-desenvolvimento-sustentavel.html>> Acesso em: 10 de julho de 2012.

EMEDIATO A. Carlos. **Educação e transformação social: análise social**, vol. XIV (54), 1978-2. p, 207-217.

FILHO, Cláudio Marcondes Castro; VERGUEIRO, Waldomiro. **As Tecnologias da Informação e Comunicação no novo espaço educacional**: reflexão a partir da proposição dos centros de recursos para elaprendizaje y laInvestigación (crais).Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.5, n.1 , p. 1-12, jul/dez. 2007.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em Processo. 2 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____: **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1980.

_____: **Educação e mudança**. 12 ed. Paz e Terra. 1963.

_____: **Pedagogia da Esperança**: um encontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

FREIRE, Paulo & GIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a Gente: Angola, Guiné-Bissau,São Tomé e Príncipe**. São Paulo. Ed. Paz e Terra; 2003.

FREITAS, Mário. **Educação para o desenvolvimento sustentável: sugestões para a UEe implementação no âmbito da década das Nações Unidas**. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2011.

FREITAS, Rigson da Silva. Etall. **Sistema eletrônico de gestão das informações de estágio**: O caso do TRE. Taguatinga DF. 2008.

FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO NO MUNDO LUSÓFONA.**Arma de esperança na Guiné-Bissau: EDUCAÇÃO PARA TODOS**. Disponível em: <<http://www.fecongld.org/noticia.asp?noticiaid=33853>> Acesso em: 15 outubro de 2012.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Dezembro de 2011. Relatório do FMI No. 11/353. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11353p.pdf>>Acesso em: 19 de Abril de 2012.

GASTROCENTER. **Prevenir-se pela boca: o que os alimentos fazem realmente pela sua saúde**. Disponível em: <<http://www.gastrocenter.com.br>>. Acesso em: 25 de julho de 2011.

GOLPE DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU EM 2012. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Golpe_de_Estado_na_Guiné-Bissau_em_2012>. Acesso em: 25 de setembro de 2011.

GUINÉ-BISSAU EM NÚMEROS; **Instituto Nacional de Estatística e Censos**. Editora Nova Gráfica, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**, volume I. 2 ed. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2003.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/educadores/artigos/resumo_educacao1.html>. Acesso em: 25 de julho de 2011.

INDEXMUNDI. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/taxa_de_alfabetizacao.html>. Acesso em: 21 de setembro de 2012.

INQUÉRITO POR AMOSTRAGEM AOS INDICADORES MÚLTIPLOS (MICS). Unicef. Bissau dez 2011. Disponível em: <http://www.stat-guineebissau.com/publicacao/relatorio_preliminar_mics4_idsr1.pdf>. Acesso em: setembro de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>> Acesso em: 21 de setembro de 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS DA GUINÉ-BISSAU – 2004. Disponível em: <http://www.didinho.org/situacaoeconomicapoliticaesocial.htm>. Acesso em: 10 de abril de 2012.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_contentItemid=253>. Acesso em: 17 maio. 2011.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO. **Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Educação**. Disponível em: <<http://www.ipad.mne.gov.pt/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 05 de maio de 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA DO PLANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL: **Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza (ILAP2) Bissau**, Janeiro de 2011.

MILLENNIUM PROJECT. **Commissioned by the Secretary General and Supported by the development group**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/milenio/ft2.php>> Acesso em: 15 maio 2011.

MINISTRIES OF EDUCATION, ENVIRONMENT/NRM. Disponível em: <www.sadc-reep.org.za/Un-Decade/.../1.1%20Concept%20Note%20PT.doc> Acesso em: 01 setembro de 2011.

MONTEIRO, Huco. Et al. **O Ensino Superior na Guiné-Bissau**. Disponível em: <[ile:///D:/ENSINO%20SUPERIOR%20NA%20GUINE%20BISSAU.htm](file:///D:/ENSINO%20SUPERIOR%20NA%20GUINE%20BISSAU.htm)> Acesso em: 18 de julho de 2012.

NEPADA, **Nova parceria para o desenvolvimento da África 2001**. Disponível em: <<http://www.fes.de/cotonou/downloads/official/REGIONAL/NEPADPORT.PDF>> Acesso em: 4 de setembro 2011.

NYE JR. Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais.** – São Paulo: Editora Gente, 2009

OPLOP. **Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa**, 2011. Disponível em <<http://www.oplop.uff.br/boletim/220/hivaidas-em-guine-bissau-ministro-da-saude-comemora-novas-estimativas-sobre-virus-no-pais>> Acesso em 13 de junho de 2013.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS NA ÁFRICA - Guiné-Bissau 2010. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/countries/west-africa/guinea-bissau/>. Acesso em: 15 de outubro 2012.

PINENT, Carlos Eduardo da Cunha; **Sobre os mundos de Habermas e sua ação comunicativa.** Porto Alegre, nº. 5, p. 49-56, dez. 2004.

PIOVESAN, Armando. et al (1995). **Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública.** Sítio ScieloPublic Health. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?pid=s00349101995000400010&script=sci_srttext&tlng=> Acesso em: 13 de setembro de 2011.

PLANO DE ACÇÃO NACIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 1325 (2000). Bissau, Março 2010. Disponível em <http://www.peacewomen.org/assets/file/NationalActionPlans/guineabissau_nationalactionplan_2010.pdf>. Acesso em 19 de junho de 2013.

PRESTES, Emília Maria da Trindade; BRENNAND Edna. **Curso de Aperfeiçoamento.** Educação de Jovens e Adultos para Educadores dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e das Universidades/ Ministérios da Educação de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Brasília – 2010.

PROFUNCIONÁRIO. Curso Técnico de Formação para os funcionários da Educação. **Equipamentos e materiais didáticos - Brasília** – 2009.

REDE DE COOPERAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE. Disponível em: <http://www.catalisa.org.br/site/index.php?option=com_contentItemid=59> Acesso em: 17 de maio de 2011.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Economia do Plano e da Integração Regional. **Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza (ILAP2)**. Bissau, janeiro de 2011.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Economia do Plano e da Integração Regional. **Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II)**. Bissau, jun. 2011.

ROMAND, Diana Slomp. **A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente**, realizada no Rio de Janeiro, 1992.

SERRA, Antônio Roberto Coelho. **A educação a distância como meio para o desenvolvimento sustentável**. Núcleo de Educação a Distância – Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANHÁ, Alberto; **Educação Superior em Guiné-Bissau**. Disponível em: <www.pucrs.br/edipucrs/cplp/arquivos/sanha.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2012.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. 2009. Ed. Edições Almeida. SA.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Ed. São Paulo. Companhia das letras, 2000.

TORRES, Carlo Alberto. **Democracia, Educação e Multiculturalismo**. Petrópolis: vozes, 1998.

UNESCO **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.

VAZ, José Mário. **Carta de intenções, Memorando de Política Económica e Financeira e Memorando Técnico de Entendimento**. Bissau, 16 nov. 2010.

ANEXOS

ANEXO A - Questionário aplicado aos professores do Projeto Africanidade.

Universidade Federal da Paraíba

Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE

Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes

Este questionário enquadra-se no âmbito de um estudo que estou a realizar para a conclusão do Mestrado em Gestão em Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (Brasil). O objetivo deste trabalho é de estudar a evolução do sistema educacional da Guiné-Bissau, entre os anos de 1974 e 2012, considerando suas condições históricas, socioeconômicas e políticas, bem como seus reflexos no desenvolvimento do país e o impacto do Projeto Africanidade nesse contexto. **Portanto, gostaria que colaborassem, respondendo às perguntas. Sua resposta é extremamente importante para os resultados desta pesquisa. O anonimato e a confidencialidade de suas opiniões e respostas serão garantidos.**

1. Data do preenchimento do questionário: ____/____/____ Horário: ____:____

2. Sexo: Masculino. () Feminino ()

3. Qual a função que desempenhas no Projeto Africanidade?

3.1 Coordenador/a ()

3.2 Professor/a()

3.3 Colaborador/a ()

3.4 Mediador/a()

3.4 Outra _____

4. Tens quantos anos de docência?

4.1 De 0 a 2()

4.2 De 2 a 5()

4.3 De 5 a 10()

4.4 De 10 a 20()

4.5 De 20 a 30()

4. 6 De 30 a 40 ()

4.7 Outro _____

5. Esse é seu primeiro curso a distância para outro continente?

5.1 Sim()

5.2 Não()

6. Você viajou para esses países que fizeram parte do projeto?

6.1 Sim ()

6.2 Não ()

6.3 Não, mas gostaria. ()

6.4 Outro _____

7. Se responder sim, qual foi a maior dificuldade encontrada nessa viagem?

7.1 Falta de estrutura física para o curso()

7.2 Falta de tecnologia, computadores()

7.3 Falta de internet ()

7.4 Falta de comprometimento dos alunos ()

7.5 Por quê? _____

8. O Projeto Africanidade foi importante para que você pensasse sobre a educação como feramente libertadora para:

8.1 Reduzir o analfabetismo local ()

8.2 Reduzir a pobreza local ()

8.3 Promover a igualdade entre os povos ()

8.4 Caminho para desenvolvimento ()

8.5 Inclusão social para todos ()

8.6 Justifique sua resposta: _____

9. Em sua opinião, o Projeto Africanidade tem qualidade para auxiliar esses países a:

9.1 Promoverem a inserção social ()

9.2 Terem acesso à economia ()

9.3 Terem acesso ao mundo globalizado ()

9. 4 Terem uma boa qualidade de vida local ()

9. 5 Justifique sua resposta _____

10. Você acha que o Projeto Africanidade poderia contribuir para melhorar a qualidade da formação dos docentes na Educação de Jovens e Adultos na Guiné-Bissau?

10.1 Sim ()

10.2 Não ()

Por quê? _____

11. Se sua resposta foi sim, o que pode ser feito para se continuar a desenvolver esse projeto?

11.1 Falta de verba ()

11.2 Falta de interessa do Ministério da Educação da Guiné-Bissau ()

11.3 Muita ocupação dos professores/as formadores/as ()

11.4 Outro _____

12. Como você classifica esse curso?

12.1 Péssimo()

12.2 Ruim()

12.3 Regular()

12.4 Bom ()

12.5 Muito bom()

12.6 Outro_____

13. O que mais marcou você nessa viagem?

14. Você gostaria que o Projeto Africanidade continuasse na Guiné-Bissau como:

14.1 Curso profissionalizante (

) ()

14.2 Apoio na formação dos docentes na educação de jovens e adultos () ()

14.3 Saída de alto índice de analfabetismo no país () ()

14.4 Melhoria da qualidade do ensino na Guiné-Bissau () ()

14.5 Educação de qualidade para todos é a melhor saída para Guiné-Bissau () ()

15. A renovação das técnicas educativas e escolares das estruturas das escolas, na modernidade e na contemporaneidade, poderia melhorar o sistema educacional guineense?

15.1 Sim ()

15.2 Não ()

15.3 Exemplifique como essa melhoria poderia ocorrer. _____

16- Que importância você atribuiria aos conteúdos do curso, ao corpo docente e à metodologia de trabalho? _____

17. Registre aqui outras impressões sua sobre o projeto.

18. Pelo que viu nessa viagem, você acha que o sistema educacional da Guiné-Bissau está necessitando de ajuda externa?

18.1 Sim ()

18.2 Não ()

18.3 Justifique sua resposta: _____

Muito obrigado!

ANEXO B - Questionário aplicado aos alunos do Projeto Africanidade**Universidade Federal da Paraíba****Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE****Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes**

Sou **Heldomiro Henrique Correia**, de nacionalidade guineense.

Este questionário enquadra-se no âmbito de um estudo que estou a realizar para a conclusão do Mestrado em Gestão em Organização Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (Brasil). O objetivo deste trabalho é de estudar a evolução do sistema educacional da Guiné-Bissau, entre os anos de 1974 e 2012, considerando suas condições históricas, socioeconômicas e políticas, bem como seus reflexos no desenvolvimento do país e o impacto do Projeto Africanidade nesse contexto. **Portanto, gostaria que colaborassem, respondendo às perguntas. Suas respostas são extremamente importantes para a conclusão desta pesquisa. O anonimato e a confidencialidade de suas opiniões e respostas serão garantidos.**

4. Data do preenchimento do questionário: ____/____/____ Horário: ____:____

5. Sexo: Masculino. () Feminino. () Idade: _____

6. Estado civil:

3.1 Solteira/o ()

3.2 Casada/o ()

3.3 Companheira/o ()

3.4 Separada/o ou Divorciada/o ()

3.5 Viúva/o ()

7. Onde foi sua formação educacional (ensino médio e fundamental) antes da universidade?

4.1 Escola pública ()

4.2 Escola privada ()

4.3 A maior parte em escola pública ()

4.4 A maior parte em escola privada ()

4.5 Outro _____

5. Qual é sua ocupação profissional?

5.1 Funcionário público ()

5.2 Funcionário privado ()

5.3 Autônomo ()

5.4 Comerciante ()

5.5 Professor ()

5.6 Outro _____

6. Esse é seu primeiro curso a distância como mediador?

6.1 Sim ()

5.2 Não ()

7. Se responder sim, o que acha de educação a distância?

7.1 Ruim ()

7.2 Regular ()

7.3 Bom()

7.4 Muito bom ()

8. Você ficou sabendo do Projeto Africanidade através de:

8.1 Amigo ()

8.2 Rádio ()

8.3 TV()

8.4 Cartaz ()

8.5 Outro _____

9. O Projeto Africanidade foi mais importante para você pensar na educação de jovens e adultos como um meio de:

- 9.1 Reduzir o analfabetismo. ()
- 9.2 Reduzir a pobreza. ()
- 9.3 Conduzir Ao desenvolvimento. ()
- 9.4 Promover a inclusão social para todos. ()

Justifique sua resposta: _____

10. O que você entende por educação de jovens e adultos?

- 10.1 Inserção social ()
- 10.2 Acesso à economia ()
- 10.3 Acesso ao mundo globalizado ()

Justifique sua resposta: _____

11. Você acha que o Projeto Africanidade poderia contribuir para melhorar a qualidade da formação dos docentes na educação de jovens e adultos na Guiné-Bissau?

- 11.1 Sim ()
- 11.2 Não ()
- 11.3 – Por quê? _____

12. Como você classifica o material didático disponibilizado pelo Projeto Africanidade?

- 12.1 Péssimo()
- 12.2 Ruim ()
- 12.3 Regular()
- 12.4 Bom ()
- 12.5 Muito bom()

13. Você conseguiu explorar esses materiais didáticos junto com os seus aprendentes ?

13.1 Sim ()

13.2 Não ()

De que maneira? _____

14. Você gostaria que o Projeto Africanidade continuasse na Guiné-Bissau como:

14.1 Curso profissionalizante () ()

14.2 Apoio na formação dos docentes na educação de jovens e adultos () ()

14.3 Saída do alto índice de analfabetismo no país () ()

14.4 Melhoria da qualidade do ensino na Guiné-Bissau () ()

14.5 Educação de qualidade para todos é a melhor saída para a Guiné-Bissau () ()

15. A renovação das técnicas educativas e escolares das estruturas das escolas, na modernidade e na contemporaneidade, poderia melhorar o sistema educacional guineense?

15.1 Sim ()

15.2 Não ()

15.3 Exemplifique como essa melhoria poderia ocorrer: _____

16- Que importância você atribui aos conteúdos do curso, ao corpo docente e à metodologia de trabalho? _____

17. Registre aqui outras impressões sobre o projeto: _____

Muito obrigado!